

COMANDO DA AERONÁUTICA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA



Rio de Janeiro, 16 de maio de 2017.

BOLETIM DO COMANDO DA AERONÁUTICA Nº 080



Para conhecimento do Pessoal da Aeronáutica, publico o seguinte:

PRIMEIRA PARTE

ATOS DOS PODERES LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO

SEÇÃO I - PODER LEGISLATIVO (Sem alteração)

SEÇÃO II - PODER EXECUTIVO

1 – DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

DECRETO DE 12 DE MAIO DE 2017.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XIII, da Constituição, resolve:

Nomear, por necessidade do serviço, no âmbito do Ministério da Defesa, o Brigadeiro do Ar PAULO ROBERTO DE BARROS CHÃ, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Produtos de Defesa da Secretaria de Produtos de Defesa.

Brasília, 12 de maio de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Raul Jungmann
(DOU2 Nº 91, DE 15 MAIO DE 2017)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

SEÇÃO III - PODER JUDICIÁRIO
(Sem alteração)

SEGUNDA PARTE

MINISTÉRIO DA DEFESA

1 – DESIGNAÇÃO

PORTARIA Nº 1.952/EMCFA/MD, DE 10 DE MAIO DE 2017.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS, Substituto, nos termos da Portaria nº 3.165/EMCFA/MD, de 20 de novembro de 2013, e considerando o contido no inciso I do art. 4º da Portaria/MD nº 1.839, de 9 de dezembro de 2010, no Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, na Portaria Normativa/MD nº 2.323, de 31 de agosto de 2012, e no Processo Administrativo nº 60583.001095/2017-53, resolve:

Designar o CB SEM DANIEL CAMPOS DOS SANTOS para a função de Especialista, código Nível II, da Coordenação da Chefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Ten Brig Ar ALVANI ADÃO DA SILVA
(DOU2 Nº 91, DE 15 MAIO DE 2017)

TERCEIRA PARTE

**ATOS DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA, DOS CHEFES E DIRETORES DOS
ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA DO CMTAER**

SEÇÃO I - GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

1 – PCA 3-3 - APROVA A EDIÇÃO

PORTARIA Nº 692/GC3, DE 10 DE MAIO DE 2017.

Aprova a edição do PCA 3-3, que dispõe sobre o Plano Básico de Gerenciamento de Risco de Fauna nos aeródromos brasileiros.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto nos incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 18 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; nos incisos I e II do art. 12 e nos incisos II e V do art. 25 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; na Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012; na Portaria nº 957/GC3, de 9 de julho de 2015; nas Resoluções nº 237, de 19 de dezembro de 1997, e nº 466, de 05 de fevereiro de 2015, do Conselho Nacional do Meio Ambiente; e

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

Considerando o que consta do Processo nº 67012.000781/2017-21;

Considerando que o espaço aéreo nacional é um recurso limitado a ser administrado, de acordo com o preconizado na Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), na garantia do interesse público, de maneira a promover o seu uso eficiente e, sobretudo, a segurança das aeronaves que nele operam;

Considerando que todo o esforço deve ser envidado, no sentido de encontrar soluções adequadas para o uso do solo na Área de Segurança Aeroportuária (ASA), em relação à atração de fauna e o consequente risco à segurança operacional da aviação, que utiliza o espaço aéreo nacional, observada a sua importância na integração e desenvolvimento nacionais;

Considerando que segurança e regularidade de operações aéreas, em um aeroporto ou porção de espaço aéreo, dependem, dentre outros aspectos, da gestão adequada das condições atrativas de fauna (uso do solo) na ASA;

Considerando que existem empreendimentos ou atividades, desenvolvidas pelo homem, que quando não estão em consonância com as normas vigentes, podem impor limitações à plena utilização das capacidades operacionais de um aeroporto, ou de uma porção de espaço aéreo; e

Considerando a importância da aviação para as atividades sociais e econômicas, requerendo o constante aprimoramento dos mecanismos que estimulem a coordenação entre os órgãos de âmbito federal, estadual e municipal, visando ao cumprimento das normas e à adoção de medidas para regular e controlar as atividades urbanas e rurais, que se constituem, ou venham a constituir, potenciais riscos à segurança operacional, ou que afetem adversamente a regularidade das operações aéreas no interior da ASA, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição do PCA 3-3, “PLANO BÁSICO DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE FAUNA” (PBGRF), que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 249/GC5, de 06 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 87, de 09 de maio de 2011.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica
(DOU1 nº 89, de 11 MAIO 2017)

Obs.: O Plano de que trata a presente Portaria encontra-se anexado a este Boletim e será disponibilizado no BLAER e no SISPUBLIC.

SEÇÃO II - COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

SEÇÃO III - CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO IV - CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO V - INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO VI – ASSESSORIA PARLAMENTAR DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO VII - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES
AERONÁUTICOS
(Sem alteração)

SEÇÃO VIII - ASSESSORIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL DO CONTROLE DO
ESPAÇO AÉREO
(Sem alteração)

SEÇÃO IX - CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO X – COMANDO DE DEFESA AEROESPACIAL BRASILEIRO
(Sem alteração)

QUARTA PARTE

ATOS DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, DOS COMANDANTES-
GERAIS, DOS DIRETORES DE DEPARTAMENTOS E DO SECRETÁRIO DE
ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

SEÇÃO I – ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

1 – DCA 11-80 - APROVA A EDIÇÃO

PORTARIA EMAER Nº 31/ISC, DE 9 DE MAIO DE 2017.

Aprova a edição da Diretriz que dispõe sobre a desativação do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso II do Art. 20 do ROCA 20-5 “Regulamento do Estado Maior da Aeronáutica”, aprovado pela Portaria nº 129/GC3, de 11 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da DCA 11-80 “Diretriz de Desativação do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar RAUL BOTELHO
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

Obs.: A Diretriz de que trata a presente Portaria encontra-se anexado a este Boletim e será disponibilizado no BLAER e no SISPUBLIC.

2 – DISTINTIVO - APROVA

PORTARIA EMAER Nº 27/ISC, DE 3 DE MAIO DE 2017.

Aprova o Distintivo de Curso de Comandante de Unidade de Tiro (CCUT).

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem o item 2.4.4, da ica 903-1 “símbolos heráldicos do comando da aeronáutica”, aprovada pela portaria incaer nº 13, de 22 de maio de 2013, e considerando o que consta no processo nº 67200.008947/2016-59, resolve:

Art. 1º aprovar o distintivo de curso de comandante de unidade de tiro (ccut), conforme desenho e descrição heráldica em anexo.

Art. 2º esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA EMAER Nº 28/ISC, DE 3 DE MAIO DE 2017.

Aprova o Distintivo de Curso de Atirador do Sistema Antiaéreo IGLA-S (CAT IGLA-S).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem o item 2.4.4, da ica 903-1 “símbolos heráldicos do comando da aeronáutica”, aprovada pela portaria incaer nº 13, de 22 de maio de 2013, e considerando o que consta no processo nº 67200.008947/2016-59, resolve:

Art. 3º aprovar o distintivo de curso de atirador do sistema antiaéreo igla-s (cat igla), conforme desenho e descrição heráldica em anexo.

Art. 4º esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar RAUL BOTELHO
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

Obs.: Os Distintivos de que tratam as Portarias acima encontram-se anexados a este Boletim e serão disponibilizados no BLAER e no SISPUBLIC.

3 – GRUPO DE TRABALHO - INSTITUI

PORTARIA EMAER Nº 29/3SC1, DE 04 DE MAIO DE 2017.

Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de propor normas para taxações aos proprietários/operadores de aeronaves que venham a descumprir as regras de tráfego aéreo estabelecidas e que culminem em interceptações; bem como do ressarcimento ao SALVAERO das horas consumidas em proveito de outros órgãos.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 23 do Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 129/GC3, de 11 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho - GT, com o objetivo de analisar a possibilidade da proposição de normas para taxações aos proprietários/operadores de aeronaves que venham a descumprir as regras de tráfego aéreo estabelecidas e que culminarem em interceptações por aeronaves da Força Aérea Brasileira; bem como a possibilidade de ressarcimento por parte do SALVAMAR das horas voadas pelo SALVAERO em proveito daquele órgão.

Art. 2º Designar os militares a seguir relacionados como membros do GT:

Cel Av MÁRCIO JOSÉ RÉGIS DA SILVA (COMAE)
Cel Av R1 OSCAR BOECHAT ALVES JÚNIOR (EMAER)
Cel Av R1 RONALDO TELLES BELCHIOR OLIVEIRA FILHO (DECEA);
Ten Cel Av JORGE HUMBERTO VARGAS RAINHO (DECEA);
Ten Cel Av FÁBIO LUIS CUZZIOL (EMAER);
Ten Cel Av R1 JAIR SAMPAIO (DECEA);
Maj Av MARIEL SANTOS DE AGUIAR (DECEA);
Maj Int ALVARO OLIVEIRA FORTES (EMAER); e
2º Ten QOCON SJU PEDRO DE OLIVEIRA CHIORLIN (EMAER);

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

Parágrafo único. Por solicitação do Coordenador do GT, poderão ser convocados, se necessário, outros oficiais ou funcionários civis para participarem das atividades do Grupo de Trabalho, como membros consultivos.

Art. 3º O Coordenador do GT será o Ten Cel Av FÁBIO LUIS CUZZIOL (EMAER).

Art. 4º O GT deverá concluir os trabalhos em 60 dias a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA EMAER Nº 32-T/CREFAB, DE 09 DE MAIO DE 2017.

Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de efetuar estudo para a adequação das novas instalações do esquadrão de saúde da Base Aérea de Florianópolis e designa seus componentes.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto nos incisos IV, IX e XVII do art. 4º e no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 20, ambos do Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 129/GC3, de 11 de fevereiro de 2016, e com o item 2.3 da Diretriz para a Reestruturação da Força Aérea Brasileira (DCA 11-53), aprovada pela Portaria nº 551/GC3, de 13 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Constituir, em caráter temporário, Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de realizar estudo para a adequação das novas instalações do esquadrão de saúde da Base Aérea de Florianópolis (BAFL), de forma a racionalizar a aplicação dos recursos humanos e financeiros, viabilizando a adequação da infraestrutura existente com a missão da OM.

Art. 2º Designar os representantes do EMAER e dos ODSA que serão responsáveis pelo estudo e apresentação de proposta de adequação das novas instalações do esquadrão de saúde da Base Aérea de Florianópolis (BAFL), a ser submetida ao Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica:

I - Presidente do GT:

a) Maj Brig Ar MAURO MARTINS MACHADO (EMAER).

II - Membros do GT:

- a) Brig Méd WALTER KISCHINHEVSKY (DIRSA);
 - b) Brig Ar WALCYR JOSUÉ DE CASTILHO ARAÚJO (EMAER);
 - c) Brig Ar R1 ROVERSON WILLIAM MILKER FIGUEIREDO (COMGEP);
 - d) Cel Av VALDIR EDUARDO TUCKUMANTEL CODINHOTO (EMAER);
 - e) Cel Av HAMILTON LIMA DA ROCHA CALLADO JÚNIOR (EMAER);
 - f) Cel Av MAURÍCIO PAGUIARINI GUIDINI (COMGEP);
 - g) Cel Av ANTONIO FERREIRA DE LIMA JÚNIOR (BAFL);
 - h) Ten Cel Av DELVAN DE SOUZA MATHIAS (COMGEP);
-

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

- i) Ten Cel Av MARCELO VILELA DE ASSIS (EMAER);
- j) Ten Cel Int ALEXANDRE VALE DA ROCHA (COMGEP);
- k) Ten Cel Méd LUCIANO DE ALMEIDA BOTELHO (DIRSA);
- l) Maj Int FLÁVIA RAMOS MAIA (DIREF);
- m) Maj Méd FÁBIO AMADEU REIS DA SILVA (COMGEP);
- n) Maj Méd NATHALIE HEMMI VALENTE (BAFL);
- o) Maj Int JACKSON JOSÉ BASSO (DIREF);
- p) Maj Dent LUIZ FRANCO GALEAZZI PAZ (BAFL);
- q) Cap Méd CRISTIANE BAMBINI (BAFL);
- r) 1º Ten Eng Civ MARCELO BATISTA LIMA (BAFL);
- s) 1º Ten QOCON Enf TATIANE APARECIDA ALVES SILVA (BAFL);
- t) 1º Ten QOCON Sju GUSTAVO MARTINS DE CARVALHO (COMGEP) e
- u) 2º Ten QOCON Sju ELIEDA VENCESLAU DE LIMA VENÂNCIO DA PENHA (BAFL).

Art. 3º A critério do Presidente do GT, outros militares poderão ser convocados para participarem das reuniões deste grupo de trabalho.

Art. 4º Ao término dos trabalhos, o Presidente do GT deverá apresentar a(s) ata(s) e/ou relatórios com os estudos, análises e propostas realizadas pelo GT.

Art. 5º O GT deverá concluir os trabalhos em até 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar RAUL BOTELHO
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

4 - REQUERIMENTO

O Exmo Sr Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica exarou o seguinte despacho no requerimento em que o **1º Ten Av MURILO KLÖCKNER NARCISO**, (Proc. nº 67730.000392/2017-90), servindo no CPORAER-SJ, solicita dispensa do cumprimento da condição peculiar para promoção referente às provas aéreas relativas ao Posto de 1º Tenente, por ter deixado de exercer de forma continuada a atividade de voo:

“Deferido, de acordo com o Art. 12 da Portaria nº 1.177/GC3, de 28 de dezembro de 2009.”

(Item 24/EMAER/2017)

O Exmo Sr Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica exarou o seguinte despacho no requerimento em que o **Maj Av NELSON ALEX ROSO**, (Proc. nº 67560.001833/2017-70), servindo na UNIFA, solicita dispensa do cumprimento da condição peculiar para promoção referente às provas aéreas relativas ao Posto de Major, por ter deixado de exercer de forma continuada a atividade de voo:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

“Deferido, de acordo com o Art. 12 da Portaria nº 1.177/GC3, de 28 de dezembro de 2009.”

(Item 25/EMAER/2017)

O Exmo Sr Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica exarou o seguinte despacho no requerimento em que o **Ten Cel Av MANUEL ANTONIO DE LA SAGRA FAGUNDES PÉREZ**, (Proc. nº 67560.001901/2017-09), servindo na UNIFA, solicita dispensa do cumprimento da condição peculiar para promoção referente às provas aéreas relativas ao Posto de Tenente Coronel, por ter deixado de exercer de forma continuada a atividade de voo:

“Deferido, de acordo com o Art. 12 da Portaria nº 1.177/GC3, de 28 de dezembro de 2009.”

(Item 26/EMAER/2017)

SEÇÃO II - COMANDO-GERAL DE APOIO

1 - CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE SÃO PAULO – DISPENSA E DESIGNAÇÃO

PORTARIA COMGAP Nº 37/1EM, DE 28 ABRIL DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DE APOIO, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na alínea “b”, do inciso II, do Art. 1º da Portaria nº 1986/GC3, de 24 NOV 2014, resolve:

Dispensar o Cel Int R1 ULISSES DIAS DA MOTA do cargo de Chefe da Divisão Administrativa do Parque de Material Aeronáutico de São Paulo, a contar de 24 ABR 2017.

Designar o Ten Cel QOESUP ROBSON FIGUEIREDO DOS SANTOS para assumir o cargo de Chefe da Divisão Administrativa do Parque de Material Aeronáutico de São Paulo, a contar de 24 ABR 2017.

Ten Brig Ar PAULO JOÃO CURY
Comandante-Geral de Apoio

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

SEÇÃO III - COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS

1 – CPIV SP – 2 - ORDEM DE MATRÍCULA

PORTARIA COMGAR Nº 78/SCAP-50, DE 10 DE MAIO DE 2017.

Dá ordem de matrícula no Curso de Preparação de Instrutores de Voo Semipresencial (CPIV SP - 2).

O CHEFE DA SUBCHEFIA DE APOIO DO COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS (COMPREP), no uso das atribuições que lhe confere, por delegação de competência, a PORTARIA COMGAR Nº 175/GABGAR-20, de 18 de dezembro de 2014, e considerando o disposto no item 2.12.1 da TCA 37-4 "Cursos e Estágios do COMGAR (COMPREP)", aprovada pela PORTARIA COMGAR Nº 69/SCAD-20, de 19 de abril de 2017, resolve:

Art. 1º Dar ordem de matrícula no Curso de Preparação de Instrutores de Voo Semipresencial (SPIV-SP - 2), a ser realizado na BANT (NuAla 10), no período de 12 de junho a 04 de agosto de 2017, aos seguintes militares:

CAP AV	THIAGO DE OLIVEIRA PINHEIRO	1º/7º GAV
CAP AV	RODRIGO COSTA PAZ	AFA
CAP AV	OLIVIO MARTINI MARANGON	1º/2º GT
CAP AV	LÁZARO DE LIMA BARBOSA	1º/7º GAV
1º TEN AV	GLEYDSON DE SOUSA MAIOR	5º/8º GAV
1º TEN AV	ADÔNIS VIRGÍLIO TEIXEIRA PINTO	1º/3º GAV
1º TEN AV	AGENOR DE ANDRADE REZENDE LIMA	7º/8º GAV
1º TEN AV	ARON NELLY JUNIOR	3º ETA
1º TEN AV	AUGUSTO CESAR SAMPAIO GOMES	1º ETA
1º TEN AV	CARLOS ALEXANDRE L. GOMES DO AMARAL	5º/8º GAV
1º TEN AV	CARLOS AUGUSTO COSTA JUNIOR	5º ETA
1º TEN AV	CARLOS EDUARDO DE SA AMARAL OLIVEIRA	1º/3º GAV
1º TEN AV	CHRYSTIAN JONES MAIA	2º/7º GAV
1º TEN AV	CIRO VASCONCELOS RODRIGUES	6º ETA
1º TEN AV	DANIEL ALPINO RODRIGUES SILVA	2º/3º GAV
1º TEN AV	DANIEL MARTINS MONTEIRO DA SILVA	1º/3º GAV
1º TEN AV	EMMANUEL DE OLIVEIRA NOVAES	1º/3º GAV
1º TEN AV	FELIPE DA SILVA FERNANDES	6º ETA
1º TEN AV	FERNANDO HENRIQUE DE MELLO	7º ETA
1º TEN AV	GLEDSON ARTHUR DO NASCIMENTO	2º/7º GAV

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

1º TEN AV	GUILHERME LUÍS COSTA	1º/3º GAV
1º TEN AV	HENRIQUE PINHEIRO DE SOUZA BASTOS	2º/7º GAV
1º TEN AV	HERON PEREIRA ALVES	1º ETA
1º TEN AV	ITAMAR MENDES DA SILVA JUNIOR	5º/8º GAV
1º TEN AV	JOSÉ WELLINGTON FÉLIX DE CARVALHO	1º/8º GAV
1º TEN AV	JOÃO PAULO GOMES TOSTES	1º/3º GAV
1º TEN AV	JOÃO PAULO JACINTO DE LEMOS SILVA	5º/8º GAV
1º TEN AV	KALIL PRADO KATIB	2º/3º GAV
1º TEN AV	LUCAS ALEXANDRE NUNES BRAZ	7º/8º GAV
1º TEN AV	MARLON ALBERONE RIOS DE ALMEIDA	3º ETA
1º TEN AV	PEDRO JOSÉ LEMOS GOULART	6º ETA
1º TEN AV	POSSIDONIO FRANCISCO DA SILVA JUNIOR	7º ETA
1º TEN AV	RICARDO SCHUCH DE CASTRO	2º ETA
1º TEN AV	ROBERTHA LIMA SOUZA DA SILVA	1º/2º GT
1º TEN AV	SERGIO DE SOUZA JUNIOR	2º/3º GAV
1º TEN AV	THIAGO VIDAL DE OLIVEIRA	2º/7º GAV
1º TEN AV	VICTOR AUGUSTO DA SILVA	5º ETA
1º TEN AV	VITOR FELIPPE LIMA	1º/14º GAV
1º TEN AV	VITOR RIJK RUFINO	6º ETA
1º TEN AV	WAGNER AMARO SILVA JUNIOR	1º ETA

Brig Ar LUIZ GUILHERME SILVEIRA DE MEDEIROS
Chefe da Subchefia de Apoio do COMGAR

2 – GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO - AUTORIZA O PAGAMENTO

PORTARIA COMGAR Nº 80/SCAP-10, DE 10 DE MAIO DE 2017.

Autoriza o pagamento de Gratificação de Representação.

O COMANDANTE-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS, de conformidade com o previsto no § 1º do Art. 6º da Portaria nº 942/GC4, de 29 de julho de 2016, o inciso II do art. 1º do Decreto nº 8.733, de 2 de maio de 2016, e o que consta do Processo nº 67271.005103/2017-01, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento da Gratificação de Representação de 2% (dois por cento) do soldo, pelo número de dias declarado ao lado do militar abaixo relacionado, pertencente ao efetivo da Ala 3, participe da Composição do Comando Logístico de Teatro de Operações (CTLO) da Operação Laçador 2017, no Comando Militar do Sul, em Porto Alegre.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

§ 1º Ao MAJ QOEAV ROBERTO MARCOS ALVES DOS SANTOS, SARAM 208628-0, total de 05 dias, referentes ao período:

I - Início (06/03/2017) e término (10/03/2017).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA COMGAR Nº 81/SCAP-10, DE 10 DE MAIO DE 2017.

Autoriza o pagamento de Gratificação de Representação.

O COMANDANTE-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS, de conformidade com o previsto no § 1º do Art. 6º da Portaria nº 942/GC4, de 29 de julho de 2016, o inciso II do art. 1º do Decreto nº 8.733, de 2 de maio de 2016, e o que consta do Processo nº 67224.001315/2017-77, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento da Gratificação de Representação de 2% (dois por cento) do soldo, pelo número de dias declarado de cada militar abaixo relacionado, pertencente ao efetivo da Ala 14, participe da Operação Potiguar II, no comprimento de Missão da Garantia da Lei e da Ordem e Operação de Controle de Distúrbio.

1º § Ao 3S SGS BRUNO RAPHAEL DUARTE, SARAM 474977-1, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

2º § Ao 3S SGS RAIMUNDO JORGE PENHA VINAGRE, SARAM 225081-0, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

3º § Ao 3S SGS FELIPE MELLO MENDES, SARAM 644849-6, total de 17 dias, referente ao período: I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

4º § Ao 3S SGS VINICIUS TERRA GANDRA DA SILVA, SARAM 655585-9, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

5º § Ao CB SGS DAVYD FEITOSA DE MELO ARAUJO, SARAM 630023-5, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

6º § Ao CB SGS DAVI OLIVEIRA DE SOUZA, SARAM 629992-0, total de 17 dias, referente ao período:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

7º § Ao S1 SGS JOÃO VITOR LEAL DOS SANTOS, SARAM 642393-0, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

8º § Ao S1 SGS IAGO AQUINO DA CONCEIÇÃO PACHECO, SARAM 642374-4, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

9º. § Ao S1 SGS RAFAEL DANTAS RIBEIRO DA CONCEIÇÃO, SARAM 653411-2, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

10º. § Ao S2 SNE ANTONIO RAUL SANTOS DE JESUS, SARAM 664281-0, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

11º. § Ao S2 SNE SÉRGIO FILIPE DA SILVA PASSOS, SARAM 670933-8, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

12º. § Ao S2 SNE ARTUR RUFINO FURTADO, SARAM 670946-0, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

13º. § Ao S2 SNE ERIVELTON TEIXEIRA DE ARAUJO JUNIOR, SARAM 664259-4, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

14º. § Ao S2 SNE DAVID BRITO DO NASCIMENTO, SARAM 660925-2, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

15º. § Ao S2 SNE LEONARDO SANTOS DO VALE, SARAM 671235-5, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

16º. § Ao S2 SNE REGINALDO FRANÇA DOS SANTOS, SARAM 670968-0, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

17º. § Ao S2 SNE GLADSON CONCEIÇÃO DOS SNATOS, SARAM 670949-4, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

18º. § Ao S2 SNE CLÁUDIO DA SILVA BISPO CARDOSO, SARAM 671246-0, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

19º. § Ao S2 SNE ISAQUE DE JESUS DOS SANTOS, SARAM 670945-1, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

20º. § Ao S2 SNE LUCAS ALEXANDRE MASCARENHAS DE JESUS, SARAM 670965-6, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

21º. § Ao S2 SNE ISAQUE FERNANDES DA SILVA, SARAM 670952-4, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

22º. § Ao S2 SNE DEIVISSON TELES DOS REIS, SARAM 670976-1, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

23º. § Ao S2 SNE NEIVAL DA CRUZ JUNIOR, SARAM 6709737, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

24º. § Ao S2 CLÁUDIO DOS SANTOS BARAUNA, SARAM 670928-1, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

25º. § Ao S2 SNE EBERTE MARISON OLIVEIRA DE CARVALHO, SARAM 670918-4, total de 17 dias, referente ao período:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

26º. § Ao S2 SNE VICTOR HENRIQUE NASCIMENTO SOARES, SARAM 670926-5, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

27º. § Ao S2 SNE WENSLON DA SILVA DE SOUZA, SARAM 670981-8, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

28º. § Ao S2 SNE LUIZ HENRIQUE SANTANA BRANDÃO, SARAM 670942-7, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017); e

29º. § Ao S2 SNE VANDERSON DE JESUS QUEIROZ, SARAM 671237-1, total de 17 dias, referente ao período:

I - Início (20/01/2017) e término (05/02/2017).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA COMGAR Nº 79/SCAP-10, DE 10 DE MAIO DE 2017.

Autoriza o pagamento de Gratificação de Representação.

O COMANDANTE-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS, de conformidade com o previsto no § 1º do Art. 6º da Portaria nº 942/GC4, de 29 de julho de 2016, o inciso II do art. 1º do Decreto nº 8.733, de 2 de maio de 2016, e o que consta do Processo nº 67371.001330/2017-21, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento da Gratificação de Representação de 2% (dois por cento) do soldo, pelo número de dias declarado ao lado de cada militar abaixo relacionado, pertencentes ao efetivo do NuAla 10, partícipes da Operação Potiguar II.

§ 1º Ao CAP INF ELTON ALVES DA SILVA, SARAM 3834670, total de 03 dias, referente ao período:

I - Início (02/02/2017) e término (05/02/2017).

§ 2º Ao CAP INF ALLYSON VASCONCELLOS PORFÍRIO DA SILVA, SARAM 4019857, total de 13 dias, referente ao período:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

I - Início (21/01/2017) e término (02/02/2017).

§ 3º Ao 1º TEN INF JOSUÉ FERREIRA DE MELLO AZEVEDO, SARAM 4391500, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 4º Ao 1S SGS MARCELO DE SOUZA OLIVEIRA, SARAM 2675919, total de 09 dias, referente ao período:

I - Início (28/02/2017) e término (05/02/2017).

§ 5º Ao 1SGS EDUARDO VENITE LIMA, SARAM 3502139, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/02/2017) e término (05/02/2017).

§ 6º Ao THIAGO ALVES DA SILVA COSTA, SARAM 4278275, total de 16 dias, referente ao período:

- Início (21/02/2017) e término (05/02/2017).

§ 7º Ao 2S SGS DAYVID RAIMUNDO DA COSTA FREIRE, SARAM 4323726, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/02/2017) e término (05/02/2017).

§ 8º Ao 2S SGS BERGSON TOMAZ E SILVA, SARAM 3182797, total 01 dia, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (22/01/2017).

§ 9º Ao 2S SGS WLADIMIR PINHEIRO DA SILVA, SARAM 3358747, total 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 10. Ao 3S SGS JAIME ALBANO NEUBARTH, SARAM 3819949, total de 08 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (27/01/2017).

§ 11. Ao 3S SGS MARCELO HENRIQUE CARVALHO DA ROCHA, SARAM 6659462, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

§ 12. Ao 3S SGS RENAN DE SOUZA REIS, SARAM 6628184, total de 14 dias, referente ao período:

I - Início (23/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 13. Ao 3S QESA MANASSÉS MEDEIROS, SARAM 1015494, total 1015494, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 14. Ao CB SGS JEAN CARLOS INOCÊNCIO DA SILVA, SARAM 6270395, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 15. Ao CB SGS PEDRO FELIPE QUEIROGA DE SOUZA, SARAM 6269559, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 16. Ao CB SGS JACKSON RENAN SALES DE SOUZA, SARAM 6270735, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017)

§ 17. Ao S2 NE HERCULES FELIPE MEDEIROS DE ANDRADE, SARAM 6751229, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 18. Ao S2 NE CAIO RODRIGO DE SOUZA AMBRÓSIO, SARAM 6751652, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 19. Ao S2 NE THALES GUTEMBERG FERNANDES NOGUEIRA, SARAM 67877003, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 20. Ao S2 NE WILHAM JULIO LIMA DE FIGUEIREDO, SARAM 6760554, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 21. Ao S2 NE DEYVID ANDERSON DA SILVEIRA OLIVEIRA, SARAM 6751458, total de 16 dias, referente ao período:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 22. Ao S2 NE RENATO ARAÚJO LIMA, SARAM 6751830, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 23. Ao S2 NE KENNEDY WANDERLEY RAMOS DA SILVA, SARAM 6631304, total 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 24. Ao S2 NE RENNAN SILVA MOURA, SARAM 6760600, total de 14 dias, referente ao período:

I - Início (23/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 25. Ao S2 NE ALLAN DO NASCIMENTO BERNARDINO, SARAM 6760597, total de 14 dias, referente ao período:

I - Início (23/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 26. Ao S2 NE FRANCISCO PAULO MAROQUE DA SILVA, SARAM 6751709, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 27. Ao S2 NE JOSÉ CHACON GUERRA NETO, SARAM 6751660, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 28. Ao S2 NE FERNANDO TALLES GONÇALVES DA SILVA, SARAM 6797936, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 29. Ao S2 NE ALVARO VITOR ANDRADE BARROS, SARAM 6751172, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 30. Ao S2 NE RONALDO DA SILVA JUNIOR, SARAM 6751610, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

§ 31. Ao S2 NE DOUGLAS EDSON DE ARAÚJO SILVA, SARAM 6751318, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 32. Ao S2 NE ARTUR CESAR BATISTA DA SILVA, SARAM 6751776, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (23/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 33. Ao S2 NE PEDRO VINÍCIUS MOREIRA DE ARAÚJO, SARAM 6751784, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (23/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 34. Ao S2 NE JOANDERSON FERREIRA DE OLIVEIRA, SARAM 6751237, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (23/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 35. Ao S2 NE GILBERTO BARBOSA FREIRE JÚNIOR, SARAM 6751156, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 36. Ao S2 NE MAURICIO FERNANDO DANTAS TAVARES, SARAM 6751466, total 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 37. Ao S2 NE ARTUR LUIZ SOUSA DE ARAUJO, SARAM 6751539, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 38. Ao S2 NE JOAS GABRIEL DA SILVA MENDES, SARAM 6751385, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 39. Ao S2 NE EMERSON BORGES DA SILVA, SARAM 6751741, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 40. Ao S2 NE JAIRO GABRIEL MAGALHÃES DA SILVA QUIRINO, SARAM 6751164, total de 16 dias, referente ao período:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 41. Ao S2 NE RENÊ SOARES PEREIRA COSTA, SARAM 6692672, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 42. Ao S2 NE WYLLER PACÍFICO BATISTA DA COSTA, SARAM 6691358, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 43. Ao S2 NE ADEMIR FERNANDES DA SILVA PEREIRA, SARAM 6757944, total de 16 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 44. Ao S2 NE THALES FELIPE GALDINO DE OLIVEIRA, SARAM 6760430, total de 14 dias, referente ao período:

I - Início (23/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 45. Ao S2 NE MATHEUS LUCAS DE AZEVEDO, SARAM 6751806, total de 14 dias, referente ao período:

I - Início (23/01/2017) e término (05/02/2017).

§ 46. Ao S2 NE JOSÉ DOWGLAS PINHEIRO BEZERRA, SARAM 6692320, total de 05 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (25/01/2017).

§ 47. Ao S2 NE EMERSON PAULO DE OLIVEIRA, SARAM 6631339, total de 02 dias, referente ao período:

I - Início (25/01/2017) e término (26/01/2017).

§ 48. Ao S2 NE GABRIEL GOMES DE MEDEIROS BARBOSA, SARAM 6700942, total de 03 dias, referente ao período:

I - Início (26/01/2017) e término (28/01/2017).

§ 49. Ao S2 NE WASHINGTON RAIMUNDO DA SILVA, SARAM 6692192, total de 04 dias, referente ao período:

I - Início (28/01/2017) e término (31/01/2017).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

§ 50. Ao S2 NE YURI MATEUS DE MENEZES MATIAS, SARAM 6692141, total de 05 dias, referente ao período:

I - Início (31/01/2017) e término (04/02/2017).

§ 51. Ao S2 NE MARCOS MONTEIRO DE OLIVEIRA, SARAM 6751571, total de 08 dias, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (28/01/2017).

§ 51. Ao S2 NE JOÃO CARLOS BERNARDO SANTOS, SARAM 6691820, total de 01 dia, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (22/01/2017).

§ 52. Ao S2 NE ELDER DE CARVALHO SILVA, SARAM 6751687, total de 01 dia, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (22/01/2017).

§ 53. Ao S2 NE EDUARDO DE CARVALHO SILVA, SARAM 6631193, total de 01 dia, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (22/01/2017).

§ 54. Ao S2 NE JOÃO PAULO MEDEIROS MACENA, SARAM 6751369, total de 01 dia, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (22/01/2017).

§ 55. Ao S2 NE VINÍCIUS ALFREDO DE MORAIS, SARAM 6760570, total de 01 dia, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (22/01/2017).

§ 56. Ao S2 NE LUCAS FELIPE AVELINO DA COSTA, SARAM 6751644, total de 01 dia, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (22/01/2017).

§ 57. Ao S2 NE ELIAB COSTA DA SILVA, SARAM 6751857, total de 01 dia, referente ao período:

I - Início (21/01/2017) e término (22/01/2017).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar ANTÔNIO CARLOS EGITO DO AMARAL
Comandante-Geral de Operações Aéreas

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

3 - RETIFICAÇÃO

Retificar a matéria do BCA nº 167, de 29 de setembro de 2016, nas folhas nº 7788 e 7789 no anexo, referente à Portaria nº 157/SCAP-10, de 14 de setembro de 2016, que versa sobre o pagamento de Gratificação de representação de 2% (dois por cento) do soldo. De conformidade com o previsto no § 1º do Art. 6º da Portaria nº 942/GC4, de 29 de julho de 2016, o inciso II do Art. 1º do Decreto nº 8.733, de 02 de maio de 2016.

Onde se lê:

§ 1º Ao CEL AV ROBERTO LANGSH BENZECRY, SARAM 167995-3, referente ao período:

I - Dias de representação: 02.

§ 2º Ao MJ INF ANDRÉ FERNANDES ALMEIDA DA SILVA, SARAM 317789-0, referente:

I - Dias de Representação: 01.

§ 3º Ao FLÁVIO TIAGO FERNANDES, SARAM 175212-0, referente:

I - Dias de representação: 01.

§ 4º Ao LUIZ ANTÔNIO DE ARAÚJO, SARAM 159250-5, referente:

I - Dias de representação: 01.

Leia-se:

§ 1º Ao CEL AV ROBERTO LANGSH BENZECRY, SARAM 167995-3, referente ao período:

I - Dias de representação: 12.

§ 2º Ao MJ INF ANDRÉ FERNANDES ALMEIDA DA SILVA, SARAM 317789-0, referente:

I - Dias de Representação: 12.

§ 3º Ao FLÁVIO TIAGO FERNANDES, SARAM 175212-0, referente:

I - Dias de representação: 12.

§ 4º Ao LUIZ ANTÔNIO DE ARAÚJO, SARAM 159250-5, referente:

I - Dias de representação: 12.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

Desconsiderar a retificação da referida portaria constante do BCA nº 077, de 10 de maio de 2017.

Brasília, 11 de maio de 2017.

Ten Brig Ar ANTÔNIO CARLOS EGITO DO AMARAL
Comandante-Geral de Operações Aéreas

SEÇÃO IV – COMANDO-GERAL DO PESSOAL

1 – MILITAR À DISPOSIÇÃO DO COMANDO DO EXÉRCITO

PORTARIA COMGEP Nº 829/DPM, DE 10 DE MAIO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, em conformidade com o previsto no inciso VIII do Art 2º da Portaria nº 827/GC3, de 6 de julho de 2016, por Delegação de Competência, e considerando o que consta no Processo nº 67200.003676/2017-26, resolve:

Colocar o Terceiro-Sargento QSCON TIN RICARDO LINCK PONTES (3351734), *ex officio*, por necessidade do serviço, à disposição do Comando do Exército, a fim de prestar serviço no Colégio Militar de Porto Alegre, sem prejuízo da remuneração a que faz jus pelo Comando da Aeronáutica.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ
Comandante-Geral do Pessoal

2 - PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO

Foram dispensados da Prestação de Tarefa por Tempo Certo, mediante ato publicado em Boletim Interno das respectivas OM, os militares abaixo relacionados:

SARAM	PST/GRAD	NOME	OM	MOTIVO	DATA DISPENS A	BOL INT	DATA BOL INT
0815756	CAP QOEA MET REFM	VENILTON HELENO DE ALMEIDA	DTCEA-FI	a pedido	28/11/2016	3	05/01/2017
1675346	CAP QOEA GDS R/1	GILSON XIMENES ARAGÃO	BANT	ex officio	02/12/2016	72	13/12/2016
0591700	SO QTA TAR REFM	OSVALDO GALDINO DA SILVA	VI COMAR	a pedido	02/12/2016	235	16/12/2016
1508865	SO QSS SMU REFM	JÚLIO CÉSAR LEMES BARBOSA	CPORAER SJ	a pedido	19/12/2016	223	20/12/2016
1590820	SO QSS SEM R/1	WINDISOR LEITE DO PRADO	CPORAER SJ	a pedido	19/12/2016	230	30/12/2016
0706825	3S QESA BSP REFM	KITAÇUA PINHEIRO MARQUES	GAP-NT	ex officio	24/12/2016	14	25/01/2017
1211854	CEL QOAV R/1	REYNALDO PEREIRA ALFARONE JUNIOR	VI COMAR	ex officio	27/12/2016	7	10/01/2017

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

0655953	TEN CEL QOINT R/1	FREDERICO JOSÉ TADEU VIANA DOS SANTOS	VI COMAR	ex officio	27/12/2016	7	10/01/2017
0582697	SO QSS SGS REFM	JORGE VANDERLEI DE AZEVEDO	GAP-DF	ex officio	27/12/2016	7	10/01/2017
0864749	SO QSS SEL REFM	HELIO MARQUES ROCHA	BASP	a pedido	27/12/2016	68	27/12/2016
0067334	SO QSS SAD REFM	FRANCISCO FERREIRA DE CARVALHO	IAE	a pedido	31/12/2016	230	30/12/2016
1068920	SO QSS SAD REFM	CELSO DE MATTOS	GAP-GL	a pedido	03/01/2017	28	20/02/2017
1139223	3S QESA SAD R/1	ADEIGI ABADIO PEREIRA	GABAER	a pedido	03/01/2017	1	03/01/2017
0488020	SO QSS BMA REFM	HAROLDO GOMES GAIÃO	MUSAL	ex officio	17/01/2017	28	08/02/2017
0723509	TEN CEL QOMED REFM	JOSÉ REGIS LOPES DE ALVARENGA	CEMAL	ex officio	22/01/2017	52	31/03/2017
0453358	TEN CEL QOINT R/1	UBALDO MALLO DA SILVA BRAGANÇA NETO	GAP-YS	ex officio	03/02/2017	37	20/02/2017
0521221	TEN CEL QOESUP REFM	ROGERO DE CARVALHO FONSECA	CDA	a pedido	10/02/2017	47	06/03/2017
0767395	SO QTA TAR REFM	JORGE DE FREITAS PEREIRA	DIRENG	ex officio	20/02/2017	45	21/03/2017
0584258	SO QSS SAD REFM	JOSÉ AIRTON LOPES DE MEDEIROS	VI COMAR	ex officio	22/02/2017	50	14/03/2017
1087851	3S QESA SAD REFM	CLAUDIO JOSÉ PESSANHA DOS SANTOS	DIRAP	a pedido	28/02/2017	35	06/03/2017
1554891	CEL QOINT R/1	ALMIR BRASILEIRO BEZERRA	IAE	a pedido	02/03/2017	36	08/03/2017
2277220	SO QSS BCT R/1	WILSON AZEVEDO DE SOUZA	HFA	a pedido	05/03/2017	75	19/04/2017
0584720	CAP QOEA MET REFM	PAULO RICARDO CARNEIRO BEZERRA	DTCEA-NT	a pedido	06/03/2017	35	07/03/2017
1250590	SO QTA TAR REFM	JORGE LUIS DA SILVA	PARF	a pedido	09/03/2017	60	12/04/2017
0528196	SO QSS BMA REFM	MARCOS ANTONIO SALES DOS SANTOS	BANT	a pedido	16/03/2017	46	27/03/2017
0173940	CAP QOEA FOT REFM	JOÃO BOSCO DA SILVA	EEAR	ex officio	31/03/2017	62	31/03/2017
0778290	1º TEN QOEA FOT REFM	WALTER BARROCA DA SILVA	BINFAR- RF	a pedido	31/03/2017	49	27/03/2017
1278398	SO QSS SEM R/1	ROBERTO DE ALBUQUERQUE TORRES	GAP-GL	a pedido	31/03/2017	54	04/04/2017
0126977	SO QSS SEF REFM	CARMELO RABELO MESQUITA	HFAB	a pedido	07/04/2017	77	24/04/2017
1259407	3S QESA SAD R/1	JOSÉ DE ARIMATEIA PEREIRA DE ARAUJO	GAP-NT	a pedido	08/04/2017	54	10/04/2017

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

0111317	2S QSS SAD R/1	MAURO TORRIGO	PASP	ex officio	13/04/2017	64	19/04/2017
0920312	SO QSS SEL REFM	ANILTON JOSÉ ANSCHAU	CIAER	a pedido	22/04/2017	20	26/04/2017
0915831	MAJ QOEMET REFM	JOÃO CARLOS DOS SANTOS MOREIRA	CINDACT A II	ex officio	24/04/2017	73	04/05/2017
0566314	CAP QOEFOT REFM	DELICIO BENJAMIM BARALDI	BASM	a pedido	01/05/2017	71	02/05/2017

Brasília-DF, 10 de maio de 2017.

MARCELLO OLIVEIRA KAUFFMANN CEL AV R/1
Chefe da Divisão de Pessoal Militar
Por Delegação

PORTARIA COMGEP Nº 830/DPM, DE 10 DE MAIO DE 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 165/GC3, de 24 de janeiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 67410.005091/2017-75, resolve:

Designar o CAP QOEA ANV R/1 FLÁVIO JOSÉ DOMINGUES DA CUNHA (Nr Ord 1593307), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, como Adjunto da Divisão de Proventos e Pensões Militares, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ
Comandante-Geral do Pessoal

SEÇÃO V – DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
(Sem alteração)

SEÇÃO VI - DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

1 - CURSO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR – CPJM/2017 – ORDEM DE MATRÍCULA COMPLEMENTAR

Seja dada Ordem de Matrícula Complementar, à militar abaixo relacionada, no Curso de Polícia Judiciária Militar – CPJM/2017, a ser ministrado no CIEAR, no período de 29 maio a 09 de junho de 2017.

a) Em conformidade com a Msg Fac-símile nº 786/1GAB3/12947, de 8 maio 2017, da DIRAP :

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

Nº	POSTO/GRAD	NOME	UNIDADE
1	ASP QOCON SJU	TAMINA MATOS BRANDÃO	DIRAP

Observações: A militar acima mencionada deverá acessar o site do CIEAR (intraer ou Internet), preencher e enviar a Ficha de Informações Pessoais (FIP), disponível na opção “Estude no CIEAR ☐ FIP”, para o *e-mail* sde.ciear@fab.mil.br, impreterivelmente, até 5 (cinco) dias antes do início do curso em tela.

(Item 041/SECCE/UNIFA/2017)

Seja dada Ordem de Matrícula Complementar, ao militar abaixo relacionado, no Curso de Polícia Judiciária Militar – CPJM/2017, a ser ministrado no CIEAR, no período de 29 maio a 09 de junho de 2017.

a) Em conformidade com a Msg Fac-símile nº 289/2AJUR3/6755, de 2 maio 2017, da DIRAD :

Nº	POSTO/GRAD	NOME	UNIDADE
1	ASP QOCON SJU	TIAGO GREGÓRIO DE VIEIRA SANTOS	DIRAD

Observações: O militar acima mencionado deverá acessar o site do CIEAR (intraer ou Internet), preencher e enviar a Ficha de Informações Pessoais (FIP), disponível na opção “Estude no CIEAR ☐ FIP”, para o *e-mail* sde.ciear@fab.mil.br, impreterivelmente, até 5 (cinco) dias antes do início do curso em tela.

(Item 042/SECCE/UNIFA/2017)

SEÇÃO VII - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL

1 – DISPENSA E DESIGNAÇÃO

PORTARIA DCTA Nº 135-T/DPJ, DE 10 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso de suas atribuições previstas no inciso IV do art. 9º do Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria nº 1.679/GC3, de 21 de dezembro de 2016; de acordo com a atribuição prevista na alínea "e" do item 3.1 da NSCA 11-1 "Organização e Funcionamento do Sistema de Planejamento Institucional da Aeronáutica (SISPLAER)", aprovada pela Portaria EMAER nº 22/6SC1, de 29 de junho de 2012, delegada ao DCTA por meio do Ofício nº 7/6SC/13990, de 26 de novembro de 2012 (Processo nº 67050.012475/2012-76); e, ainda, considerando o que consta do Processo nº 67780.000694/2017-72, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

Art. 1º Dispensar o Tecnologista PAULO GILBERTO DE PAULA TORO (IEAV/SIAPE 209696), designado pela Portaria DCTA nº 202-T/DPJ, de 25 de maio de 2016, de exercer a função de Adjunto do Gerente do Projeto PROPHIPER.

Art. 2º Designar o Pesquisador DERMEVAL CARINHANA JUNIOR (IEAV/SIAPE 1349467), para exercer a função de Adjunto do Gerente do Projeto PROPHIPER.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar CARLOS AUGUSTO AMARAL OLIVEIRA
Diretor-Geral do DCTA

**SEÇÃO VIII - SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA
AERONÁUTICA**
(Sem alteração)

QUINTA PARTE

ATOS DOS TITULARES DE DIRETORIAS

SEÇÃO I - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

MILITAR

1 – ADIÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 2.471/2SM, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso I, alínea "a", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 JUL 2016, em conformidade com o art. 184, inciso I, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 366/DLE, de 23 MAR 2015, resolve:

Adir, com a finalidade de mobilização, justiça e disciplina, aos Comandos Aéreos Regionais abaixo discriminados e vincular às Organizações Militares adiante de seus nomes mencionadas, com vistas à percepção de proventos, de acordo com o item 3.2.7, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2.707/DSM, de 30 MAIO 2008, os seguintes militares:

ADIÇÃO	VINCULAÇÃO
<u>PRIMEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL</u>	
SO SGS R/1 RICARDO DA SILVA PERES (Nr Ord 1278347)	GAP BE
<u>SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL</u>	
Cel Farm R/1 GEOVANI REIS MATIUZZI (Nr Ord 2374382)	GAP RF
Ten Cel Med R/1 ÉRICO GONÇALVES BANDEIRA (Nr Ord 2175711)	GAP RF

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

SO BCO R/1 ANDRÉ LUIS DA CUNHA (Nr Ord 2022184)	GAP SV
SO SDE R/1 OLAVO NASCIMENTO CORREA JUNIOR (Nr Ord 1755927)	GAP NT

TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL

Cel Eng R/1 ANTONIO JOSÉ CARNEIRO CAMPOS (Nr Ord 2361248)	PIPAR
1º Ten QOEA SVH JORGE LUIS E SOUZA MENDES (Nr Ord 1673858)	PIPAR
SO BEI R/1 ANTONIO CARLOS GOMES DA SILVA (Nr Ord 2350041)	PIPAR
SO BMT R/1 EDUARDO SANTOS PEREIRA (Nr Ord 2410460)	PIPAR
SO BMT R/1 OMAR DE SÁ POLASTRE (Nr Ord 2085011)	PIPAR
SO BET R/1 SÉRGIO AUGUSTO BOTELHO REBOLHO (Nr Ord 2557843)	PIPAR

QUARTO COMANDO AÉREO REGIONAL

Cel Esp Fot R/1 MARCO ANTONIO PIZANI DOMICIANO (Nr Ord 1479385)	GAP SJ
Ten Cel Dent R/1 MAURICIO PIENNA SOARES (Nr Ord 2356759)	GAP YS
SO BEI R/1 LUIZ FERNANDO FERNANDES LOPES (Nr Ord 2408201)	GAP SP

QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL

SO BCO R/1 CARLOS ALENCAR BERTON (Nr Ord 1847457)	GAP CO
SO BMT R/1 CLEBER MACHADO DE SOUZA (Nr Ord 2087391)	GAP CT

SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL

SO SAD R/1 JOANÃ CARVALHO MITOURA MOREIRA (Nr Ord 2492466)	GAP DF
SO SAD R/1 VANDERLEI ZANOLINE VICENTE (Nr Ord 1782827)	GAP DF

SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL

SO BFT R/1 ELCIO DE PAULA SAMPAIO (Nr Ord 2189291)	GAP MN
SO SMU R/1 MIGUEL DE OLIVEIRA CONCEIÇÃO (Nr Ord 1689100)	GAP MN
3S BMA R/1 JOSÉ PASCOAL SANCHO DA SILVA (Nr Ord 2032228)	GAP MN

PORTARIA DIRAP Nº 2.494/2SM, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso I, alínea "a", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 JUL 2016, em conformidade com o art. 184, inciso I, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 366/DLE, de 23 MAR 2015, resolve:

Adir, com a finalidade de mobilização, justiça e disciplina, aos Comandos Aéreos Regionais abaixo discriminados e vincular às Organizações Militares adiante de seus nomes mencionadas, com vistas à percepção de proventos, de acordo com o item 3.2.7, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2.707/DSM, de 30 MAIO 2008, os seguintes militares:

ADIÇÃO	VINCULAÇÃO
--------	------------

PRIMEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL

SO SML R/1 ELMO PACHECO JUNIOR (Nr Ord 1593064)	GAP BE
---	--------

SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL

SO SEL R/1 OSMARIO JOSÉ DE FREITAS LOPES (Nr Ord 2479320)	GAP SV
---	--------

TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL

SO SGS R/1 GILBERSON FERREIRA SILVA (Nr Ord 1751662)	PIPAR
SO SAD R/1 LILIAN FERNANDES DE OLIVEIRA VILLAÇA (Nr Ord 2188058)	PIPAR

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)QUARTO COMANDO AÉREO REGIONAL

1º Ten QOEA ANV R/1 PAULO DE TARSO ALMEIDA ARAUJO (Nr Ord 2224283)	GAP SP
SO BMA R/1 PAULO ROGERIO DE ALMEIDA (Nr Ord 1591584)	GAP SP
SO SDE R/1 ANDERSON MARCELO LABASTIE (Nr Ord 2280760)	GAP SP
3S BMB R/1 PAULO FERNANDO BUENO (Nr Ord 2089637)	GAP YS

SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL

SO BCT R/1 MOISÉS GOMES DE ALMEIDA (Nr Ord 1591304)	GAP DF
---	--------

HÉLIO ALVES BORGES Cel Inf Refm
Chefe Interino da DSM

PORTARIA DIRAP Nº 2.472/1CM1, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, alínea "a", da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 JAN 2017, resolve:

Adir à DIRAP, de acordo com o art. 2º, inciso IV, alínea "a" da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, o Maj Av PLINIO NUNES MARCOS (Nr Ord 3256928), do efetivo do GABAER, para fins administrativos, de justiça e de disciplina, por ter sido designado para integrar a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - RBJID, em Washington, DC, Estados Unidos da América, devendo exercer o cargo de Tradutor do Colégio Interamericano de Defesa (CID), conforme a Portaria nº 1.621/EMCFA/MD, de 18 ABR 2017.

PORTARIA DIRAP Nº 2.473/1CM1, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, alínea "a", da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 JAN 2017, resolve:

Adir à DIRAP, de acordo com o art. 2º, inciso IV, alínea "a" da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, o Cel Av CLAUDIO JOSÉ LOPEZ DAVID (Nr Ord 1708074), do efetivo do II COMAR, para fins administrativos, de justiça e de disciplina, por ter sido nomeado para integrar a Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa, em Washington, DC, Estados Unidos da América, devendo exercer o cargo de Assessor do Colégio Interamericano de Defesa (CID), no período de 01 JUL 2017 a 30 JUN 2019, conforme a Portaria nº 1.773/EMCFA/MD, de 27 ABR 2017.

JOSÉ DE REZENDE QUEIROZ Cel Av Refm
Ch Int da DCM

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

2 – ADIÇÃO - TRANSFERE

PORTARIA DIRAP Nº 2.504/2SM, DE 15 DE MAIO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso I, alínea "b", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 JUL 2016, em conformidade com o art. 184, inciso I, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 366/DLE, de 23 MAR 2015, resolve:

Transferir a adição, com a finalidade de mobilização, justiça e disciplina, do 2º Ten QOEA SVM R/1 JOSÉ ANTÔNIO DO AMARAL LEITE (Nr Ord 1825267), do Terceiro Comando Aéreo Regional para o Quinto Comando Aéreo Regional e a vinculação do Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica para o Grupamento de Apoio de Canoas, com vistas à percepção de proventos, de acordo com o item 3.3.3, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2.707/DSM, de 30 MAIO 2008.

HÉLIO ALVES BORGES Cel Inf Refm
Chefe Interino da DSM

3 – AGREGAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 2.476/2CM2, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "b", da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, resolve:

Agregar ao seu quadro o Ten Cel Med EDISON CASSIO AGUIRRE DE SOUZA (Nr Ord 2954621), de acordo com o art. 81, inciso I, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por ter sido designado para exercer função de natureza militar na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), no período de 10 de maio de 2017 a 15 de outubro de 2017, considerando a Portaria nº 1.813/EMCFA/MD, de 2 de maio de 2017.

JOSÉ DE REZENDE QUEIROZ Cel Av Refm
Ch Int da DCM

4 – CLASSIFICAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 2.478/1CM1, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "b", do RISAER, e considerando o Processo nº 67280.013127/2017-17, resolve:

Classificar, a contar de 20 ABR 2017, de acordo com o item 2.3.2.9, letra "b", da ICA 30-4, de 04 DEZ 2014, por conclusão da Primeira Fase do Estágio de Adaptação Técnico (EAT 2017), realizado no VI COMAR (Brasília - DF), os militares relacionados a seguir, nas seguintes OM:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA (Brasília - DF)
Asp Of QOCon Tec (ECO) GRAZIELLE DE CÁSSIA VIEIRA CARRÉRA (Nr Ord 6857175)

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA AERONÁUTICA (Brasília - DF)
Asp Of QOCon Tec (PUP) ALESSANDRA MENDES DURANTE (Nr Ord 6857531)

COMANDO DE DEFESA AEROESPACIAL BRASILEIRO (Brasília - DF)
Asp Of QOCon Tec (SJU) TAMARA ANZAI COUTINHO DE BARROS SILVA (Nr Ord 6857221)

ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA (Brasília - DF)
Asp Of QOCon Tec (AQV) CAROLINE ALMEIDA SODRÉ (Nr Ord 6857426)
Asp Of QOCon Tec (CIV) HANDERSON TAMEIRÃO DE FRANÇA (Nr Ord 6857558)

GRUPAMENTO DE APOIO DO DISTRITO FEDERAL (Brasília - DF)
Asp Of QOCon Tec (SJU) NATALIA FONTENELLE TORRES (Nr Ord 6857361)

NÚCLEO DA ALA 1 (Brasília - DF)
Asp Of QOCon Tec (SJU) JANAYNA SERRA NUNES (Nr Ord 6857329)

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR
Diretor da DIRAP

5 – DESPACHO DECISÓRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1236/3HI1/13495, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67552.001502/2017-39 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada MURILO REIS SALES, de 21 MAR 2017, com a finalidade de averbação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1237/3HI1/13496, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.005727/2017-89 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Senhor, NELSON CESAR BERTULUCCI, de 03 ABR 2017, com a finalidade de comprovação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1238/3HI1/13497, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.006021/2017-34 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada LUIZ ADUARDO CONSTANTIN DELFIM, de 19 ABR 2017, com a finalidade de averbação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1239/3HI1/13498, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67215.000918/2017-61 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Senhor SCILAS DE JESUS DA SILVA MUINHOS, de 25 JAN 2017, com a finalidade de comprovação junto à Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1240/3HI1/13499, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67552.001504/2017-28 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar da Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada CRISTIANE APARECIDA BAQUIM, de 17 FEV 2017, com a finalidade de averbação junto à Universidade Federal de Viçosa)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1241/3HI1/13500, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.005822/2017-82 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Reservista JOSUE SOARES MOREIRA DE MENEZES, de 17 ABR 2017, com a finalidade de averbação junto ao Tribunal Regional Eleitoral)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1242/3HI1/13501, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67215.002379/2017-02 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Senhor LUIZ FERNANDO STAVIS KAPAZI, de 22 FEV 2017, com a finalidade de averbação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1243/3HI1/13502, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.006400/2017-24 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Reservista, CLEVERSON FERRI, de 10 MAR 2017, com a finalidade de averbação junto à Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Rondônia)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1244/3HI1/13503, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.005912/2017-73 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar da Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada ALESSANDRA BRAGA BRASIL CIRINO, de 18 ABR 2017, com a finalidade de averbação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1245/3HI1/13504, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.005062/2017-11 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Segundo-Tenente da Reserva não Remunerada DANIEL CAIXETA BARROSO, de 05 FEV 2017, com a finalidade de averbação junto à Polícia Civil de Minas Gerais)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1246/3HI1/13505, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.005883/2017-40 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar da Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada VANESSA DE FREITAS CARVALHO PARIS, de 07 ABR 2017, com a finalidade de averbação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1247/3HI1/13506, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.005762/2017-06 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar da Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada, PATRICIA FIGUEIREDO DE ALMEIDA, de 17 ABR 2017, com a finalidade de averbação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1247/3HI1/13506, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.005762/2017-06 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar da Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada, PATRICIA FIGUEIREDO DE ALMEIDA, de 17 ABR 2017, com a finalidade de averbação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1248/3HI1/13507, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.006868/2017-19 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Reservista BRUNO GONÇALVES DE OLIVEIRA, de 02 MAIO 2017, com a finalidade de averbação junto ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1249/3HI1/13508, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67552.001232/2017-66 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada, WOLNEY HELENO MOREIRA, de 08 MAR 2017, com a finalidade de averbação junto à Prefeitura Municipal de Barbacena)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1250/3HI1/13509, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.005821/2017-38 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar da Reservista JESSICA DE LOURDES SOUZA MENEZES, de 17 ABR 2017, com a finalidade de comprovação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1251/3HI1/13510, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.005825/2017-16 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar da Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada LUANA RODRIGUES DUTRA, de 17 ABR 2017, com a finalidade de averbação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1252/3HI1/13511, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.005884/2017-94 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar da Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada CECILIA PATRAO DE MACEDO, de 07 ABR 2017, com a finalidade de averbação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1253/3HI1/13512, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.005110/2017-63 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Segundo-Tenente da Reserva não Remunerada OSWALDO PEREIRA GOMES NETO, de 04 ABR 2017, com a finalidade de averbação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1254/3HI1/13513, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.003737/2017-80 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar da Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada ANALYANE CONCEIÇÃO SILVA DOS SANTOS, de 14 MAR 2017, com a finalidade de arquivo pessoal)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1255/3HI1/13514, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.003768/2017-31 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Segundo-Tenente da Reserva não Remunerada LUCIANO JOVINO RIBEIRO FILHO, de 15 MAR 2017, com a finalidade de comprovação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1256/3HI1/13515, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.005061/2017-69 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar da Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada JOANA D'ARC TELES CASTRO, de 05 FEV 2017, com a finalidade de averbação junto à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1257/3HI1/13516, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.005823/2017-27 - Ref Req de Certidão de Inteiro Teor do Reservista JOSUE SOARES MOREIRA DE MENEZES, de 17 ABR 2017, com a finalidade de comprovação junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1258/3HI1/13517, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.004925/2017-25 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Reservista ROBSON SETARO VASCONCELLOS, de 31 MAR 2017, com a finalidade de averbação junto à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1259/3HI1/13518, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67231.000444/2017-59 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Segundo-Tenente da Reserva não Remunerada, ELIAS DA COSTA CARVALHO, de 15 FEV 2017, com a finalidade de averbação junto ao Exército Brasileiro)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1260/3HI1/13524, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.006424/2017-83 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada, FELIPE CARDOZO MODESTO, de 25 ABR 2017, com a finalidade de averbação junto ao Instituto Nacional do Câncer - INCA)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1261/3HI1/13525, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.005826/2017-61 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar da Reservista BRISA ARRAIS DA CRUZ RIBEIRO, de 17 ABR 2017, com a finalidade de comprovação junto ao Tribunal Regional Federal- 3ª Região)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1262/3HI1/13526, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67231.000444/2017-59 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Reservista, ANTONIO CARLOS BURITI FILHO, de 02 FEV 2017, com a finalidade de averbação junto à Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal - 16ª SRPRF)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1263/3HI1/13527, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67712.000178/2017-51 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar da Segundo-Tenente da Reserva não Remunerada, HELMA JANE FERREIRA VELOSO, de 22 DEZ 2016, com a finalidade de averbação junto à Universidade Federal do Maranhão - UFMA)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1264/3HI1/13528, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.006307/2017-10 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Reservista, MARCOS ANTONIO FRUTUOSO DE MELLO, de 11 ABR 2017, com a finalidade de averbação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1265/3HI1/13529, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.006872/2017-87 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Segundo-Tenente da Reserva não Remunerada FERNANDO MARCUS FELIPPE JORGE, de 20 ABR 2017, com a finalidade de averbação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1266/3HI1/13530, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67532.001935/2017-22 - Ref ao pedido de Declaração de Tempo de Serviço do SO R1, LEANDRO MARTINS BRAGA, de 10 ABR 2017, com a finalidade de comprovação da data de sua passagem para a Reserva Remunerada)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1267/3HI1/13531, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.006617/2017-34 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do senhor WASHINGTON ADRIANI DOS SANTOS, de 26 ABR 2017, com a finalidade de averbação junto ao Departamento de Polícia Federal)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1268/1CM2/13532, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67617.021866/2016-52 - Ref Req de movimentação por interesse próprio do 1S BCT LUIZ FERNANDO SEREJO DA SILVA, Nr Ord 3235866, do efetivo do DTCEA-GL, e demais processos listados abaixo)

INDEFERIDO, por não ser do interesse da Administração, de acordo com o art. 177, inciso I, do RISAER, combinado com os itens 2.3.6.1 e 2.3.6.12 da ICA 30-4, de 04 DEZ 2014.

1S BCT LUIZ FERNANDO SEREJO DA SILVA (Nr Ord 3235866), do DTCEA-GL (Proc. nº 67617.021866/2016-52);

1S BEI JOSÉ LIMA NETO (Nr Ord 3235173), do GEIV (Proc. nº 67608.000722/2017-52);

2S BCT JULIANA PAULA LOPES (Nr Ord 6087949), do CINDACTA I (Proc. nº 67612.026931/2016-86);

3S BCT MARCOS VINÍCIUS SMIDT SCHNEIDER (Nr Ord 6237819), do DTCEA-FI (Proc. nº 67613.035051/2016-91);

3S SEF LORRANE PASSOS DANIEL XAVIER (Nr Ord 6578837), do HCA (Proc. nº 67439.000587/2017-34);

3S BSP RODRIGO ALVES RODRIGUES (Nr Ord 4385080), do DTCEA-GA (Proc. nº 67612.029048/2016-48);

3S BET THIAGO DE VASCONCELOS ANANIAS (Nr Ord 6577059), do NuHFASP (Proc. nº 67438.011171/2016-71);

3S BET KELLY CRISTINE GUERRA DA GRAÇA ARAÚJO (Nr Ord 6450717), da III FAE (Proc. nº 67330.002784/2016-15);

3S SAD ERISSON LUÍS CAVALCANTE (Nr Ord 6089577), do GAP SP (Proc. nº 67267.000271/2017-61);

3S SEF LEIRY WANDER ROSA GOMES (Nr Ord 6668640), do HACO (Proc. nº 67435.000318/2017-16);

3S SGS DANIEL BARATELLA ALVES (Nr Ord 4139887), do IV COMAR (Proc. nº 67260.001234/2017-31);

3S BEP LUAN PATRICIO DA SILVA (Nr Ord 6493343), da BAAN (Proc. nº 67281.001157/2017-71).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1269/2CM1/13536, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67520.002046/2016-31 - Ref Req em que a militar Nr Ord 6621538, do efetivo da CDA, solicita prorrogação de tempo de serviço)

INDEFERIDO, por não satisfazer às condições estabelecidas na letra "c", do item 2.11.4, da ICA 39-23, aprovada pela Portaria nº 286/GC3, de 22 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1270/2CM1/13538, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67552.001068/2017-97 - Ref Req em que o militar Nr Ord 3352935, do efetivo da EPCAR, solicita prorrogação de tempo de serviço.)

INDEFERIDO, considerando o estabelecido no item 2.10.2, da ICA 36-14, aprovada pela Portaria nº 1.680/GC3, de 21 DEZ 2016 e no item 5.1.1, letra "a", do PCA 30-1, aprovado pela Portaria nº 141/GC1, de 16 JAN 2017, haja vista que o tempo máximo de permanência no serviço ativo dos militares do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados é de oito anos.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1275/3HI1/13668, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67410.007393/2017-88 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada, CLEVERSON VARGAS PEREIRA, de 13 ABR 2017, com a finalidade de comprovação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea "b", da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1276/3HI1/13669, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67298.003163/2017-83 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Segundo-Tenente da Reserva não Remunerada CARLOS ALBERTO DIAS, de 22 FEV 2017, com a finalidade de comprovação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS)

DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea "b", da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS
Subdiretor de Pessoal Militar da DIRAP

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1273/IP4-3/13659, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67424.000716/2014-19 - Ref pensionista CARLA VANESSA PEREIRA DA SILVA, Nr Ord 5123534, vinculada à PIPAR)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

INDEFERIDO, CANCELE-SE, o TPM nº 1063/14 emitido em favor da pensionista CARLA VANESSA PEREIRA DA SILVA, filha do instituidor, em virtude de suas cotas-partes estarem incorporadas às de sua mãe, contrariando o § 3º do art.9º da Lei nº 3.765 de 1960.

Habilitação indevida, na qualidade de filha de qualquer condição, à pensão militar e sujeito à nova análise.

Em consequência:

A Divisão de Cadastro da SDIP (IP4) exclua a ex-pensionista do cadastro de pessoal vinculado, no SIGPES;

A PIPAR:

a) exclua a ex-pensionista da folha de pagamento e do efetivo vinculado; e

b) recolha a carteira de identidade do ex-pensionista, emitida pelo COMAER, conforme o disposto nos itens 2.4.1.6, letra “d”, e 2.4.1.7 da ICA 13-1, de 2001;

c) providencie o desconto na pensão recebida por EUNICE PEREIRA DA SILVA, Nr Ord 5152836, dos valores recebidos pela sua filha CARLA VANESSA PEREIRA DA SILVA.

CESAR AUGUSTO DOS SANTOS COUTO Cel Int
Sdir Interino da SDIP

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1277/IPG/13673, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67113.001845/2017-72 - Ref ao Req Ext do militar Nr Ord 3262111, datado de 28 de março de 2017, do DTCEA-LS)

DEFERIDO, seja expedida a reprodução fiel das Fichas de Avaliação de Graduados do militar Nr Ord 3262111, referente aos anos de 2011 a 2016, na forma do previsto no art. 7º, parágrafo 3º, combinado com o art. 13 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 15, parágrafo 3º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1278/IPG/13683, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67700.000349/2017-81 - Ref ao Req Ext do militar Nr Ord 4325680, datado de 18 de janeiro de 2017, do DCTA)

DEFERIDO, seja expedida a reprodução fiel da Ficha de Avaliação de Graduados do militar Nr Ord 4325680, referente ao ano de 2016, na forma do previsto no art. 7º, parágrafo 3º, combinado com o art. 13 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 15, parágrafo 3º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1279/IPG/13685, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67220.003582/2017-19 - Ref ao Req Ext do militar Nr Ord 4176847, datado de 4 de maio de 2017, do COMAR 2)

DEFERIDO, seja expedida a reprodução fiel das Fichas de Avaliação de Graduados do militar Nr Ord 4176847, referente aos anos de 2012 a 2016, na forma do previsto no art. 7º, parágrafo 3º, combinado com o art. 13 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 15, parágrafo 3º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1280/IPG/13687, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67111.001417/2017-60 - Ref ao Req Ext do militar Nr Ord 3325873, datado de 3 de maio de 2017, do NuPAMA-AF)

DEFERIDO, seja expedida a reprodução fiel das Fichas de Avaliação de Graduados do militar Nr Ord 3325873, referente aos anos de 2010 a 2016, na forma do previsto no art. 7º, parágrafo 3º, combinado com o art. 13 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 15, parágrafo 3º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1281/IPG/13688, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67615.008228/2017-47 - Ref ao Req Ext do militar Nr Ord 3325561, datado de 16 de março de 2017, do DTCEA-SN)

DEFERIDO, seja expedida a reprodução fiel da Ficha de Avaliação de Graduados do militar Nr Ord 3325563, referente ao ano de 2016, na forma do previsto no art. 7º, parágrafo 3º, combinado com o art. 13 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 15, parágrafo 3º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

ANDRÉ DA SILVA FERREIRA Cel Av
Secretário Interino da CPG

6 – MOVIMENTAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 2.484/ICM1, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "a", do RISAER, e considerando o Processo nº 67200.002922/2017-22, resolve:

Transferir *ex officio*, por necessidade do serviço, de acordo com o item 2.3.12.2 da ICA 30-4, de 04 DEZ 2014, o Cel Int GENIVAL DE LUNA (Nr Ord 1593412), do efetivo da I FAE (Parnamirim - RN) para o COMDABRA (Brasília - DF).

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR
Diretor da DIRAP

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

7 – PORTARIA - COMPLEMENTA

PORTARIA DIRAP Nº 2.499/1CM1, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "b", do RISAER, e considerando o Processo nº 67280.013127/2017-17, resolve:

Complementar a Portaria DIRAP nº 2.362/1CM1, de 08 MAIO 2017, publicada no BCA nº 077, de 10 MAIO 2017, classificando *ex officio*, por necessidade do serviço, de acordo com o item 2.3.2.9, letra "b", da ICA 30-4, de 04 DEZ 2014, por conclusão da Primeira Fase do Estágio de Adaptação Técnico (EAT 2017), realizado no VI COMAR (Brasília - DF), os militares relacionados a seguir, nas seguintes OM:

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA AERONÁUTICA (Brasília - DF)
Asp Of QOCon Tec (JOR) ALINE MARIA FUZISAKI LEÃO (Nr Ord 6857752)
Asp Of QOCon Tec (JOR) JUSSARA CRISTIANE DOS SANTOS (Nr Ord 6857710)
Asp Of QOCon Tec (REP) NARA CAVALCANTI LIMA (Nr Ord 6857434)
Asp Of QOCon Tec (JOR) PATRICIA MENDONÇA LACERDA MEYER (Nr Ord 6857540)
Asp Of QOCon Tec (JOR) RAQUEL TIMPONI PEREIRA RODRIGUES (Nr Ord 6857604)
Asp Of QOCon Tec (PUP) WANDER MARCEL BARROS CHAVES (Nr Ord 6857795)

CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA (Brasília - DF)
Asp Of QOCon Tec (ADM) CÉLIO ROBERTO DA SILVA OLIVEIRA (Nr Ord 6857272)
Asp Of QOCon Tec (CCO) LUCIANA CARNAÚBA BARROS (Nr Ord 6857256)
Asp Of QOCon Tec (CCO) MARCILENE ALVES DE CASTRO PIMENTA (Nr Ord 6858759)

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS (Brasília- DF)
Asp Of QOCon Tec (PSC) CAMILA FERRARI DE ALMEIDA (Nr Ord 6857167)
Asp Of QOCon Tec (BLG) WEBER GALVÃO NOVAES (Nr Ord 6857370)

COMANDO-GERAL DO PESSOAL (Brasília - DF)
Asp Of QOCon Tec (SJU) BRUNO DOS ANJOS PEREIRA (Nr Ord 6857191)

COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS (Brasília - DF)
Asp Of QOCon Tec (PSC) EDIANI VILAS BOAS DE FREITAS GOUVEIA (Nr Ord 6857647)
Asp Of QOCon Tec (AQV) SAMARA CRUZ ARAUJO (Nr Ord 6857469)

GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA (Brasília - DF)
Asp Of QOCon Tec (ANS) ARIANA MOURA DA SILVA (Nr Ord 6857760)

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR
Diretor da DIRAP

8 – PORTARIA - TORNA SEM EFEITO

PORTARIA DIRAP Nº 2.474/3HI3, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 4º, inciso VI, da Portaria COMGEP nº 1.395/DLE, de 08 de julho de 2016, e considerando o processo nº 67441.001805/2017-17, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

Tornar sem efeito a Portaria DIRAP nº 1.950/3HI1, DE 12 DE ABRIL DE 2017, publicada no BCA nº 062, de 17 de abril de 2017, referente ao SO QTA TCO R/1 ANTONIO JOSÉ SERAFIM DA SILVA.

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR
Diretor da DIRAP

9 – PROMOÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 2.496/3HI1, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 4º, inciso XVII, da Portaria COMGEP nº 1.395/DLE, de 8 de julho de 2016, considerando o que consta do processo COMAER nº 67010.000228/2017-16 e em cumprimento à decisão judicial, proferida pela 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que antecipou os efeitos da tutela, nos autos da Ação de Procedimento Comum nº 0005457-08.2015.4.01.3400, até ulterior provimento jurisdicional, resolve:

Promover, na inatividade, o anistiado político militar RINALDO DANTAS (Nr Ord 8013730), à graduação de Suboficial, com proventos de Segundo-Tenente, a contar de 27 MAR 2017, nos termos do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, combinado com o art. 6º, §6º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR
Diretor da DIRAP

10 – PRORROGAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

PORTARIA DIRAP Nº 2.480/2CM1, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, letra "f", da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, e considerando o Processo nº 67613.011664/2017-13, resolve:

Deferir o pedido de cancelamento da prorrogação de tempo de serviço do CB SAD THALES DANILO ALVES DO MONTE (Nr Ord 6208762), do efetivo do PACT, de acordo com o item 15.4, da ICA 35-1, de 2016.

Tornar sem efeito a concessão da prorrogação de tempo de serviço do referido militar, contida no BCA nº 048, de 23 de março de 2017.

Arquivar o Processo nº 67613.034468/2016-36, em que o militar solicitou prorrogação de tempo de serviço.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

PORTARIA DIRAP Nº 2.481/2CM1, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, letra "f", da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, e considerando o Processo nº 67298.003882/2017-02, resolve:

Conceder prorrogação de tempo de serviço ao CB SAD PAULO SÉRGIO RAMOS LEITE (Nr Ord 6249620), do efetivo do GAP MN, pelo período de 12 ABR 2017 a 30 JUL 2018, por ter satisfeito os requisitos estabelecidos no art. 25 do RCPGAER.

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS
Subdiretor de Pessoal Militar da DIRAP

PORTARIA DIRAP Nº 2.485/2CM1, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, de acordo com o art. 28 das Instruções Reguladoras do Quadro de Oficiais Temporários, aprovadas pela Portaria nº 1.071/GM3, de 24 de setembro de 1982, alterada pela Portaria nº 749/GC3, de 20 de setembro de 2001, e considerando o Processo nº 67008.001588/2014-DV, resolve:

Conceder prorrogação de tempo de serviço a 1º Ten QCOA PSL GISSELI COUTINHO BRITO (Nr Ord 6535860), do efetivo do CIAAR, pelo período de 10 ABR 2017 a 09 ABR 2018, de acordo com o art. 8º, § 2º, do Regulamento para o Quadro de Oficiais Temporários, aprovado pelo Decreto nº 85.866, de 01 ABR 1981, alterado pelo Decreto nº 1.367, de 12 JAN 1995.

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR
Diretor da DIRAP

11 – REFORMA

PORTARIA DIRAP Nº 2.495/3HI1, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 4º, inciso VI, da Portaria COMGEP nº 1.395/DLE, de 08 de julho de 2016, considerando o que consta no Processo COMAER nº 67260.002320/2017-61, e em cumprimento à decisão judicial proferida pela 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, transitado em julgado, nos autos da Apelação Cível nº 001339-92.2008.4.02.5101, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

Reformar o S1 SGS LUIZ RENATO DE SOUZA (Nr Ord 3827089), a contar de 14 MAR 2008, nos termos do art. 104, inciso II, art. 106, inciso II, art. 108, inciso V, e art. 110, § 1º e § 2º, alínea "c", da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980.

Tornar sem efeito, em consequência, a Portaria DIRAP nº 2.088/1HI2, de 15 ABR 2013, publicada no BCA nº 75, de 19 ABR 2013.

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR
Diretor da DIRAP

PORTARIA DIRAP Nº 1.821/2SM, DE 5 DE ABRIL DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em face da Subdelegação de Competência estabelecida no art. 4º, inciso IV, da Portaria COMGEP nº 1.395/DLE, de 08 de julho de 2016, resolve:

Reformar, “ex-officio”, os militares abaixo relacionados, a contar das datas grafadas adiante de seus nomes, em virtude de haverem atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, de acordo com o disposto nos art. 104, inciso II; 106, inciso I, alínea “b”; e no parágrafo único do art. 107, da Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980.

POSTO	NOME COMPLETO	Nr Ord VIGÊNCIA
Cel Int R/1	DISNEI AMOEDO	0789607 16.02.2017
Cel Int R/1	EDSON AZEVEDO	0946435 27.02.2017
Cel Av R/1	FRANKLIN NOGUEIRA HOYER	0086940 12.02.2017
Cel Int R/1	JOSÉ ROBERTO MOROTTI	0954870 19.02.2017
Cel Av R/1	LUIZ ANTONIO FREITAS LOPES	0447374 20.02.2017
Cel Int R/1	LUIZ ANTONIO LISBÔA	0945820 06.02.2017
Cel Av R/1	OSMAR GERALDO DA SILVA	0699799 14.02.2017
Cel Eng R/1	RICARDO GARCIA DE MOURA	0764930 11.02.2017
Cel Int R/1	RONALDO FERREIRA DA SILVA	0946915 10.02.2017
Ten Cel Med R/1	ARMINDO SANTORO	0492230 02.02.2017
Ten Cel Av R/1	CARLOS ALBERTO DE FREITAS	0948748 11.02.2017
Ten Cel Int R/1	FRANCISCO BARBOSA CORDEIRO NETO	0945722 23.02.2017
Ten Cel Med R/1	GREGORIO FELDMAN	1045512 13.02.2017
Ten Cel Inf R/1	PAULO ROBERTO COOPER	0064653 22.02.2017
Ten Cel Inf R/1	PAULO ROBERTO NASCIMENTO TRAVASSOS	0064661 18.02.2017
Ten Cel Med R/1	PEDRO DE ALCANTARA DE VASCONCELLOS ZUGLIANI	0492116 14.02.2017
Ten Cel Esp COM R/1	WASHINGTON FAÇANHA LOTFI	0354422 23.02.2017
Maj Eng R/1	CELSO DE CASTRO COSTA	0688347 14.02.2017
Maj Med R/1	RICARDO TELMO BORGES DE CERQUEIRA	0019046 25.02.2017

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAUJO MEDEIROS JÚNIOR
(DOU Nº 80, de 27 abr. 2017)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

PORTARIA DIRAP Nº 1.854/2SM, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em face da Subdelegação de Competência estabelecida no art. 4º, inciso IV, da Portaria COMGEP nº 1.395/DLE, de 08 de julho de 2016, resolve:

Reformar, “ex-officio”, os militares abaixo relacionados, a contar das datas grafadas adiante de seus nomes, em virtude de haverem atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada, de acordo com o disposto nos art. 104, inciso II; 106, inciso I, alínea “c”; e no parágrafo único do art. 107, da Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980.

POSTO	NOME COMPLETO	Nr Ord	VIGÊNCIA
Cap QOEA COM R/1	CELSO XAVIER	0035920	10.02.2017
Cap QOEA SVM R/1	DJALMA GEESI MONTEIRO	0852511	09.02.2017
Cap QOEA CTA R/1	NILMAR LUIZ GAZZOLA	0140651	28.02.2017
Cap QOEA GDS R/1	PAULO JORGE KAERCHER	0808288	11.02.2017
Cap QOEA ARM R/1	PAULO ROBERTO KORNDÖRFER	0429767	08.02.2017
Cap QOEA SVA R/1	RAIMUNDO LOPES GALVÃO FILHO	0458724	21.02.2017
Cap Av R/1	WASHINGTON PEDREIRA LANNES	0450600	17.02.2017
1º Ten QOEA ANV R/1	LUIZ CARLOS MARQUES DE OLIVEIRA	0011711	22.02.2017
1º Ten QOEA SVM R/1	LUIZ SÉRGIO DE SOUZA	0174866	28.02.2017

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAUJO MEDEIROS JÚNIOR
(DOU Nº 85, de 05 maio 2017)

12 – RESERVA NÃO REMUNERADA - INCLUI

PORTARIA DIRAP Nº 2.503/3HI3, DE 15 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 4º, inciso V, da Portaria COMGEP nº 1.395/DLE, de 08 JUL 2016, e considerando o processo nº 67410.006510/2017-96, resolve:

Incluir na reserva não remunerada, a contar de 24 ABR 2017, o 1S SEL Refm PAULO ROBERTO DA SILVA PIRES (Nr Ord 0140872), por haver optado pela percepção dos vencimentos no Ministério da Fazenda, de acordo com o que preconiza o art. 11 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 DEZ 1998, Decreto nº 2.027, de 11 de outubro de 1996 e com o art. 51 do Decreto nº 6.854, de 25 MAIO 2009.

Em consequência:

Tornar sem efeito, a contar de 24 ABR 2017, a Portaria DIRAP nº 2.754/2PM, de 03 SET 1992, publicada no Boletim Externo da DIRAP nº 103, de 11 SET 1992, referente a sua transferência para a Reserva Remunerada e excluir seu nome constante na Portaria nº 507/DSM, de 31 JAN 2013, publicada no BCA nº 33, de 19 FEV 2013, referente a sua Reforma por idade-limite.

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR
Diretor da DIRAP

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

13 – REVERSÃO

PORTARIA DIRAP Nº 2.477/2CM2, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "c", da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, resolve:

Reverter ao seu quadro o SO BEI CARLOS ALBERTO MONTEIRO DE ANDRADE (Nr Ord 2350270), a contar de 16 de março de 2017, de acordo com o art. 86, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por haver interrompido a Licença para Tratar de Interesse Particular, considerando o Boletim Ostensivo nº 69, de 28 de abril de 2017, GAP GL.

JOSÉ DE REZENDE QUEIROZ Cel Av Refm
Ch Int da DCM

14 – SITUAÇÃO DE INATIVIDADE - ALTERA

PORTARIA DIRAP Nº 2.475/3HI1, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 4º, inciso IX, da Portaria COMGEP nº 1.395/DLE, de 8 de julho de 2016, e considerando o processo nº 67221.028603/2015-37, resolve:

ALTERAR a situação de inatividade do SO BSE Refm PAULO MAIA PONTE (Nr Ord 0034584), a fim de considerá-lo reformado de acordo com art. 106, inciso II, art. 108, inciso V, art. 110, § 1º e § 2º, alínea "a", da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, alterada pela Lei nº 7.580, de 23 DEZ 1986, a contar de 23 JAN 2014, em virtude de, em 14 OUT 2016, ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA DIRAP Nº 2.502/3HI1, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 4º, inciso IX, da Portaria COMGEP nº 1.395/DLE, de 8 de julho de 2016, e considerando o processo nº 67422.010782/2016-71, resolve:

ALTERAR a situação de inatividade do SO Refm ALMIR BARBOSA DIAS (Nr Ord 0679895), a fim de considerá-lo reformado de acordo com art. 106, inciso II, art. 108, inciso V, art. 110, § 1º e § 2º, alínea "a", da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, alterada pela Lei nº 7.580, de 23 DEZ 1986, a contar de 08 JAN 2008, em virtude de, em 23 MAR 2017, ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica.

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR
Diretor da DIRAP

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

PORTARIA DIRAP Nº 2.497/3HI1, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 2º, inciso V, da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, e considerando o processo nº 67221.005663/2016-62, resolve:

ALTERAR a situação de inatividade do SO BEI Refm SILVIO HELENO DO AMARAL E SILVA (Nr Ord 0429988), a fim de considerá-lo reformado de acordo com art. 106, inciso II, art. 108, inciso V, art. 110, § 1º, §2º, alínea “a”, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, alterada pela Lei nº 7.580, de 23 DEZ 1986, a contar de 10 JUN 2016, em virtude de, em 13 MAR 2017, ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão 0011.

PORTARIA DIRAP Nº 2.498/3HI1, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 2º, inciso V, da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, e considerando o processo nº 67422.010739/2016-13, resolve:

ALTERAR a situação de inatividade do SO SAD JOSÉ ALEIXO FREIRE DE CARVALHO (Nr Ord 0317667), a fim de considerá-lo reformado de acordo com art. 106, inciso II, art. 108, inciso V, art. 110, § 1º, §2º, alínea “a”, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, alterada pela Lei nº 7.580, de 23 DEZ 1986, a contar de 22 JUL 2016, em virtude de, em 23 MAR 2017, ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão 0014.

PORTARIA DIRAP Nº 2.500/3HI1, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 2º, inciso V, da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, e considerando o processo nº 67422.014090/2016-00, resolve:

ALTERAR a situação de inatividade do SO BEP Refm FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS (Nr Ord 0050369), a fim de considerá-lo reformado de acordo com art. 106, inciso II, art. 108, inciso V, art. 110, § 1º, § 2º, alínea “a”, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, alterada pela Lei nº 7.580, de 23 DEZ 1986, a contar de 19 JUL 2016, em virtude de, em 13 MAR 2017, ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão 0011.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

PORTARIA DIRAP Nº 2.501/3HI1, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 2º, inciso V, da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, e considerando o processo nº 67540.020375/2015-44, resolve:

ALTERAR a situação de inatividade do SO BET Refm GERALDO GONZAGA FILHO (Nr Ord 0792918), a fim de considerá-lo reformado de acordo com art. 106, inciso II, art. 108, inciso V, art. 110, § 1º, § 2º, alínea “a”, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, alterada pela Lei nº 7.580, de 23 DEZ 1986, a contar de 30 JAN 2015, em virtude de, em 13 MAR 2017, ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão 0011.

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS
Subdiretor de Pessoal Militar da DIRAP

15 – TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA REMUNERADA

PORTARIA DIRAP Nº 2.489/1HI2, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 2º, inciso II, da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, e considerando o Processo nº 67232.001010/2017-66, resolve:

Conceder transferência para a reserva remunerada ao SO QSS BET ROMUALDO CARVALHO DA SILVA (Nr Ord 2223830), do efetivo do Primeiro Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação, de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97, ambos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, com a remuneração a que faz jus, observando o art. 50, inciso II, da mencionada Lei, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

PORTARIA DIRAP Nº 2.490/1HI2, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 2º, inciso II, da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, e considerando o Processo nº 67231.001707/2017-47, resolve:

Conceder transferência para a reserva remunerada ao SO QSS SPV ELIO NOGUEIRA LIMA (Nr Ord 2410320), do efetivo da Base Aérea de Fortaleza, de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97, ambos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, com a remuneração a que faz jus, observando o art. 50, inciso II, da mencionada Lei, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

PORTARIA DIRAP Nº 2.491/1HI2, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 2º, inciso II, da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, e considerando o Processo nº 67205.002323/2017-69, resolve:

Conceder transferência para a reserva remunerada ao SO QSS BEI RICARDO LOURENÇO (Nr Ord 2281791), do efetivo da Base Aérea de Santa Maria (Ala 4), de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97, ambos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, com a remuneração a que faz jus, observando o art. 50, inciso II, da mencionada Lei, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

PORTARIA DIRAP Nº 2.492/1HI2, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 2º, inciso II, da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, e considerando o Processo nº 67612.005550/2017-44, resolve:

Conceder transferência para a reserva remunerada ao 3S QESA BET JAIME KRONEMBERGER SCHMIDT (Nr Ord 2364620), do efetivo do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Três Marias, de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97, ambos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, com a remuneração a que faz jus, observando o art. 50, inciso II, da mencionada Lei, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

PORTARIA DIRAP Nº 2.493/1HI2, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 2º, inciso II, da Portaria DIRAP nº 557/SCI, de 26 de janeiro de 2017, e considerando o Processo nº 67210.005685/2017-32, resolve:

Conceder transferência para a reserva remunerada ao SO QSS SAI MAURO SERGIO ALAMAR DE SOUSA (Nr.Ord.2513234), do efetivo do Primeiro Comando Aéreo Regional, de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97, ambos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, com a remuneração a que faz jus, observando o art. 50, inciso II, da mencionada Lei, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS
Subdiretor de Pessoal Militar da DIRAP

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

PORTARIA DIRAP Nº 2.469/1HI, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 4º, inciso II, da Portaria COMGEP nº 1.395/DLE, de 8 de julho de 2016, e considerando o Processo nº 67131.000869/2017-96, resolve:

Conceder transferência para a reserva remunerada ao Cap QOEA GDS CARLOS ROBERTO SOUZA DO NASCIMENTO (Nr Ord 2222590), do efetivo da Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica, de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97, ambos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, com a remuneração a que faz jus, observando o art. 50, inciso II, da mencionada Lei, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAUJO MEDEIROS JÚNIOR
(DOU2 nº 90, 12 MAI 2017)

16 – VINCULAÇÃO - TRANSFERE

PORTARIA DIRAP Nº 2.505/2SM, DE 15 DE MAIO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso I, alínea "b" da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 JUL 2016, em conformidade com o art. 184, inciso I, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 366/DLE, de 23 MAR 2015, resolve:

Transferir a vinculação, com vistas à percepção de proventos do Maj Esp SUP R/1 JORGE LUIZ DOS SANTOS (Nr Ord 0534617), do Grupamento de Apoio de Fortaleza para o Grupamento de Apoio de Natal, em virtude de mudança de domicílio, sem alterar sua adição ao Segundo Comando Aéreo Regional, de acordo com o item 3.3.3, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2.707/DSM, de 30 MAIO 2008.

PORTARIA DIRAP Nº 2.506/2SM, DE 15 DE MAIO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso I, alínea "b" da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 JUL 2016, em conformidade com o art. 184, inciso I, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 366/DLE, de 23 MAR 2015, resolve:

Transferir a vinculação, com vistas à percepção de proventos do SO BEP R/1 DURVAL FLORES DA SILVA (Nr Ord 2021471), da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica para o Grupamento de Apoio de Lagoa Santa, em virtude de mudança de domicílio, sem alterar sua adição ao Terceiro Comando Aéreo Regional, de acordo com o item 3.3.3, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2.707/DSM, de 30 MAIO 2008.

HÉLIO ALVES BORGES Cel Inf Refm
Chefe Interino da DSM

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

CIVIL

1 – APOSENTADORIA

PORTARIA DIRAP Nº 2.466/3PC2, DE 10 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67720.005334/2017-71, do GAP-SJ, resolve:

Conceder aposentadoria a ARTUIR XAVIER DE MATOS (Nr Ord 4613155), SIAPE nº 0188476, no cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia, código 407002, classe "Assistente 3", padrão III, NI, de acordo com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, com Gratificação de Qualificação de nível III (GQ-III). Código de vaga nº 81597.

PORTARIA DIRAP Nº 2.467/3PC2, DE 10 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67202.000464/2017-77, da COMARA, resolve:

Conceder aposentadoria a MANOEL DE JESUS ARAUJO SANTOS (Nr Ord 4659279), SIAPE nº 0190679, no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, código 482079, classe "S", padrão III, NA, de acordo com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005. Código de vaga nº 82655.

PORTARIA DIRAP Nº 2.381/3PC2, DE 8 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67750.000915/2017-60, do GAP - SJ, resolve:

Conceder aposentadoria a RICARDO AFFONSO DO REGO (Nr Ord 4595246), SIAPE nº 0198951, no cargo de Pesquisador, código 405001, classe "Titular", padrão III, NS, de acordo com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, com Retribuição por Titulação - RT (Doutorado). Código de vaga nº 85937.

PORTARIA DIRAP Nº 2.386/3PC2, DE 8 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67612.005249/2017-31, do CINDACTA I, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

Conceder aposentadoria a CARMELITA DE SANTANA FREITAS CINTRA (Nr Ord 4542568), SIAPE nº 0197750, no cargo de Telefonista, código 481390, classe "S", padrão III, NI, de acordo com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005. Código de vaga nº 85304.

PORTARIA DIRAP Nº 2.425/3PC2, DE 9 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67612.005250/2017-65, do CINDACTA I, resolve:

Conceder aposentadoria a JOEL MARTINS CINTRA (Nr Ord 4542231), SIAPE nº 0197634, no cargo de Datilógrafo, código 481175, classe "S", padrão III, NI, de acordo com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005. Código de vaga nº 85206.

PORTARIA DIRAP Nº 2.482/3PC2, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67560.000759/2017-74, da UNIFA, resolve:

Conceder aposentadoria a VALDIR DA CUNHA MACHADO (Nr Ord 4540042), SIAPE nº 0205781, no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, código 482079, classe "S", padrão III, NA, de acordo com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005. Código de vaga nº 86998.

PORTARIA DIRAP Nº 2.483/3PC2, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67202.000344/2017-70, da COMARA, resolve:

Conceder aposentadoria a OSMAR CRUZ DA SILVA (Nr Ord 4666925), SIAPE nº 0190193, no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, código 482079, classe "S", padrão III, NA, de acordo com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005. Código de vaga nº 82221.

PORTARIA DIRAP Nº 2.486/3PC2, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67443.000246/2017-08, do LAQFA, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

Conceder aposentadoria a MARIA SOCORRO BESERRA (Nr Ord 4531833), SIAPE nº 0212421, no cargo de Auxiliar de Laboratório, código 444042, classe "S", padrão III, NA, de acordo com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005. Código de vaga nº 90690.

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAUJO MEDEIROS JÚNIOR
(DOU nº 90, Seção 2, de 12 MAIO 2017)

2 – DISPENSA E DESIGNAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 2349/IPC, DE 8 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso X, da portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, de 8 de julho de 2011, alterada pela Portaria nº 340/GC3, de 7 de março de 2017, publicada no DOU nº 46, de 8 de março de 2017, considerando a Portaria Interministerial nº 39, de 6 de novembro de 1998, e o que consta no Processo nº 67750.001062/2017-83 do ITA, resolve:

Designar JESUÍNO TAKACHI TOMITA, (Nr Ord 4953240), SIAPE nº 1737774, CPF nº 196.782.888-18, Professor da Carreira do Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, para exercer a Função Gratificada de Chefe do Departamento de Energia, da Divisão de Engenharia Mecânica, FG-1, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, a contar de 22 de março de 2017.

PORTARIA DIRAP Nº 2.375/IPC, DE 8 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso X, da portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, de 8 de julho de 2011, alterada pela Portaria nº 340/GC3, de 7 de março de 2017, publicada no DOU nº 46, de 8 de março de 2017, considerando a Portaria Interministerial nº 39, de 6 de novembro de 1998, e o que consta no Processo nº 67750.001205/2017-57 do ITA, resolve:

Dispensar CARLOS MULLER, (Nr Ord 4718445), SIAPE nº 0199478, CPF nº 362.638.857-34, Professor da Carreira do Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, da Função Gratificada de Chefe do Departamento de Transporte, da Divisão de Engenharia Civil, FG-1, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, por motivo de aposentadoria, publicada no DOU nº 67, de 6 de abril de 2017.

Maj Brig Ar LEÔNIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR
(DOU Nº 89 DE 11MAI2017)

PORTARIA DIRAP Nº 2349/IPC, DE 8 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso X, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, de 8 de julho de 2011, alterada pela Portaria nº 340/GC3, de 7 de março de 2017, publicada no DOU nº 46, de 8 de março de 2017 e considerando o Decreto nº 719, de 8 de janeiro de 1993, e o que consta no Processo nº 67542.002586/2017-47 do GAP GW, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

Dispensar SANDRA HELENA FRANÇA GOMES (Nr Ord 4554663), SIAPE nº 0206710, CPF nº 062.426.418-10, Agente Administrativo, código 481004, classe S, padrão III, NI, da Função Gratificada, FGR-3, da Escola de Especialistas de Aeronáutica, por motivo de aposentadoria publicada no DOU nº 50, de 14 de março de 2017.

Designar IVANILDA JUVINO DOS SANTOS (Nr Ord 4554817), SIAPE nº 0206743, CPF nº 065.943.888-78, Datilógrafo, código 481175, classe S padrão III, NI, para exercer a Função Gratificada, FGR 3, da Escola de Especialistas de Aeronáutica.

(*) Desconsiderar a publicação no BCA nº 077 de 10.05.2017, por ter sido publicada indevidamente)

Maj Brig Ar LEÔNIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR
(DOU Nº 89 DE 11MAI2017)

3 – DESPACHO DECISÓRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1271/5PC2/13564, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67760.002009/2017-81 - Ref Req de Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do servidor GUILHERME CÁSSIO CLARO BAPTISTA (Nr Ord 4618645), SIAPE 0209428, do IAE)

DEFERIDO, averbe-se na forma da Lei o tempo de serviço/contribuição sob o regime da CLT, prestado a empresa privada, na qualidade de contribuinte do INSS, nos períodos de: 21 MAR 1980 a 04 SET 1980 e 01 OUT 1985 a 26 ABR 1986, totalizando 375 dias de efetivo exercício, convertidos em um ano, zero mês e dez dias, na base de 365 dias anuais e trinta mensais, na forma do art. 103, inciso V, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 1990, para fins de aposentadoria e disponibilidade, conforme certidão datada de 05 ABR 2017, expedida pelo INSS/SP.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1272/5PC2/13565, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67246.001712/2017-91 - Ref Req de Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do servidor CIDEL GOMES DE OLIVEIRA (Nr Ord 4577159), SIAPE 1053737, da DIRAP)

DEFERIDO, averbe-se na forma da Lei o tempo de serviço/contribuição sob o regime da CLT, prestado a empresa privada, na qualidade de contribuinte do INSS, nos períodos de: 20 SET 78 a 30 JUN 1980; 07 OUT 1980 a 22 ABR 1981; 01 NOV 1981 a 10 MAIO 1985; 03 NOV 1986 a 02 FEV 1988; 01 JUL 1988 a 31 JAN 1992; 01 FEV 1992 a 30 ABR 1992; 01 MAIO 1992 a 30 JUN 1993; 01 JUL 1993 a 30 SET 1993; 01 JAN 1994 a 28 FEV 1994 e 01 MAR 1994 a 07 MAR 1994, totalizando 4.574 dias de efetivo exercício, convertidos em doze anos, seis meses e quatorze dias, na base de 365 dias anuais e trinta mensais, na forma do art. 103, inciso V, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 1990, para fins de aposentadoria e disponibilidade. Desprezado: o período de 08 MAR 1994 a 31 MAR 1994, concomitante com o tempo de serviço prestado ao COMAER. De acordo com certidão datada de 07 ABR 2017, expedida pelo INSS/RJ.

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR
Diretor da DIRAP

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1274/4PC2/13665, DE 11 DE MAIO DE 2017.

(Proc nº 67542.002118/2017-72 - Ref Req. de TEREZINHA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA BRAGA, beneficiária do instituidor PEDRO JOSÉ DA SILVA BRAGA, que solicitou o enquadramento do seu benefício no plano de carreira dos cargos de tecnologia militar, de 17 MAR 2017, do GAP-GW)

INDEFERIDO, tendo em vista que o instituidor não preenche os requisitos mencionados na Portaria nº 4.451/DIRAP/4PC, de 4 de outubro de 2006, publicada no D.O.U. nº 193, de 6 de outubro de 2006. Embora o mesmo pertencesse ao Cargo de Artífice de Estruturas e Obras de Metalurgia, ele era lotado em uma Unidade não contemplada pela Carreira dos cargos de Tecnologia Militar listadas na alínea "c" do anexo XXIV, da Medida Provisória nº 301, de 2006, convertida na Lei nº 11.355 de 19 de outubro de 2006.

JOSÉ STUMBO NETO Cel Av
Subdiretor Interino de Pessoal Civil da DIRAP

4 – NOMEAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 2426/1PC , DE 9 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso IX da Portaria nº 377/GC3, de 07 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, alterada pela Portaria nº 340/GC3, de 7 de março de 2017, publicada no DOU nº 46, de 8 de março de 2017, considerando a Portaria nº 4/GC1, de 4 de janeiro de 2017, publicada no DOU nº 4 de 5 de janeiro de 2017, e o que consta no Processo nº 67700.002806/2017-72, resolve:

Nomear, MARIO APARECIDO MENDES TANNURI (Nr Ord 4590384), SIAPE nº 1359607, CPF nº 138.364.868-90, Analista em C&T, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente Técnico, DAS 102.1, do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial.

Maj Brig Ar LEÔNIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR
(DOU Nº 89 DE 11MAI2017)

5 – PENSÃO

PORTARIA DIRAP 2348/4PC2, DE 8 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando os Processos nºs 10-01/1285/2000 e 10-01/2843/2002, do I COMAR, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

Integralizar a cota-parte da pensão da beneficiária EDILENE PINHEIRO MALCHER, companheira do instituidor WELLINGTON FONTENELLE CHAVES (Nr Ord 4875850), SIAPE nº 0188893, sendo revertida a cota-parte da beneficiária GILDA SANTOS DA COSTA, tendo em vista o Acórdão nº 3079/2017 do TCU (Processo nº 018.478/2008-0, Segunda Câmara, Ata nº 10/2017, de 4 de abril de 2017), a contar da data da publicação no Diário Oficial da União, Seção 1, de 10 de abril de 2017.

PORTARIA DIRAP 2354/4PC2, DE 8 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando os Processos nºs 67422.025882/2015-11 e 67422.000302/2017-44, da PIPAR, resolve:

Alterar a Portaria DIRAP nº 722/4PC2, de 26 de janeiro de 2016, publicada no DOU nº 19, de 28 de janeiro de 2016, Seção 2, referente à concessão de pensão do instituidor JORGE MARQUES DA SILVA (Nr Ord 4704762), SIAPE nº 0204249, com a finalidade de incluir JANICE MARQUES DA SILVA, filha inválida, conforme discriminado abaixo:

BENEFICIÁRIAS	COTA-PARTE VIGÊNCIA A CONTAR DE		NATUREZA	FUNDAMENTO
DIRCE SOARES DA SILVA	07/11/15 1/1	29/07/16 ----	VITALÍCIA	Artigos 215 e 217, inciso I, da Lei nº 8112/90, com a redação da Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com base na Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012.
JANICE MARQUES DA SILVA	----	1/1		Artigos 215 e 217, inciso IV, alínea "b" da Lei nº 8.112/90, com redação da Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com base na Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012.

PORTARIA DIRAP 2355/4PC2, DE 8 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67422.001295/2017-06, da PIPAR, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

Conceder pensão vitalícia a EDMAR BARROZO DA SILVA, separada judicialmente de ERCY SOARES DA SILVA (Nr Ord 4705408), SIAPE nº 0205025, falecido em 11 de novembro de 2016, aposentado no cargo de Artífice de Carpintaria e Marcenaria, código ARCAMAR 481054, equivalente a 100% (cem por cento) da classe “S”, padrão III, NI, com os proventos acrescidos da diferença entre a classe “S”, padrão III, NI e a classe “C”, padrão III, NI, por força do artigo 192, inciso II, da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, considerando o disposto nos artigos 215 e 217, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação da Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, combinado com o art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, a contar da data do óbito.

PORTARIA DIRAP 2357/4PC2, DE 8 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67280.040583/2016-59, do GAP-DF, resolve:

Conceder pensão a SARITA MARINHO GOMES DA SILVA, companheira de LUIZ GOMES DO NASCIMENTO (Nr Ord 4599713), SIAPE nº 0197118, falecido em 22 de fevereiro de 2016, aposentado no cargo de Agente Administrativo, código AGADM 481004, equivalente a 100% (cem por cento) da classe “S”, padrão III, NI, com acréscimo de 20% (vinte por cento), por força do art. 184, inciso II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, considerando o disposto nos artigos 215 e 217, inciso III, observado o art. 222, inciso VII, alínea “b”, item 4, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação da Lei nº 13.135 de 17 de junho de 2015, combinado com o art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, a contar da data do óbito, por um período de 15 anos.

PORTARIA DIRAP 2358/4PC2, DE 8 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando os Processos nºs 67210.015722/2015-59 e 67215.003215/2017-94, do I COMAR, resolve:

Alterar a Portaria DIRAP nº 4.738/4PC2, de 31 de julho de 2015, publicada no DOU nº 148, de 5 de agosto de 2015, Seção 2, referente à concessão de pensão do instituidor RODOLFO FERREIRA MORAES (Nr Ord 4599110), SIAPE nº 0188741, com a finalidade de incluir DEBORA ANGÉLICA BARBOSA MORAES, na condição de filha inválida, e, em consequência, alterar a cota-parte da viúva, permanecendo inalterados os demais termos daquela portaria, conforme discriminado abaixo:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

BENEFICIÁRIOS	COTA-PARTE VIGÊNCIA A PARTIR DE		NATUREZA	FUNDAMENTO
MARIA DAS GRAÇAS BARBOSA MORAES	09/05/15 1 /1	15/03/17 1/2	VITALÍCIA	Artigos 215 e 217, inciso I, da Lei nº 8.112/90, com redação da Lei nº 13.135 de 17 de junho de 2015, combinado com o art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
DEBORA ANGÉLICA BARBOSA MORAES	---	1/2		Artigos 215 e 217, inciso IV, alínea “b”, da Lei nº 8.112/90, com redação da Lei nº 13.135 de 17 de junho de 2015, combinado com o art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

PORTARIA DIRAP 2359/4PC2, DE 8 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67422.030685/2016-02, da PIPAR, resolve:

Conceder pensão vitalícia a EUNICE ALVES DA SILVA, viúva de MARCO ANTONIO DA SILVA (Nr Ord 4536428), SIAPE nº 0205434, falecido em 27 de outubro de 2016, aposentado no cargo de Motorista Oficial, código MOTO 481262, equivalente a 100% (cem por cento) da classe “S”, padrão III, NI, considerando o disposto nos artigos 215 e 217, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação da Lei nº 13.135 de 17 de junho de 2015, combinado com o art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 5 de julho de 2005, a contar da data do óbito.

PORTARIA DIRAP 2360/4PC2, DE 8 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67215.003123/2017-12, do GAP-BE, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

Conceder pensão vitalícia a MARIA VALENTINA DA SILVA LIMA, viúva de PEDRO CHAVES DE LIMA (Nr Ord 4648609), SIAPE nº 0213395, falecido em 6 de fevereiro de 2017, aposentado no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, código AUXOPESED 482079, equivalente à proporcionalidade de 31/35 (trinta e um, trinta e cinco avos) da classe “ESPECIAL”, padrão I, NA, considerando o disposto nos artigos 215 e 217, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação da Lei nº 13.135 de 17 de junho de 2015, combinado com o art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, a contar da data do óbito.

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAUJO MEDEIROS JÚNIOR
(DOU nº 88 de 10 MAIO 2017)

PORTARIA DIRAP 2424/4PC2, DE 9 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e em cumprimento à decisão judicial, transitada em julgado, proferida nos autos do Processo nº 0000839-77.2003.403.6118, que tramitou perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, e o que consta no Processo nº 67542.002475/2017-31, do GAP-GW, resolve:

Conceder pensão, com fundamento na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a EDNA DE SOUZA CAMPOS, na condição de filha inválida de LOREDO DE SOUZA CAMPOS (Nr Ord 4826051), SIAPE nº 0206457, falecido em 30 de julho de 1994, aposentado no cargo de Agente de Portaria, código TP - 1202, equivalente a 27/35 (vinte e sete e trinta e cinco avos) da classe “C”, padrão V, NI, a contar de 20 FEV 2017, data da intimação da União.

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAUJO MEDEIROS JÚNIOR
(DOU nº 89 de 11 MAIO 2017)

6 – RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO - CONCEDE

PORTARIA DIRAP Nº 2.487/1PC2, DE 11 DE MAIO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto na Portaria nº 1.741/GC3 (ICA 40-5/2015), de 16 de novembro de 2015, publicada no BCA nº 212, de 19 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 67500.001910/2017-04, do DEPENDS, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

Conceder, a contar de 13 de fevereiro de 2017, de acordo com os artigos 16 e 17, da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, alterada pela Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013 e com o parecer emitido pela Comissão Permanente de Pessoal Docente da Escola de Ensino Fundamental e Médio Tenente Rêgo Barros, Retribuição por Titulação, correspondente a homologação do Certificado de Especialização pelo DEPENDS, ao professor LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO ARAGÃO (Nr Ord 4661540), SIAPE 1250761, da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, lotado na Escola de Ensino Fundamental e Médio Tenente Rêgo Barros.

Maj Brig Ar LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR
Diretor da DIRAP

SEÇÃO II - DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO III - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO IV - DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO
(Sem alteração)

SEÇÃO V - DIRETORIA DE SAÚDE
(Sem alteração)

SEÇÃO VI – DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEXTA PARTE

ATOS DAS DEMAIS AUTORIDADES

SEÇÃO I - DEMAIS MINISTÉRIOS
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 080, de 16 MAIO 2017)

SEÇÃO II - SECRETARIAS DE ESTADO

(Sem alteração)

SEÇÃO III - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

(Sem alteração)

SEÇÃO IV - SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

(Sem alteração)

SEÇÃO V - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

(Sem alteração)

SEÇÃO VI - COMANDOS DA MARINHA E DO EXÉRCITO

(Sem alteração)

SEÇÃO VII - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

(Sem alteração)

CARLOS ALBERTO LEITE DA SILVA Cel Int
Diretor do CENDOC

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE
ACIDENTES AERONÁUTICOS**

PCA 3-3

**PLANO BÁSICO DE GERENCIAMENTO DE
RISCO DE FAUNA**

2017

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS**



**INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE
ACIDENTES AERONÁUTICOS**

PCA 3-3

**PLANO BÁSICO DE GERENCIAMENTO DE
RISCO DE FAUNA**

2017



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 692/GC3, DE 10 DE MAIO DE 2017.

Aprova a edição do PCA 3-3, que dispõe sobre o Plano Básico de Gerenciamento de Risco de Fauna nos aeródromos brasileiros.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto nos incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 18 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; nos incisos I e II do art. 12 e nos incisos II e V do art. 25 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; na Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012; na Portaria nº 957/GC3, de 9 de julho de 2015; nas Resoluções nº 237, de 19 de dezembro de 1997, e nº 466, de 05 de fevereiro de 2015, do Conselho Nacional do Meio Ambiente; e

Considerando o que consta do Processo nº 67012.000781/2017-21;

Considerando que o espaço aéreo nacional é um recurso limitado a ser administrado, de acordo com o preconizado na Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), na garantia do interesse público, de maneira a promover o seu uso eficiente e, sobretudo, a segurança das aeronaves que nele operam;

Considerando que todo o esforço deve ser envidado, no sentido de encontrar soluções adequadas para o uso do solo na Área de Segurança Aeroportuária (ASA), em relação à atração de fauna e o consequente risco à segurança operacional da aviação, que utiliza o espaço aéreo nacional, observada a sua importância na integração e desenvolvimento nacionais;

Considerando que segurança e regularidade de operações aéreas, em um aeroporto ou porção de espaço aéreo, dependem, dentre outros aspectos, da gestão adequada das condições atrativas de fauna (uso do solo) na ASA;

Considerando que existem empreendimentos ou atividades, desenvolvidas pelo homem, que quando não estão em consonância com as normas vigentes, podem impor limitações à plena utilização das capacidades operacionais de um aeroporto, ou de uma porção de espaço aéreo; e

Considerando a importância da aviação para as atividades sociais e econômicas, requerendo o constante aprimoramento dos mecanismos que estimulem a coordenação entre os órgãos de âmbito federal, estadual e municipal, visando ao cumprimento das normas e à adoção de medidas para regular e controlar as atividades urbanas e rurais, que se constituem, ou venham a constituir, potenciais riscos à segurança operacional, ou que afetem adversamente a regularidade das operações aéreas no interior da ASA, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição do PCA 3-3, “PLANO BÁSICO DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE FAUNA” (PBGRF), que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 249/GC5, de 06 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 87, de 09 de maio de 2011.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica
(DOU1 nº 89, de 11 MAIO 2017)

(Publicada no BCA nº 080, de 16 de maio de 2017)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1 <u>FINALIDADE</u>	9
1.2 <u>AMPARO LEGAL</u>	9
1.3 <u>ÂMBITO</u>	9
1.4 <u>RESPONSABILIDADES</u>	10
1.5 <u>DEFINIÇÕES</u>	10
2 PARECER AERONÁUTICO PARA EMPREENDIMENTO OU ATIVIDADE ATRATIVA OU POTENCIALMENTE ATRATIVA DE FAUNA NA ASA DE AERÓDROMO BRASILEIRO	16
2.10 <u>PARTICIPAÇÃO DO COMAER</u>	17
2.11 <u>PROTOCOLO DE RECEPÇÃO</u>	19
2.12 <u>PARÂMETROS DE ANÁLISE</u>	20
2.13 <u>PARÂMETROS DECISÓRIOS</u>	22
2.14 <u>PROTOCOLO DE EMISSÃO</u>	24
2.15 <u>GRAU DE RECURSO POR INTERESSE PÚBLICO</u>	24
2.16 <u>PRAZOS</u>	24
2.17 <u>RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS</u>	24
2.18 <u>OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS À SELEÇÃO DE SÍTIOS DE AERÓDROMOS</u>	25
3 GESTÃO DE DADOS DE RISCO DE FAUNA NO BRASIL	27
3.7 <u>NOTIFICAÇÃO DE COLISÃO COM FAUNA</u>	27
3.8 <u>REPORTE DE OUTROS EVENTOS COM FAUNA</u>	28
3.9 <u>ANÁLISE DE INFORMAÇÕES RECEBIDAS</u>	29
3.10 <u>ACESSO E UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES APROVADAS</u>	29
3.11 <u>ATRIBUIÇÕES</u>	30
4 GERENCIAMENTO DE RISCO DE FAUNA NO COMAER	32
4.7 <u>OBJETIVOS</u>	32
4.8 <u>ATRIBUIÇÕES</u>	32
4.9 <u>AValiação DE EFICIÊNCIA</u>	34
4.10 <u>PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE FAUNA</u>	34
4.11 <u>PLANO DE MANEJO DE FAUNA EM AERÓDROMO</u>	35
4.12 <u>COMISSÃO DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE FAUNA</u>	35
5 DISPOSIÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38
ANEXO A - FLUXOGRAMA DE INSERÇÃO DO PARECER AERONÁUTICO NO PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO	40
ANEXO B - FLUXOGRAMA PROCESSUAL DO SERIPA	41
ANEXO C - FLUXOGRAMA PROCESSUAL DO INTERESSADO NA OPERAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	42
ANEXO D - ÁREA DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS REGIONAIS DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO	43
ANEXO E - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO	44

PREFÁCIO

Colisões de aeronaves com animais representam problema para a aviação desde seus primórdios. A primeira colisão com ave foi registrada, em 7 de setembro de 1905, no diário dos irmãos Wright. A primeira colisão com animal terrestre ocorreu poucos anos mais tarde, em 25 de julho de 1909, vindo a atrasar a decolagem de Louis Blériot para seu voo épico, no primeiro cruzamento do Canal da Mancha.

A primeira fatalidade humana ocorreu em 3 abril de 1912, quando o aviador, Calbraith Perry Rodgers, que havia cruzado pela primeira vez os Estados Unidos da América (EUA) colidiu com uma gaivota. A ave ficou presa aos controles da aeronave, que caiu em uma praia na Califórnia. O piloto ficou preso aos destroços e morreu afogado a 1,5 metro de profundidade.

A baixa velocidade e alto ruído daquelas primeiras aeronaves permitiam maior tempo de reação à fauna e aos pilotos, contribuindo para evitar muitos problemas. Este cenário retardou a percepção deste conflito homem-fauna, atualmente, considerado pela autoridade de aviação civil norte-americana como o mais urgente a ser enfrentado pelos operadores de aeródromos em todo o mundo.

O desenvolvimento de produtos aeronáuticos tem criado aeronaves mais rápidas e silenciosas, que ao seguir critérios de certificação, demonstram certo nível de resistência que previnem acidentes por colisão com fauna. Todavia, a automação desvia a atenção de tripulantes para dentro da cabine, a menor quantidade de motores aumenta as chances de ingestão múltipla e os prejuízos causados são enormes.

Em 15 de janeiro de 2009, esta situação se concretizou no chamado Milagre do Hudson, onde 155 pessoas se salvaram após o pouso de um Airbus 320 nas águas, quase congeladas, daquele rio nova-iorquino. O aumento na eficiência das aeronaves reduziu o tempo de reação de animais e tripulantes para evitar colisões, configurando-se como condição preocupante à indústria aeronáutica.

Pelo menos 472 fatalidades puderam ser confirmadas como causadas por colisões com fauna na aviação mundial. Em 2016, somente na Espanha, foram registradas 10 vítimas. A estimativa anual de prejuízos é da ordem de US\$ 3 bilhões e apenas 20% dos eventos são, efetivamente, reportados às organizações nacionais que registram tais dados.

No Brasil, há registros de duas vítimas militares no ano de 1962, quando testemunhas viram os impactos com fauna. Todavia, há acidentes fatais com fortes indícios do fator contribuinte colisão com fauna que não puderam ser confirmadas e que, portanto, não foram tipificadas deste modo.

A grande dificuldade de identificar indícios de fauna em destroços é ratificada pela Organização de Aviação Civil Internacional. Além disto, vários tripulantes sofreram lesões definitivas quando aves penetraram os para-brisas de suas aeronaves.

No período de 2011 a 2016, segundo método de estimativa reconhecido internacionalmente, o custo médio anual de colisões com fauna no país foi de US\$ 65 milhões, enquanto a porcentagem de colisões reportadas ao Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA) foi de 29,34%. Ou seja, a cada colisão reportada, outras três colisões ocorreram, mas deixaram de ser informadas no período.

No ambiente regulatório atual da aviação brasileira, o CENIPA atua como gestor do banco de dados nacional de risco de fauna, intitulado Sistema de Gerenciamento de Risco Aviário (SIGRA), além de manter uma Assessoria especializada e dedicada ao assunto para auxiliar o setor aéreo nacional.

Os Serviços Regionais de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA) recebem treinamento do CENIPA para o desempenho de suas atribuições junto à aviação regional, mais suscetível a eventos severos por voar mais baixo em aeronaves menos resistentes. Estes incluem trabalhos educativos, investigação de acidentes e emissão de pareceres técnicos para a decisão da Autoridade Aeronáutica Militar, o Comando da Aeronáutica (COMAER).

O risco de fauna também representa problema à operação nos aeródromos militares. Dessa forma, há necessidade de aplicação de medidas práticas para reduzir exposição, probabilidade e severidade de colisões com fauna. Esta ação deve considerar condições ecológicas sítio-específicas, espécie-específicas e sazonais em cada região. Como consequência, urge considerar que tais variáveis demandam a interveniência de profissionais de outras áreas do conhecimento, como, por exemplo: Ecologia, Biologia e Medicina Veterinária.

A integração em atividades de gerenciamento de risco é indispensável para manter um equilíbrio adequado entre segurança e economia de recursos. Especialmente, no caso dos aeródromos do COMAER, onde todos os profissionais pertencem à mesma instituição, facilitando a sua atuação integrada.

Todos os aeródromos brasileiros estão sob a égide da Lei 12.725/2012 e de normas ambientais, todavia, aqueles operados pela Marinha do Brasil e Exército Brasileiro poderão adotar os aspectos contidos neste Plano, cabendo sua ratificação pelo respectivo Comando.

O foco de ações mitigadoras deve ser orientado a partir da pista de pouso do aeródromo, uma vez que o voo demanda alto gasto calórico às aves, que acabam se concentrando próximas ao solo. A aplicação de medidas de controle de fauna em aeródromos é mais eficiente se executada por equipe treinada por profissional experiente e equipada para realizar tais atividades.

Devido à complexidade, este Plano não tem pretensão de esgotar o conteúdo do assunto, sendo focado em três objetivos principais, a saber:

- processo de emissão de pareceres aeronáuticos, em proveito da aviação brasileira;
- processo de coleta de dados, em proveito da aviação brasileira; e
- processo de gerenciamento de risco de fauna em aeródromos militares do COMAER.

Não obstante o contido neste Plano, é necessário observar outras normas em vigor, com o fito de aprimorar continuamente o processo de gerenciamento de risco de fauna no Brasil.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

O Plano Básico de Gerenciamento de Risco de Fauna (PBGRF) tem por finalidade:

- a) estabelecer protocolos, parâmetros e atribuições referentes à emissão do parecer aeronáutico para empreendimento ou atividade, a ser instalada ou em operação, na Área de Segurança Aeroportuária (ASA) de aeródromo brasileiro;
- b) estabelecer a estrutura de gestão de dados relativos a avistamentos, quase colisões e colisões com fauna no Brasil, considerando que este último tipo de evento é ocorrência aeronáutica que é classificada como incidente, incidente grave ou acidente aeronáutico; e
- c) estabelecer o processo de gerenciamento de risco de fauna nos aeródromos militares do COMAER, sendo complementado pelo Manual de Gerenciamento de Risco de Fauna.

1.2 AMPARO LEGAL

1.2.1 O Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER) integra a infraestrutura aeronáutica, conforme o disposto no art. 25 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA).

1.2.2 Compete ao SIPAER: “planejar, orientar, coordenar, controlar e executar as atividades de investigação e de prevenção de acidentes aeronáuticos”, nos termos do art. 86 do CBA.

1.2.3 O Decreto nº 87.249/82, que regulamenta o SIPAER, em seu art. 1º, § 1º, define as atividades de prevenção de acidentes aeronáuticos como sendo “as que envolvem as tarefas realizadas com a finalidade de evitar perdas de vidas e de material decorrentes de acidentes aeronáuticos”.

1.2.4 A Portaria nº 249/GC5, de 6 de maio de 2011, do Comandante da Aeronáutica aprovou a edição do Plano Básico de Gerenciamento de Risco Aviário (PBGRA).

1.2.5 A Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012, acelerou o processo de transição regulatória no âmbito de risco de fauna na aviação, condição ratificada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 164.

1.2.6 A nova realidade desenhada pelos textos promulgados após a primeira versão do PBGRA impõe a necessidade de reeditar o antigo texto, detalhando os aspectos necessários à eficiência pretendida na Lei nº 12.725.

1.3 ÂMBITO

1.3.1 No setor de aviação, o Plano Básico de Gerenciamento de Risco de Fauna se aplica:

- a) às Organizações que compõem a estrutura do COMAER;
- b) aos órgãos da estrutura da Agência Nacional de Aviação Civil;
- c) aos operadores de aeródromos; e

- d) aos operadores de aeronaves, quando utilizando o espaço aéreo brasileiro, incluindo tripulantes de voo e pessoal de apoio em terra.

1.3.2 Considerando que o parecer aeronáutico é um instrumento de prevenção de acidentes aeronáuticos, relacionado a empreendimentos/atividades na ASA dos aeródromos brasileiros, o Plano Básico de Gerenciamento de Risco de Fauna se aplica à (ao):

- a) autoridade municipal;
- b) autoridade ambiental municipal;
- c) autoridade ambiental estadual;
- d) autoridade ambiental federal; e
- e) interessado na operação de empreendimento ou atividade atrativa ou potencialmente atrativa de fauna no interior da ASA de aeródromo brasileiro.

1.4 RESPONSABILIDADES

1.4.1 Em relação à emissão de pareceres aeronáuticos, além das organizações citadas em 1.3.2, são responsáveis o CENIPA, os Órgãos Regionais do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (OR-DECEA) e os SERIPA.

1.4.2 Em relação à gestão de dados de risco de fauna no Brasil, são responsáveis pela notificação de ocorrências aeronáuticas todas as pessoas, naturais ou jurídicas, envolvidas com a fabricação, manutenção, operação e circulação de aeronaves, bem como com as atividades de apoio da infraestrutura aeronáutica no território brasileiro.

1.4.3 Em relação ao processo de gerenciamento de risco de fauna em aeródromos do COMAER, são responsáveis pelas ações estabelecidas neste Plano, o Comandante, Chefe ou Diretor de organização operadora de aeródromo e de aeronaves militares deste Comando.

1.5 DEFINIÇÕES

1.5.1 As definições a seguir são específicas às finalidades deste Plano ou ao gerenciamento do risco de fauna, observadas as publicações citadas em seu AMPARO LEGAL.

1.5.2 Conceitos complementares podem ser obtidos nas Normas de Sistema do Comando da Aeronáutica afetas ao SIPAER.

1.5.3 AERÓDROMO PRINCIPAL

Aquele que seja registrado, homologado ou certificado e que tenha o centro geométrico de sua maior pista em até 20km de qualquer ponto no perímetro do empreendimento ou atividade que é objeto do parecer aeronáutico, conforme prioridade a seguir:

- (1) aeródromo público;
- (2) aeródromo militar; e
- (3) aeródromo privado.

1.5.4 ALERTA DE FAUNA

Aviso dado a tripulante sobre condições de risco muito alto ou alto devido à presença de fauna na área crítica do aeródromo.

1.5.5 ÁREA CRÍTICA PARA COLISÃO COM FAUNA

Ambiente interno ou muito próximo ao aeródromo, usado por aeronaves, em que a presença de animal torne crítico o acontecimento de colisão com fauna.

1.5.6 ÁREA DE SEGURANÇA AEROPORTUÁRIA (ASA)

Área circular do território de um ou mais municípios, definida a partir do centro geométrico da maior pista do aeródromo ou do aeródromo militar, com 20km (vinte quilômetros) de raio, cujos uso e ocupação estão sujeitos a restrições especiais, em função da natureza atrativa de fauna. O limite vertical da ASA é de 3.500 pés de altura (1.067 metros).

1.5.7 ATIVIDADE ATRATIVA DE FAUNA

Atividades ou empreendimentos, tais como vazadouros de resíduos sólidos, que servem de foco ou concorram para a atração relevante de fauna, no interior da ASA, comprometendo a segurança operacional da aviação.

1.5.8 ATIVIDADE COM POTENCIAL ATRATIVO DE FAUNA

Atividades ou empreendimentos, tais como aterros sanitários e outros que manipulem material atrativo de fauna que, ao utilizarem técnicas de operação e de manejo apropriadas, não se constituam em foco atrativo de fauna no interior da ASA, nem comprometam a segurança operacional da aviação.

1.5.9 AVALIAÇÃO DE RISCO DE FAUNA

Processo de medição, baseado em critérios metodológicos, para quantificar o risco de fauna por espécie em determinado aeródromo.

1.5.10 AVISTAMENTO DE FAUNA

Situação em que animal (vivo) é visto próximo de local usado por aeronave (trajetória), sem que haja necessidade de desvio pela tripulação ou pelo animal para evitar impacto.

1.5.11 CAPACIDADE-SUPORTE

Conceito ecológico referente à quantidade de indivíduos que um ambiente pode suportar, normalmente, representada por fatores reguladores como alimento, água e abrigo.

1.5.12 CENSO DE FAUNA NA AVIAÇÃO

Monitoramento padronizado e replicável, baseado em conhecimentos ecológicos, com objetivo de quantificar populações de espécies-problema, seus focos atrativos e movimentos rotineiros e sazonais em determinada região.

1.5.13 CERCA OPERACIONAL PARA FAUNA

Barreira física entre o lado terra e o lado ar do aeródromo, destinada a minimizar o acesso de animais terrestres à área de operação de aeronaves.

1.5.14 COLISÃO COM FAUNA

Evento em que ocorra, pelo menos, uma das situações a seguir:

- a) informação de impacto pela tripulação;
- b) identificação de evidência ou dano em aeronave, por pessoal de aeródromo ou de manutenção;
- c) localização de carcaça em até 50 metros das laterais de pistas de pouso ou de táxi ou em até 300 metros de cabeceira de pista de pouso; ou
- d) ocorrer efeito significativo em operação de aeronave (p. ex. abortiva de decolagem ou de pouso, saída de pista, etc), devido à presença de fauna em aeródromo ou seu entorno.

1.5.15 COLISÃO SIGNIFICATIVA COM FAUNA

1.5.15.1 Colisão que tenha causado, pelo menos, uma das consequências a seguir:

- a) perda de equipamento ou sistema em voo;
- b) alijamento de combustível;
- c) pouso de precaução;
- d) decolagem abortada;
- e) corte/apagamento de motor;
- f) penetração pelo para-brisas;
- g) dano ou falha estrutural na aeronave; e
- h) lesão grave ou falecimento de pessoa a bordo ou fora da aeronave.

1.5.15.2 Serão investigadas as colisões com fauna em que seja impossível manter voo nivelado após corte/apagamento de um dos motores da aeronave, ocorrer penetração pelo para-brisas, dano substancial à aeronave, lesão grave ou falecimento de pessoa.

1.5.16 COMISSÃO DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE FAUNA (CGRF)

Grupo de representantes de organizações públicas ou privadas, coordenado pelo operador do respectivo aeródromo, com responsabilidade sobre focos atrativos ou potencialmente atrativos localizados na ASA.

1.5.17 CUSTO DIRETO DE COLISÃO COM FAUNA

Valor pecuniário dispendido em decorrência de qualquer dano ou prejuízo direto do evento, mesmo que não tenha havido impacto entre aeronave e animal, que expressa a gravidade do evento.

1.5.18 CUSTO INDIRETO DE COLISÃO COM FAUNA

Valor pecuniário auxiliar, dispendido em decorrência da perda de uso da aeronave ou de procedimentos para viabilizar seu retorno à condição de aeronavegabilidade, excluindo serviços de manutenção corretiva.

1.5.19 DANO POR COLISÃO COM FAUNA

Avaria ou estrago decorrente de colisão, ainda que não tenha ocorrido impacto entre aeronave e animal.

1.5.20 DISPERSÃO DE FAUNA

Ação de curta duração e efetividade para remoção imediata de obstáculo (fauna) em área crítica para colisão com fauna, a fim de manter separação entre aeronaves e animais.

1.5.21 EQUIPE DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE FAUNA (EGRF)

Grupo de profissionais treinados e equipados para realização de censos e aplicação de medidas de controle de fauna em aeródromos.

1.5.22 ESPÉCIE NOCIVA DE FAUNA

Espécie-problema, declarada por autoridade competente, que se beneficia da atividade humana (sinantropia).

1.5.23 ESPÉCIE-PROBLEMA

Espécie da fauna, nativa ou exótica, que interfira, direta ou indiretamente, na segurança operacional da aviação em nível local ou nacional.

1.5.24 FOCO ATRATIVO NOTIFICADO

Empreendimento ou atividade na ASA de aeródromo, que tenha sido notificado, oficialmente, por qualquer integrante do setor aéreo brasileiro (ANAC, COMAER ou operador de aeródromo) sobre sua condição atrativa de espécie-problema na operação local.

1.5.25 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente emite licença considerando localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

1.5.26 LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI)

Tipo de licença que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade, de acordo com especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

1.5.27 LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)

Tipo de licença que autoriza a operação do empreendimento ou atividade, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta nas licenças anteriores, como medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para operação.

1.5.28 LICENÇA PRÉVIA (LP)

Tipo de licença concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

1.5.29 MANEJO (OU MODIFICAÇÃO) DE AMBIENTE NA AVIAÇÃO

Aplicação de conhecimento ecológico a determinada região no aeródromo ou em seu entorno, a fim de reduzir a capacidade-suporte às espécies-problema à aviação no local.

1.5.30 MANEJO DE FAUNA NA AVIAÇÃO

Aplicação de conhecimento ecológico às espécies-problema, a fim de criar ambiente de medo ou controlar a população de fauna em determinado aeródromo, reduzindo o risco à operação local.

1.5.31 MONITORAMENTO DE FAUNA NA AVIAÇÃO

Ação de identificação e acompanhamento de focos atrativos de espécies-problema, executada pelo operador em seu aeródromo e na respectiva ASA, para conhecer movimentos rotineiros e sazonais daquelas espécies, a fim de mitigar o risco de fauna.

1.5.32 MOVIMENTO DE AERONAVE PARA RISCO DE FAUNA

Termo que caracteriza pouso, decolagem e arremetida, no solo ou em voo, sobre a pista de determinado aeródromo até 3.500 pés de altura em relação ao solo.

1.5.33 ÓRGÃO REGIONAL DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (OR-DECEA)

Organização do COMAER, subordinada ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), com competência sobre uma determinada região do espaço aéreo brasileiro. São os Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA) e o Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo (SRPV-SP).

1.5.34 PARÂMETROS DE ADEQUAÇÃO

Medidas corretivas determinadas pela autoridade ambiental, no processo de licenciamento, com a finalidade de reduzir ao mínimo possível a atração de espécies-problema em empreendimento ou atividade localizada em ASA de aeródromo brasileiro.

1.5.35 PARECER AERONÁUTICO

Documento que informa o resultado de análise técnica realizada pelo COMAER, com o objetivo de prevenir acidentes aeronáuticos por colisão com fauna, devido

exclusivamente à atração de espécies-problema para o local do empreendimento ou atividade localizada na ASA de aeródromo.

1.5.36 PLANO BÁSICO AMBIENTAL (PBA)

Documento que detalha programas socioambientais no estudo ambiental prévio, a fim de atender/encaminhar exigências e recomendações do órgão ambiental, fixadas no processo de licenciamento.

1.5.37 PLANO DE MANEJO DE FAUNA EM AERÓDROMO (PMFA)

Documento técnico, aprovado pela autoridade ambiental competente, que especifica intervenções necessárias no meio ambiente, natural ou antrópico, de um aeródromo ou diretamente sobre populações de espécies-problema para reduzir a presença de fauna.

1.5.38 PREJUÍZO POR COLISÃO COM FAUNA

Toda perda pecuniária decorrente de colisão com fauna, independentemente da existência de lesão pessoal ou dano material, tal como: indisponibilidade de tripulante ou de aeronave, manutenção não-programada, combustível e hora de voo em arremetida para evitar impacto com fauna.

1.5.39 PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE FAUNA NO COMAER (PGRF-COMAER)

Documento baseado em dados coletados por pessoal treinado que estabelece atividades suficientes e necessárias ao gerenciamento de risco de fauna em aeródromos sob administração do COMAER.

1.5.40 QUASE COLISÃO COM FAUNA

Impacto marginalmente evitado por desvio da tripulação ou da fauna, que não tenha causado efeito significativo à operação da aeronave.

1.5.41 RESTRIÇÕES ESPECIAIS

Limitações impostas pela autoridade competente no âmbito da aviação ao aproveitamento de imóvel, público ou privado, situado no interior da ASA, que podem ser:

- a) proibição de implantação de atividade atrativa;
- b) cessação, imediata ou gradual, de atividade atrativa;
- c) adequação de atividades com potencial atrativo aos parâmetros estabelecidos pela autoridade competente; e
- d) implantação e operação de atividades com potencial de atração, observados autorização e parâmetros de adequação.

1.5.42 SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO AVIÁRIO (SIGRA)

Sistema de coleta (reporte) e divulgação (pesquisa) *online* de reportes de colisões, quase colisões e avistamentos de fauna na aviação no Brasil.

2 PARECER AERONÁUTICO PARA EMPREENDIMENTO OU ATIVIDADE ATRATIVA OU POTENCIALMENTE ATRATIVA DE FAUNA NA ASA DE AERÓDROMO BRASILEIRO

2.1 Esta análise, semelhante ao estudo ambiental de análise preliminar de risco, foi introduzida pelo COMAER em decorrência de determinação do Ministério da Defesa, para assegurar que o setor aéreo participe do processo de zoneamento e uso do solo, cuja responsabilidade constitucional é dos municípios, tendo em vista a alta influência da ASA na segurança operacional da aviação em relação à atração de fauna.

2.2 Atrativos localizados fora de aeródromos criam corredores de deslocamento de aves que passam a cruzar, frequentemente, trajetórias de voo de aeronaves, dentro e fora de aeródromos. Além disso, a abundância de material orgânico (alimento) na ASA estimula a concentração populacional de espécies-problema, tanto pelo deslocamento de seus centros de vida, quanto pelo maior sucesso reprodutivo, caracterizando a ASA, sob a ótica ambiental, como área de influência indireta no aspecto socioeconômico, onde focos atrativos devem ser minimizados para a segurança da sociedade.

2.3 O parecer aeronáutico considera critérios locais de distância entre empreendimento e o centro da maior pista de aeródromo, para garantir a separação mínima em processo de obtenção de licença prévia (LP), com a aplicação da restrição especial de proibição de implantação do empreendimento ou atividade.

2.4 Tais critérios são associados às informações de monitoramento de fauna, oriundas do operador de aeródromo, para subsidiar parecer em processos de obtenção de Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), além de outras licenças e autorizações de empreendimentos instalados, em instalação ou em operação, que não procederam ou que não requeiram licenciamento ambiental, mas que sejam potencialmente ou atrativos de fauna, onde restrições são indicadas pelo COMAER e parâmetros de adequação são indicados pela autoridade ambiental.

2.5 Para viabilizar a previsão legal de proibir a implantação de empreendimentos/atividades que venham a contribuir para atração de fauna, é recomendado que as autoridades ambientais incluam o parecer aeronáutico em seus procedimentos administrativos de permissão ou licenciamento ambiental, comunicando-se diretamente com o COMAER, com vistas a reduzir interferências de interessados em obter tais autorizações.

2.6 Assim, a análise da autoridade ambiental já chega ao interessado com os devidos parâmetros de adequação, incluídos em Plano Básico Ambiental (PBA), para reduzir o uso do empreendimento ou atividade por espécies-problema à operação do aeródromo local, permitindo a operação do aeródromo e do empreendimento dentro da segurança necessária.

2.7 Na etapa de operação de empreendimento ou atividade, o monitoramento de focos atrativos realizado na ASA pelo operador de aeródromo, é peça fundamental para garantir a aplicação de restrições especiais, a fim de reduzir níveis de atratividade de fauna. Aqueles locais que estejam contrários a esta tendência devem ser notificados formalmente, com a finalidade de mitigar o risco de colisões que podem causar acidentes aeronáuticos.

2.8 Os princípios aqui contidos visam à operação eficiente e segura dos aeródromos, protegida por todas as instâncias da sociedade, tendo em vista sua importância econômica, social e de segurança nacional. Estas condições se concretizam no planejamento integrado de

uso do solo na área de influência indireta dos empreendimentos, ou seja, na ASA, pelas autoridades municipal, ambiental e aeroportuária.

2.9 A Lei nº 12.725/2012 levou o COMAER a expandir a abrangência do parecer aeronáutico a todo e qualquer empreendimento ou atividade, que atraia ou tenha potencial de atrair fauna, no interior da ASA de qualquer aeródromo brasileiro.

2.10 PARTICIPAÇÃO DO COMAER

2.10.1 O parecer aeronáutico do COMAER é dedicado à segurança da navegação aérea, não tendo o condão de isentar o responsável do cumprimento de normas relacionadas ao tipo do empreendimento ou atividade.

2.10.2 O parecer aeronáutico do COMAER será emitido por um OR-DECEA, considerando parecer técnico oriundo de SERIPA responsável pela região do aeródromo, em cuja ASA, o empreendimento ou atividade tenha pretensão ou esteja localizado.

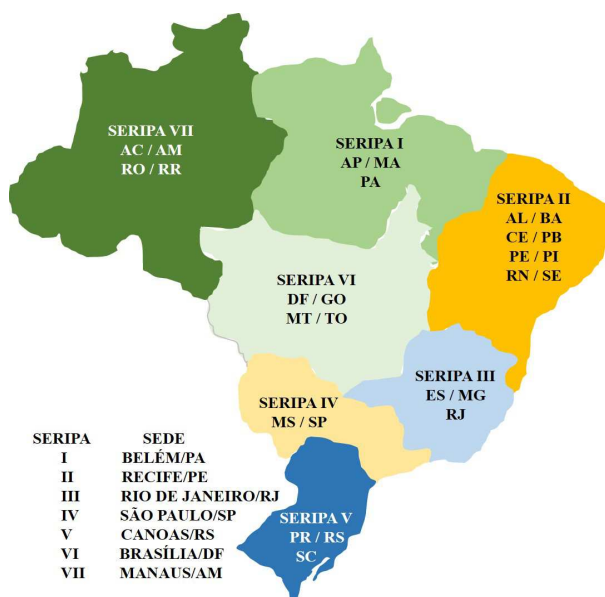


Figura 1 - Áreas de responsabilidades dos SERIPA

2.10.3 No parecer aeronáutico poderá constar uma das restrições especiais (Lei nº 12.725, art. 2º, inciso XX) ao empreendimento ou atividade situada na ASA, listadas a seguir:

- proibição de implantação de atividade atrativa – aplicável em procedimento administrativo de concessão de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) ou outra autorização ambiental de funcionamento;
- cessação, imediata ou gradual, de atividade atrativa de fauna – aplicável em procedimento para renovação de Licença de Operação (LO) ou outra licença ou autorização ambiental de funcionamento; ou
- adequação de atividades com potencial atrativo de fauna – aplicável, segundo parâmetros emanados da autoridade ambiental responsável pelo licenciamento, em procedimentos de:
 - LP, LI ou autorização ambiental de funcionamento, com a inclusão em projeto de acessórios para mitigar o uso do local pela fauna; e

- renovação de LO, obtenção de licenças ou autorização ambiental corretiva, com a adoção perene de medidas mitigadoras de uso do local pela fauna.

2.10.4 Todo empreendimento ou atividade localizada na ASA de aeródromo brasileiro, doravante denominado como *empreendimento*, está sujeito às restrições especiais, sendo aplicável a *adequação de atividades* àqueles localizados além de 10 quilômetros.

2.10.5 A Tabela A detalha restrições aplicáveis até 10 quilômetros de distância do centro da maior pista de aeródromo brasileiro. Além desta distância, a restrição aplicável até o limite da ASA é adequação de empreendimento.

Tabela A – Critérios de localização de empreendimento atrativo ou com potencial atrativo de fauna na ASA.

Tipo de atividade	Potencial atração de fauna	Restrição especial relacionada à distância do centro da maior pista do aeródromo			
		Empreendimento novo (LP e LI)		Empreendimento em operação (*)	
		até 5km	entre 5-10km	até 5km	entre 5-10km
Abatedouro	Muito alto	Proibição	Adequação	Adequação	Adequação
Agricultura extensiva de grãos e/ou frutas	Alto	Proibição	Adequação	Adequação	Adequação
Agricultura (outras culturas extensivas)	Moderado	Adequação	Adequação	Adequação	Adequação
Aquicultura ou processamento de pescado (aberto)	Muito alto	Proibição	Adequação	Adequação	Adequação
Aquicultura ou processamento de pescado (enclausurado)	Moderado	Adequação	Adequação	Adequação	Adequação
Aterro controlado (recobrimento diário – material inerte)	Muito alto	Proibição			
Aterro sanitário (recobrimento diário – material inerte)	Alto	Proibição	Proibição	Adequação	Adequação
Barragens (criação de espelho d'água)	Alto	Proibição	Adequação	Adequação	Adequação
Criação de animais de corte (aberta)	Alto	Proibição	Adequação	Adequação	Adequação
Criação de animais de corte (enclausurada)	Moderado	Adequação	Adequação	Adequação	Adequação
Curtume	Muito alto	Proibição	Adequação	Adequação	Adequação
Deposição de resíduos sólidos a céu aberto (vazadouro)	Muito alto	Proibição			
Estação de transbordo de resíduos sólidos	Alto	Proibição	Proibição	Adequação	Adequação
Estação de tratamento de esgoto (ETE) ou água (ETA)	Moderado	Adequação	Adequação	Adequação	Adequação
Feiras livres (gêneros alimentícios)	Moderado	Adequação	Adequação	Adequação	Adequação
Indústria de processamento de alimentos (rações, etc)	Moderado	Adequação	Adequação	Adequação	Adequação
Silos e outras construções de estocagem de alimentos	Moderado	Adequação	Adequação	Adequação	Adequação
Zoológicos	Moderado	Adequação	Adequação	Adequação	Adequação

Observações: Em concordância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, aterros controlados de resíduos sólidos devem receber parecer aeronáutico desfavorável para implantação, acompanhados da restrição especial de cessação imediata de atividade.

(*) Empreendimento em renovação de LO ou outra licença ou autorização ambiental de funcionamento.

2.10.6 A lista de atividades na Tabela A não é exaustiva, sendo aplicada por similaridade em procedimentos administrativos de concessão de LP, LI, LO e demais licenças e autorizações ambientais de funcionamento.

2.10.7 Todo empreendimento deve estar perenemente adequado às condicionantes de emissão/renovação contidas em autorização ou licença ambiental para o controle de presença de fauna, previstas em Plano Básico Ambiental (PBA).

2.10.8 Todo empreendimento na ASA de aeródromo deve ser monitorado pelo respectivo operador civil (RBAC 164.33 e Apêndice B) ou militar – de acordo com o estabelecido neste Plano, considerando a influência indireta (aspecto socioeconômico – segurança da sociedade) que o empreendimento poderá exercer sobre a operação de aeronaves.

NOTA - A ausência de dados de monitoramento do operador de aeródromo para parecer técnico deve ser oficialmente comunicada pelo SERIPA ao respectivo OR-DECEA, para que este informe à autoridade competente no âmbito da aviação.

2.10.9 O operador de aeródromo que identificar presença de fauna (espécie-problema à operação local), em empreendimento na ASA de seu aeródromo, deve emitir correspondência oficial ao responsável pelo empreendimento, caracterizando-o como *foco atrativo notificado*.

NOTA - A ausência de notificação de foco atrativo pelo operador do aeródromo dificultará a mitigação do risco causado pelo empreendimento na operação local.

2.10.10 Todo empreendimento na ASA de aeródromo, caracterizado como foco atrativo notificado, deverá receber parecer aeronáutico do COMAER em seu procedimento de licenciamento ambiental.

2.10.11 O Anexo A deste Plano mostra a inserção do parecer aeronáutico do COMAER no processo de autorização ou licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizadas dentro da ASA de aeródromos brasileiros.

2.10.12 O fluxograma processual a ser observado pelo SERIPA na emissão de parecer está disposto no Anexo B.

2.10.13 O fluxograma processual a ser observado pelo interessado na operação do empreendimento para a recepção de parecer aeronáutico do COMAER está disposto no Anexo C.

2.11 PROTOCOLO DE RECEPÇÃO

2.11.1 Em procedimentos para obtenção de LP ou LI, a autoridade ambiental competente deverá solicitar parecer ao SERIPA, a fim de viabilizar a restrição especial de proibição de implantação de atividade atrativa (Lei nº 12.725, art. 2º, inciso XX).

2.11.2 Alternativamente, o SERIPA poderá receber do OR-DECEA a solicitação de parecer técnico em procedimentos para obtenção de LP ou LI.

2.11.3 Em procedimentos para obtenção de LO ou outra autorização ambiental para empreendimento instalado ou em operação na ASA, a autoridade ambiental competente ou o OR-DECEA poderá solicitar parecer ao SERIPA.

2.11.4 O SERIPA não receberá solicitação de parecer do responsável pelo empreendimento, devendo orientar o interessado sobre o fluxo descrito no Anexo C.

2.11.5 O responsável pelo empreendimento deverá identificar todos os aeródromos que se situem a menos de 20 km do empreendimento ou atividade que pretende obter licença ambiental, indicando o *aeródromo principal* no processo, de acordo com a definição contida neste Plano.

2.11.6 O responsável pelo empreendimento deverá indicar o SERIPA responsável por emitir parecer técnico para anexação no processo de licenciamento ambiental, de acordo com a localização geográfica do aeródromo principal mostrada na Figura 1.

2.11.7 As informações necessárias à recepção de solicitação de parecer aeronáutico dependem da fase de licenciamento ambiental em que o empreendimento se encontra.

- a) licença prévia (LP): nome completo ou razão social; número de cadastro nacional de pessoa jurídica; tipo de empreendimento; coordenadas geográficas dos vértices da área pretendida (WGS-84); área total (em km²); expectativa de vida útil; tipos de materiais que serão manipulados; logradouro; número; complemento (se houver); código de endereçamento postal; cidade; unidade da federação; endereço eletrônico dos responsáveis técnico e legal do empreendimento ou atividade; lista de aeródromos em cuja ASA o empreendimento ou atividade está localizado; e compromisso formal assinado por profissional com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) que o empreendimento ou atividade não será foco atrativo devido ao emprego de técnicas mitigadoras e de exclusão de aves;
- b) licença de instalação (LI): todos os anteriores e PBA de controle de presença de fauna; e
- c) licença de operação (LO): todos os listados na LI e, em caso de renovação de LO, acrescentar-se-á relatório de presença de fauna que comprove que o empreendimento ou atividade não é foco atrativo.

NOTA 1 - Este relatório deve ser baseado em censos periódicos e atualizados, abrangendo o último período de 2 anos, com assinatura de profissional técnico responsável com ART.

NOTA 2 - Empreendimento instalado ou em operação, que necessite de autorização ambiental não listada, deverá apresentar os documentos exigidos para a LO (letra c).

2.11.8 O SERIPA receberá as informações acima em formato digital da autoridade ambiental, responsável pelo licenciamento ou do OR-DECEA, a fim de agilizar a emissão de seu parecer técnico.

2.11.9 Caso um SERIPA receba consulta de autoridade ambiental para emissão de parecer de empreendimento situado fora da área sob sua responsabilidade, este deverá enviar o pedido ao SERIPA adequado, informando, oficialmente, à autoridade ambiental sobre tal ação.

2.12 PARÂMETROS DE ANÁLISE

2.12.1 Os critérios locais citados na Tabela A serão aplicados em procedimentos administrativos para obtenção de licenciamento ou autorização ambiental de empreendimentos ou atividades localizadas na ASA de aeródromo brasileiro.

NOTA - A *proibição de implantação de atividade atrativa* é restrição especial (Lei nº 12.725, art. 2º, inciso XX) com aplicabilidade vinculada à recepção do parecer aeronáutico pela autoridade ambiental, antes da emissão da LP ou LI.

2.12.2 O parecer aeronáutico, em procedimento administrativo para renovação de LO ou obtenção de licença corretiva ou autorização ambiental, será emitido se houver registro oficial do empreendimento como *foco atrativo notificado* de espécie-problema à aviação.

NOTA - Em caráter excepcional, empreendimento não registrado como foco atrativo notificado *poderá* ser alvo de parecer técnico, por condição significativa de risco à operação local, segundo avaliação do SERIPA.

2.12.3 Todo empreendimento será monitorado em relação à presença de fauna pelo operador de aeródromo, continuamente, por meio de censos de fauna e, eventualmente, pelo SERIPA, quando da renovação de licença e autorização ambiental, por meio de visitas técnicas inopinadas, sensoriamento remoto e outras fontes de coleta de dados.

2.12.4 Caso o SERIPA não obtenha informações de presença de espécies-problema no empreendimento, será emitido *parecer condicional*, acompanhado de notificação à autoridade ambiental competente para o estabelecimento de parâmetros de adequação.

2.12.5 Procedimento administrativo de licenciamento ou autorização ambiental que represente aumento na área de manipulação de material atrativo de fauna será considerado pelo SERIPA como processo de implantação, tendo em vista a geração de mais risco à operação local de aeronaves.

2.12.6 Em pareceres técnicos, a distância de referência será medida do centro geométrico da maior pista do *aeródromo principal* até o ponto mais próximo do aeródromo no perímetro da área do empreendimento.

2.12.7 A declaração de interesse público para emissão de parecer de empreendimento será analisada em relação à atração de fauna, somente durante recurso por interesse público, seguidos os procedimentos do OR-DECEA.

2.13 PARÂMETROS DECISÓRIOS

2.13.1 Empreendimento em processo de obtenção de LP ou LI receberá parecer técnico *desfavorável* quando localizado em distância inferior à descrita na Tabela A.

2.13.2 Empreendimento em processo de obtenção de LP ou LI receberá parecer técnico *favorável* quando localizado em distância igual ou superior à indicada na Tabela A.

2.13.3 Empreendimento em processo de obtenção de licença ou autorização ambiental receberá parecer técnico *desfavorável*, quando não houver compromisso técnico formal de uso de técnicas mitigadoras e de exclusão de aves, assinado por profissional com ART.

2.13.4 Empreendimento em processo de renovação de LO receberá parecer técnico *desfavorável* quando houver dados que indiquem o local como foco atrativo de espécie-problema à aviação.

2.13.5 Empreendimento em processo de renovação de LO receberá parecer técnico *favorável condicional*, quando:

- a) não houver dados que demonstrem que o local seja foco atrativo de espécie-problema à aviação; e
- b) se for firmado compromisso formal de introdução de técnicas mitigadoras e de exclusão de aves, assinado por profissional com ART, para manutenção da condição de não atratividade em PBA.

NOTA - A renovação de LO de aterros sanitários, em grau de recurso por interesse público, deverá ser firmada pelo responsável final pelo provimento do serviço público de interesse local de coleta, tratamento e destinação de resíduos sólidos (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 30, inciso V) e pelo responsável pelo planejamento e controle de uso e ocupação do solo (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 30, inciso VIII).

2.13.6 O empreendimento em processo de renovação de LO receberá parecer técnico *favorável* quando houver dados que demonstrem que o local não é foco atrativo de espécie-problema à aviação, juntamente com termo de compromisso técnico formal de uso de técnicas mitigadoras e de exclusão de aves, assinado por profissional com ART.

2.13.7 O empreendimento em processo de ampliação na área de manipulação de material atrativo de fauna, em que seja constatada atração de espécies-problema, receberá parecer técnico *desfavorável* para a continuidade da operação existente e para a expansão pretendida.

2.13.8 O empreendimento em processo de renovação de LO ou autorização ambiental, que não tiver acatado parâmetros de adequação anteriormente indicados pela autoridade ambiental, receberá parecer técnico *desfavorável*, acompanhado da restrição especial de cessação da atividade.

2.13.9 No parecer técnico emitido pelo SERIPA, deve ser utilizada uma das expressões a seguir:

- a) “Este SERIPA é **desfavorável** à [implantação/renovação de licença/autorização ambiental] do empreendimento [*inserir nome completo/razão social*]”; ou
- b) “Este SERIPA é **favorável** à [implantação/renovação de licença/autorização ambiental] do empreendimento [*inserir nome completo/razão social*] nas condições atuais de atratividade e presença de fauna existentes no local”.

NOTA - A última opção acima deve incluir condicionante, sempre que necessário.

2.13.10 No parecer aeronáutico, emitido pelo OR-DECEA, devem ser utilizados termos similares aos usados no parecer técnico, substituindo-se o termo SERIPA por COMAER.

2.13.11 Empreendimento ou atividade localizada fora da ASA de aeródromo brasileiro não receberá parecer aeronáutico em relação ao risco de fauna na aviação.

2.14 PROTOCOLO DE EMISSÃO

2.14.1 O parecer técnico do SERIPA será remetido, obrigatoriamente, ao OR-DECEA para a emissão da decisão do COMAER, via parecer aeronáutico.

2.14.2 O parecer aeronáutico será remetido pelo OR-DECEA, obrigatoriamente, à autoridade responsável pelo licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade.

NOTA - Em último caso, o OR-DECEA poderá emitir parecer aeronáutico diretamente ao responsável pelo empreendimento ou atividade, desde que se certifique da recepção do parecer pela autoridade ambiental competente.

2.15 GRAU DE RECURSO POR INTERESSE PÚBLICO

2.15.1 Quando o parecer aeronáutico desfavorável for contraposto por prefeitura/estado, em grau de recurso por interesse público, o OR-DECEA seguirá trâmite estabelecido na Portaria nº 957/GC3, de 9 de julho de 2015.

NOTA - Este termo deverá ser assinado pelos gestores dos municípios/estados onde se localizam o empreendimento e o respectivo *aeródromo principal*, de acordo com modelo apresentado neste Plano.

2.16 PRAZOS

2.16.1 O prazo para emissão de parecer técnico seguirá o estabelecido em norma complementar do COMAER, afeta a processos da área de aeródromos (AGA).

2.16.2 Quando demandado por autoridade ambiental, o SERIPA terá o prazo de 30 dias corridos para emitir seu parecer técnico ao OR-DECEA competente.

NOTA - Quando da ausência de documento, o prazo deixará de ser contado até a recepção do faltante.

2.16.3 O prazo para emissão de parecer técnico em grau de recurso por interesse público seguirá o estabelecido em norma complementar do COMAER, afeta a processos da área de aeródromos (AGA).

2.17 RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS

2.17.1 O responsável pelo empreendimento ou atividade deverá consultar normas complementares do COMAER afetas à análise de objetos projetados no espaço aéreo e efeitos adversos na segurança de voo.

2.17.2 A autoridade ambiental responsável pelo procedimento de LP, LI, LO ou outra licença/autorização ambiental de funcionamento de empreendimento localizado na ASA de aeródromo deverá solicitar a emissão de parecer, preferencialmente, ao SERIPA.

2.17.3 A autoridade ambiental poderá aplicar os critérios locacionais descritos na Tabela A para a emissão de LP e LI, desde que considere a menor distância possível entre o empreendimento e o centro geométrico da maior pista do *aeródromo principal*.

2.17.4 O operador de aeródromo deverá emitir correspondência oficial ao responsável pelo empreendimento que seja foco atrativo de espécie-problema de fauna na ASA de seu aeródromo, a fim de caracterizar o mesmo como *foco atrativo notificado*.

NOTA 1 - Esta correspondência deve caracterizar as espécies-problema na operação local e conter dados de monitoramento destas no local do empreendimento, relativos à oferta de água, alimento ou abrigo.

NOTA 2 - A autoridade de aviação a que o operador de aeródromo estiver subordinado, o SERIPA e a autoridade ambiental competente pelo licenciamento do empreendimento devem receber correspondência oficial do operador do aeródromo (foco atrativo notificado), encaminhando cópia da correspondência enviada ao responsável pelo empreendimento.

2.17.5 O OR-DECEA deverá solicitar oficialmente a emissão de parecer técnico ao SERIPA.

NOTA - A agilidade do processo de emissão de parecer aeronáutico ao responsável pelo empreendimento é facilitada com o envio eletrônico das informações necessárias à emissão do parecer técnico pelo SERIPA.

2.17.6 O CENIPA prestará apoio técnico ao SERIPA na análise de parecer técnico de empreendimento, sempre que solicitado, por meio de sua Assessoria de Gerenciamento de Risco de Fauna (AGRF).

2.17.7 Antes de serem remetidos ao OR-DECEA, os pareceres técnicos dos SERIPA serão aprovados pelo CENIPA.

2.18 OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS À SELEÇÃO DE SÍTIOS DE AERÓDROMOS

2.18.1 A localização de novos sítios de aeródromos deve considerar critérios relacionados à presença de fauna na região pretendida, em relação ao esforço que será necessário para manutenção de nível adequado de segurança na futura operação de aeronaves.

2.18.2 Equipamentos sociais de interesse público também devem ser verificados, a fim de evitar futuros conflitos entre as condições existentes e um possível sítio aeroportuário no local.

NOTA - Esta condição é particularmente indesejável se o processo de seleção de sítio envolver aeródromo privado.

2.18.3 É recomendável que os aspectos abaixo sejam verificados antes da seleção de um novo sítio aeroportuário:

- a) existência de rotas migratórias de espécies-problema em âmbito nacional ou regional;
- b) existência de empreendimento ou ambiente natural com alto potencial atrativo de espécies-problema, no entorno do local analisado para implantação de sítio aeroportuário;

- c) existência de ecossistema em estado crítico de conservação; e
- d) critérios locacionais listados na Tabela A.

2.18.4 Aeródromos em embarcações ou plataformas marítimas devem considerar as informações e recomendações contidas neste Plano, bem como o preconizado em normas emanadas da Autoridade Marítima Brasileira.

3 GESTÃO DE DADOS DE RISCO DE FAUNA NO BRASIL

3.1 A identificação de problemas é força motriz de qualquer processo gerencial, administrativo ou operacional, pois não existe sistema infalível ou medida de proteção aplicável em todas as situações possíveis.

3.2 As principais informações para alcançar o equilíbrio entre produção (voo) e proteção (segurança) de qualquer sistema são os prejuízos gerados pela *ameaça* ou *perigo* e a identificação de suas características básicas, a fim de controlar seus efeitos indesejados (risco).

3.3 A interação com seres irracionais sem o apoio de dados confiáveis dificulta a identificação de ameaças, normalmente associadas às espécies de fauna, podendo gerar o emprego de medidas de controle sem resultados efetivos na redução de risco no aeródromo.

3.4 Portanto, verifica-se a importância de identificar espécies de fauna envolvidas em colisões, bem como quantificar custos diretos e indiretos de cada evento como ações indispensáveis ao controle de colisões com fauna mais severas.

3.5 Por outro lado, a ausência da aplicação efetiva de medidas de controle dificulta a percepção do valor do reporte de eventos e pode comprometer todo o processo de gerenciamento.

3.6 O banco de dados nacional de risco de fauna na aviação brasileira é mantido pelo CENIPA, motivo pelo qual as informações contidas neste capítulo são aplicáveis a todas as organizações do setor aéreo ou aquelas que operem no espaço aéreo brasileiro.

3.7 NOTIFICAÇÃO DE COLISÃO COM FAUNA

3.7.1 Toda colisão com fauna constitui uma ocorrência aeronáutica, que poderá ser classificada como incidente, incidente grave ou acidente aeronáutico, em função da extensão final de lesões à pessoa ou danos à aeronave.

3.7.2 Todo integrante do setor aéreo é *obrigado a notificar colisão com fauna*, ocorrida no espaço aéreo brasileiro, *em até 72 horas*, ainda que não disponha de todas as informações relativas à ocorrência aeronáutica.

3.7.3 Devido à grande repetitividade de colisões com fauna na aviação, a notificação deverá ser feita de acordo com as consequências produzidas na ocorrência aeronáutica a fim de reduzir a carga de trabalho na emissão e no processamento de informações com o atendimento da coleta de dados para gerenciamento de risco de fauna, conforme descrito na tabela abaixo:

Consequência da colisão com fauna	Ficha CENIPA	
	05	15
Não houve dano à aeronave ou lesão à pessoa ou prejuízo de qualquer tipo	Não	Sim
Não houve dano à aeronave ou lesão à pessoa, mas houve prejuízo	Não	Sim
Houve dano leve à aeronave, mas não houve lesão à pessoa	Não	Sim
Houve dano substancial à aeronave, mas não houve lesão à pessoa	Sim	Sim
Houve dano leve à aeronave e lesão leve ou grave à pessoa	Sim	Sim
Houve dano substancial à aeronave e lesão leve ou grave à pessoa	Sim	Sim

NOTA 1 - Caso o responsável pela notificação tenha outra regulação a atender ou se houver dúvida sobre a extensão de lesões ou danos causados, a Ficha CENIPA 05 (FC05) deverá ser emitida.

NOTA 2 - O CENIPA poderá solicitar a FC05, caso haja benefícios à prevenção de acidentes aeronáuticos com a realização da investigação da ocorrência.

NOTA 3 - Mensagem-rádio de tripulante a controlador de tráfego aéreo não substitui a notificação/reporte de fauna, via Ficha CENIPA 15 (FC15) ou FC05.

3.7.4 Toda colisão com fauna que envolva *ave, morcego ou animal terrestre* – sendo este último de massa corporal igual ou superior a 1,5 kg – deve ser notificada.

NOTA - Em caso de dúvida sobre o peso corporal do animal, a FC15 deve ser emitida.

3.7.5 As FC15 de uma mesma ocorrência aeronáutica serão tratadas pelo CENIPA, a fim de maximizar os dados disponíveis de cada evento e reduzir duplicidades no Sistema de Gerenciamento de Risco Aviário (SIGRA).

3.7.6 Sempre que possível, máximo esforço deve ser investido na identificação de aeronave envolvida em colisão com fauna por meio do fornecimento de sua matrícula, no ato da notificação/reporte, tendo em vista se tratar de ocorrência aeronáutica.

3.7.7 Colisões com fauna, fora do território nacional, envolvendo aeronaves brasileiras devem ser notificadas de acordo com as regras do Estado da ocorrência.

NOTA - Alternativamente, o reporte pode ser feito ao CENIPA para encaminhamento ao Estado da ocorrência, aplicando-se as regras de notificação do Estado brasileiro.

3.7.8 Colisões com fauna envolvendo aeronaves estrangeiras em território brasileiro devem ser notificadas ao CENIPA, via FC15 *on line* em português ou inglês.

3.7.9 Prioritariamente, colisões com fauna devem ser reportadas no sítio eletrônico do CENIPA, uma vez que a FC15 *on line* traz as definições necessárias à correta notificação deste tipo de ocorrência aeronáutica.

NOTA - Alternativamente, a notificação de colisão pode ser feita por *download* da FC15 e envio por mensagem eletrônica.

3.8 REPORTE DE OUTROS EVENTOS COM FAUNA

3.8.1 Considerada a importância de dados de presença de fauna em aeródromos, recomenda-se que todo integrante do setor aéreo, incluindo o controle de tráfego aéreo envie reporte de quase colisão ou avistamento.

3.8.2 Toda quase colisão ou avistamento de fauna envolvendo *ave, morcego ou animal terrestre* com massa corporal igual ou superior a 1,5 kg deve ser reportado.

NOTA 1 - Caso haja dúvida sobre o peso corporal do animal, o reporte deve ser realizado.

NOTA 2 - Quase colisões e avistamentos devem ser reportados *somente* via FC15.

NOTA 3 - Mensagem-rádio de tripulante a controlador de tráfego aéreo não substitui o reporte de quase colisão ou avistamento.

3.8.3 Prioritariamente, quase colisões e avistamentos de fauna devem ser reportados no sítio eletrônico do CENIPA, uma vez que a FC15 *on line* traz as definições necessárias à correta seleção de informações, contribuindo para a qualidade dos dados coletados.

NOTA - Alternativamente, o reporte de quase colisão ou avistamento de fauna pode ser feito por *download* da FC15 e envio eletrônico.

3.9 ANÁLISE DE INFORMAÇÕES RECEBIDAS

3.9.1 O reporte *on line* de colisões, quase colisões e avistamentos (via SIGRA) acelera o processo de verificação e comparação de dados para minimizar erros e duplicidades, antes da inserção de reporte único de cada evento no banco de dados brasileiro de risco de fauna.

3.9.2 Cada reporte é complementado com informações solicitadas ao emissor e a outras fontes, via mensagem eletrônica. Devido a isto, não é justificável deixar de reportar um evento sob o pretexto que outro fará o reporte do mesmo.

3.9.3 Dados essenciais que não tenham sido obtidos até a aprovação do reporte serão listados no campo de observações, com a indicação do provável detentor das informações em falta.

3.9.4 O CENIPA deverá atualizar a listagem de colisões significativas ocorridas no território brasileiro até junho de cada ano.

3.9.5 O CENIPA deverá atualizar, no mínimo a cada 3 anos, *o ranking brasileiro de severidade relativa de espécies de fauna*, considerando os dados registrados desde o ano 2000.

3.9.6 O CENIPA publicará em sítio na Internet sumário de dados bilíngue (Português e Inglês), contendo análise das informações registradas no último quinquênio, acompanhado de recomendações de segurança.

NOTA 1 - A quantidade total de colisões e o cálculo de custos totais estimados devem utilizar a maior série histórica possível, a fim de mostrar a tendência na melhoria na qualidade de dados registrados no SIGRA.

NOTA 2 - Este sumário deve ser enviado à Organização de Aviação Civil Internacional até setembro do ano subsequente.

3.10 ACESSO E UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES APROVADAS

3.10.1 As informações registradas no SIGRA são disponibilizadas no sítio do CENIPA, permitindo seleção de critérios variados de pesquisa e *download* de conjuntos de dados, preestabelecidos ou anuais, a partir de 2011.

3.10.2 A análise de informações em nível nacional é a base científica do *ranking brasileiro de severidade relativa de espécies de fauna*.

NOTA - Estes dados servem para melhorar, continuamente, componentes aeronáuticos, regulação, procedimentos operacionais na aviação civil e militar, dentre outras medidas relacionadas ao treinamento, regulação e tecnologia.

3.10.3 A análise de informações no âmbito de cada aeródromo compõe a base científica do processo de identificação de perigos.

NOTA - Além disto, tais dados servem para justificar a melhoria contínua do Programa de Gerenciamento de Risco de Fauna (PGRF), do Plano de Manejo de Fauna em Aeródromo (PMFA) e para subsidiar pareceres aeronáuticos.

3.10.4 Os dados aprovados são a fonte de informações para aplicação de critérios de avaliação de risco estabelecidos pelas autoridades de aviação brasileiras, bem como para autorização de PMFA.

3.10.5 Os dados disponíveis podem ser utilizados por operadores de aeronaves para desenvolver procedimentos operacionais específicos, bem como para acionamentos de equipes para dispersão de fauna sobre as pistas antes de decolagens e pousos, por meio do controle de tráfego aéreo de aeródromo (TWR).

3.10.6 É indispensável conhecer as espécies-problema em cada aeródromo para identificar seus atrativos e atuar de modo eficiente na redução de sua presença na área operacional local.

3.10.7 O principal dado de cada reporte é a espécie de fauna envolvida, informação que deve ser obtida em todas as colisões possíveis.

NOTA - Esta ação é facilitada com a disponibilidade do serviço de identificação de espécies por análise genômica.

3.11 ATRIBUIÇÕES

3.11.1 O DECEA deverá prover dados anuais quantitativos de movimento de aeronave para risco de fauna em todos os aeródromos brasileiros controlados, excluídos os sobrevoos, até maio do ano subsequente.

3.11.2 O CENIPA deverá manter disponíveis versões *on line* e para *download* da FC15, bem como os módulos de reporte e pesquisa do banco de dados nacional de risco de fauna.

NOTA 1 - Estes módulos estarão disponíveis nas línguas portuguesa e inglesa, para facilitar o acesso a todos os operadores de aeronaves no espaço aéreo brasileiro.

NOTA 2 - Os métodos de avaliação de risco em uso na aviação brasileira para gerenciamento de risco e autorização de manejo de fauna são baseados nos dados registrados no SIGRA.

3.11.3 O CENIPA deverá disponibilizar orientações para identificação de espécies de fauna por fotografia e análise genômica, além de prover esta última em colisões de maior severidade em cooperação com o Departamento de Polícia Federal.

NOTA - A identificação genômica é necessária em todas as colisões com fauna em que não tenha sido possível a identificação por fotografia de carcaça remanescente do evento.

3.11.4 O CENIPA deverá treinar periodicamente os SERIPA para o exercício de suas atividades afetas ao risco de fauna.

3.11.5 Todos os SERIPA deverão realizar atividades educativas para gerenciamento de risco de fauna, conforme o tipo de audiência, em eventos na sua área de responsabilidade.

3.11.6 Todos os SERIPA deverão cooperar no processo de aprovação de reportes de quase colisões e avistamentos de fauna, observando-se as regras definidas pelo CENIPA.

3.11.7 Os Elos-SIPAER do COMAER devem dispor de itens para coleta de amostras de material orgânico em colisões com fauna, sejam eles: incidentes, incidentes graves ou acidentes aeronáuticos.

4 GERENCIAMENTO DE RISCO DE FAUNA NO COMAER

4.1 Características específicas do voo militar aumentam a proporção de colisões com fauna distante de aeródromos, onde somente a certificação da aeronave, treinamento de tripulante e mitigação no perfil da missão podem minimizar a probabilidade e a severidade destas ocorrências aeronáuticas.

4.2 Todavia, ainda é fundamental desenvolver medidas mitigadoras da presença de fauna nos aeródromos militares, onde nem sempre há disponibilidade de altura e velocidade para evitar colisões sem comprometer a integridade de tripulantes, aeronaves e terceiros.

4.3 A defesa mais eficiente para reduzir risco de fauna é evitar a operação nos horários de maior atividade de fauna no aeródromo, configurando-se como uma medida mitigadora gratuita ao alcance do operador militar em tempo de paz.

4.4 Medidas mitigadoras adicionais podem requerer o emprego de recursos, tornando necessário registrar os custos gerados pela presença de animais e por colisões em aeródromos militares, a fim de encontrar equilíbrio no controle do risco de fauna.

4.5 A defesa mais eficiente para minimizar colisões com fauna terrestre é o isolamento da área de circulação de aeronaves com a aplicação de cerca operacional.

4.6 Integração, treinamento e comunicação entre operadores de aeródromos, aeronaves e controle de tráfego aéreo são essenciais à eficiência do gerenciamento de risco de fauna na operação de aeronaves em aeródromos militares.

4.7 OBJETIVOS

4.7.1 Estabelecer parâmetros básicos para gerenciamento de risco de fauna nos aeródromos militares sob administração do COMAER.

4.7.2 Evitar colisões com fauna na área crítica de aeródromos militares do COMAER por meio da manutenção de separação adequada entre fauna e aeronaves.

4.7.3 Minimizar a presença de fauna na área patrimonial de aeródromos militares sob administração do COMAER.

4.8 ATRIBUIÇÕES

4.8.1 Os operadores de aeródromos militares do COMAER, doravante *operadores de aeródromos*, deverão implantar e executar, em caráter contínuo, um PGRF atualizado e baseado em dados de monitoramento, colisões, quase colisões e avistamentos de fauna, a fim de viabilizar o controle eficiente e perene de animais na área sob sua responsabilidade.

4.8.2 Os operadores de aeródromos deverão classificar a presença de fauna na área crítica de seu aeródromo, informando à TWR sempre que o grau de risco local for *alto ou muito alto*.

4.8.3 Os operadores de aeródromos deverão atribuir alta prioridade à dispersão de fauna na faixa de pista, devido à proximidade com as aeronaves em operação.

4.8.4 Os operadores de aeronaves militares do COMAER, doravante *operadores de aeronaves*, deverão incluir medidas mitigadoras de risco de fauna em seus manuais de procedimentos operacionais.

4.8.5 Os operadores de aeronaves deverão realizar avaliação de risco de fauna antes de missões, sempre que no planejamento for detectado que mais de 25% do tempo total de voo será realizado a 3.500ft ou abaixo desta altura.

NOTA - Em operação militar, contingenciada ou real, esta avaliação poderá ser dispensada a critério do Comandante da operação.

4.8.6 Os operadores de aeronaves deverão coletar dados de indisponibilidade de aeronaves, mão-de-obra, custos diretos e indiretos decorrentes de colisões com fauna.

NOTA - Esta ação é facilitada com a utilização do Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços (SILOMS).

4.8.7 Os operadores de controle de tráfego aéreo deverão incluir ações mitigadoras de risco de fauna em seus manuais de procedimentos operacionais.

4.8.8 Os operadores de TWR deverão demandar do respectivo operador de aeródromo as informações relativas ao grau de risco de fauna local, sempre que receberem informação rádio de presença de animais no aeródromo.

4.8.9 Os operadores de TWR deverão veicular mensagens-rádio, informando aos operadores de aeronaves sobre o grau de risco de fauna local, sempre que este for *alto ou muito alto*.

4.8.10 Os operadores de TWR que tomarem ciência de animais na faixa de pista (obstáculos), após ter autorizado decolagem ou pouso, deverão atuar imediatamente, em coordenação com órgãos adjacentes, *sem causar riscos adicionais*, para:

- a) cancelar autorização de decolagem, que ainda não tenha sido iniciada;
- b) instruir aeronave na aproximação a realizar arremetida ou procedimento de aproximação perdida, se ainda acima de 1.000ft de altura; e
- c) informar ao aeronavegante sobre a localização dos animais (obstáculos) na pista.

NOTA 1 - Estas ações se aplicam em aeródromos civis ou compartilhados, se houver acordo operacional para realização imediata de dispersão de fauna para retorno à operação normal.

NOTA 2 - Estas ações têm objetivo de viabilizar a ação dispersiva no aeródromo a fim de manter separação adequada entre aeronaves e fauna, identificada no local.

NOTA 3 - Sempre que for identificada fauna na faixa de pista, em tamanho ou quantidade capaz de representar risco *muito alto ou alto* à operação, deverá ser emitido alerta de fauna às tripulações.

4.8.11 Em aeródromos compartilhados, as organizações do COMAER devem cooperar com os esforços de mitigação desenvolvidos pelos operadores civis.

4.9 AVALIAÇÃO DE EFICIÊNCIA

4.9.1 O operador de aeródromo militar deve utilizar indicadores de eficiência que viabilizem a aplicação preditiva de medidas mitigadoras no aeródromo local.

NOTA - Essa ação deve ser viabilizada por meio de correlação entre espécies, períodos do dia, localização espacial e condições do céu em que ocorrem eventos com fauna (colisões, quase colisões e avistamentos).

4.9.2 Os indicadores de eficiência devem resultar da proporção entre cada um dos critérios abaixo (numerador) e a quantidade de movimentos de aeronaves no aeródromo militar (denominador):

- a) custos diretos de presença de fauna na operação local;
- b) custos indiretos de presença de fauna na operação local;
- c) massa de fauna envolvida em colisões na operação local; ou
- d) quantidade de colisões com danos na operação local.

NOTA - O uso destes indicadores subsidia ações mitigadoras, justificando investimento de recursos em equipamentos e pessoal para o controle de presença de fauna.

4.9.3 A principal finalidade da avaliação de eficiência de medidas mitigadoras de risco de fauna é a melhoria contínua do PGRF/PMFA e a redução continuada de riscos à operação.

4.10 PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE FAUNA

4.10.1 O PGRF em aeródromos civis é regulado pela autoridade de aviação civil.

4.10.2 Em aeródromos do COMAER, o grau de risco de fauna na área crítica do aeródromo deve ser calculado de acordo com os critérios de *massa total e severidade relativa da espécie*.

NOTA - Essa metodologia de cálculo será descrita no Manual de Gerenciamento de Risco de Fauna do COMAER.

4.10.3 O PGRF deve conter ações mitigadoras de risco de fauna, integradas às atividades administrativas e operacionais realizadas pelas organizações em atividade no aeródromo local.

4.10.4 A identificação de espécies envolvidas em colisões com fauna no aeródromo deve ser feita por meio de fotografia, sempre que houver carcaça disponível para realizar tal ação.

4.10.5 Caso não seja possível a identificação por fotografia, devido à ausência de carcaça ou sua intensa destruição, deve ser coletada amostra de material orgânico para análise genômica.

NOTA - O operador de aeródromo deve prover kits de coleta, cujas amostras devem ser remetidas ao CENIPA para identificação de espécie, somente se a colisão ocorrer em aeródromo militar com PGRF e Equipe de Gerenciamento de Risco de Fauna (EGRF).

4.10.6 Experiências internacionais demonstraram que a redução progressiva na presença de fauna é obtida com a diminuição da atratividade no aeródromo, objetivo alcançado com a aplicação de medidas, cientificamente orientadas, por meio da (o):

- a) modificação do ambiente interno;
- b) exclusão física de fontes de água, alimento e abrigo;
- c) dispersão de indivíduos para criar ambiente repulsivo à fauna; e
- d) controle populacional por meio de captura, translocação e abate de fauna.

NOTA 1 - Essas medidas mitigadoras devem ser realizadas por pessoal devidamente equipado e treinado, sob coordenação de profissional capacitado.

NOTA 2 - A dispersão de indivíduos é restrita à lista de espécies nocivas do Ministério do Meio Ambiente.

NOTA 3 - O controle populacional será feito após a aprovação de PMFA.

4.10.7 A EGRF deve ser treinada para realizar a coleta de dados de maneira padronizada, dentro e fora do aeródromo, sob pena de inviabilizar a aprovação do PMFA.

NOTA - O uso de equipamentos de proteção individual é mandatório em todas as atividades previstas neste Plano.

4.10.8 A EGRF deve monitorar espécies-problema na ASA e no aeródromo militar, a fim de identificar focos atrativos que possam interferir na segurança da operação local.

4.10.9 Os dados de monitoramento devem ser mantidos em arquivo por um período mínimo de 5 anos, podendo ser utilizados pelo SERIPA para subsidiar pareceres técnicos de focos atrativos na ASA de aeródromos.

4.11 PLANO DE MANEJO DE FAUNA EM AERÓDROMO

4.11.1 O PMFA é requisito ambiental aplicável a todos os aeródromos brasileiros, sendo atribuição de cada operador de aeródromo a sua confecção e aprovação junto à autoridade ambiental competente.

4.11.2 Em aeródromos do COMAER, o PMFA deve ser construído sob responsabilidade técnica de profissional legalmente qualificado para o exercício da atividade de manejo de fauna, preferencialmente, biólogo com ART.

4.11.3 O PMFA é necessário para ações de manejo direto de fauna, exceção feita às espécies nocivas à aviação.

4.11.4 O PMFA de aeródromos militares é aprovado pela autoridade ambiental federal.

4.12 COMISSÃO DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE FAUNA

4.12.1 Nos aeródromos militares do COMAER, o respectivo operador militar deverá formar comissão para tratar o risco de fauna na operação local, realizando reuniões internas com as organizações que operam no local.

4.12.2 A Comissão de Gerenciamento de Risco de Fauna deverá atuar, externamente, junto a proprietários de empreendimentos/atividades com potencial de atração de fauna, autoridades ambientais e responsáveis pelo uso do solo no interior da ASA.

NOTA - A eficiência desta comissão em âmbito externo ao aeródromo é totalmente baseada na qualidade dos dados registrados no aeródromo militar.

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 O atendimento às normas vigentes de acordo com a natureza de cada empreendimento ou atividade é presunção assumida pelo COMAER para a análise de pareceres aeronáuticos.

5.2 Os pareceres aeronáuticos emitidos pelo COMAER são, exclusivamente, relacionados à segurança da navegação aérea, não tendo o condão de comprovar que tais empreendimentos/atividades estejam de acordo com as outras normas em vigor.

5.3 A Lei nº 12.725/2012, em seus artigos 7º e 8º, prevê infrações e as respectivas sanções administrativas a serem aplicadas pela autoridade municipal, em consonância com o artigo 10.

5.3 Os casos não previstos ou que venham a suscitar dúvidas quanto ao disposto neste Plano serão submetidos à apreciação do Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica.

5.4 Este Plano será disponibilizado na página eletrônica do CENIPA na rede mundial de computadores (www.fab.mil.br/cenipa).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. **Regulamento Brasileiro de Aviação Civil n. 164**: gerenciamento do risco da fauna nos aeródromos públicos. emd 00. Brasília, 2014.

AUSTRALIA. Department of Infrastructure and Transport. **The National Airports Safeguarding Framework**. Canberra. 2012.

BRASIL. Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946. Promulga a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída, em Chicago, a 7 de dezembro de 1944, e firmado pelo Brasil, em Washington, a 29 de maio de 1945.

_____. Decreto no 87.249, de 07 de junho de 1982. Dispõe sobre o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos e dá outras providências.

_____. Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986. Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.

_____. Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012. Dispõe sobre o controle de fauna nas imediações de aeródromos.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. **ICA 11-3**: processos da área de aeródromos (AGA) no âmbito do COMAER. Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Portaria nº 957/GC3, de 9 de julho de 2015**. Dispõe sobre as restrições aos objetos projetados no espaço aéreo que possam afetar adversamente a segurança ou a regularidade das operações aéreas, e dá outras providências. Brasília, DF. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução CONAMA nº 237/1997**, de 22 de dezembro de 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>. Acesso em 01 jun. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução CONAMA nº 466/2015**, de 05 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=711>>. Acesso em 01 jun. 2016.

INTERNATIONAL CIVIL AVIATION ORGANIZATION. **Manual on the ICAO Bird Strike Information System** (DOC 9332-AN/909). 3 ed. Montreal: ICAO, 1989.

_____. **Procedures for Air Navigation Services: air traffic management** (DOC 4444-ATM/501). 15 ed. Montreal: ICAO, 2007.

_____. **Airport Services Manual: wildlife control and reduction** (DOC 9137-AN/898 Part3). 4 ed. Montreal: ICAO, 2012

_____. **Aerodromes (Annex 14)**. Vol. I, 6 ed. Montreal: ICAO, 2013.

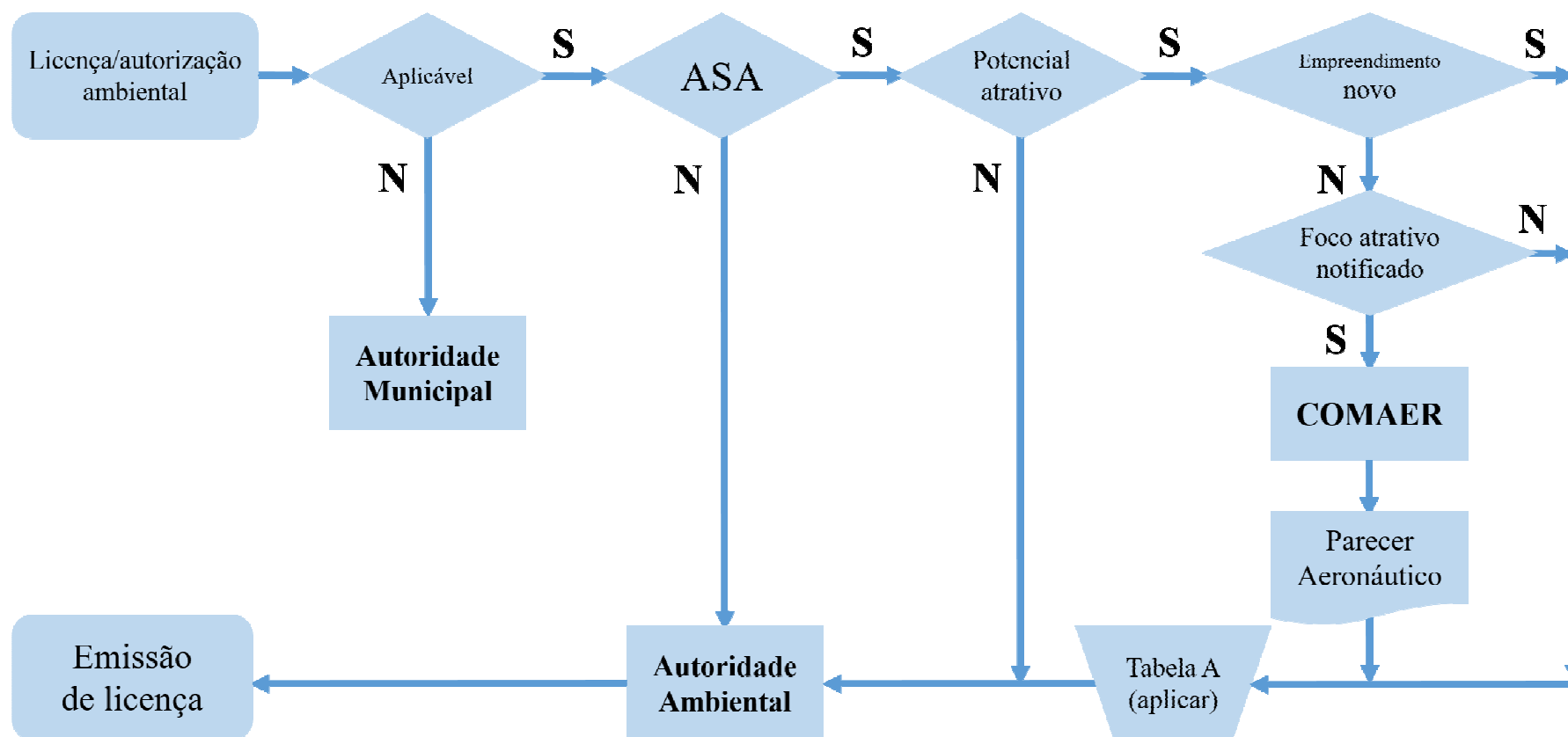
_____. **Safety Management (Annex 19)**. 1 ed. Montreal: ICAO, 2013.

_____. **Safety Management Manual (DOC 9859-AN/474)**. 3 ed. Montreal: ICAO, 2013.

OLIVEIRA, H. R. B. **Risco de fauna: aplicando o SMS para o gerenciamento integrado no Brasil**. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Aeronáutica e Mecânica) – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos.

UNITED STATES AIR FORCE. **Air Force Pamphlet 91-212**: bird/wildlife aircraft strike hazard (BASH) management techniques. Washington, DC: 2004.

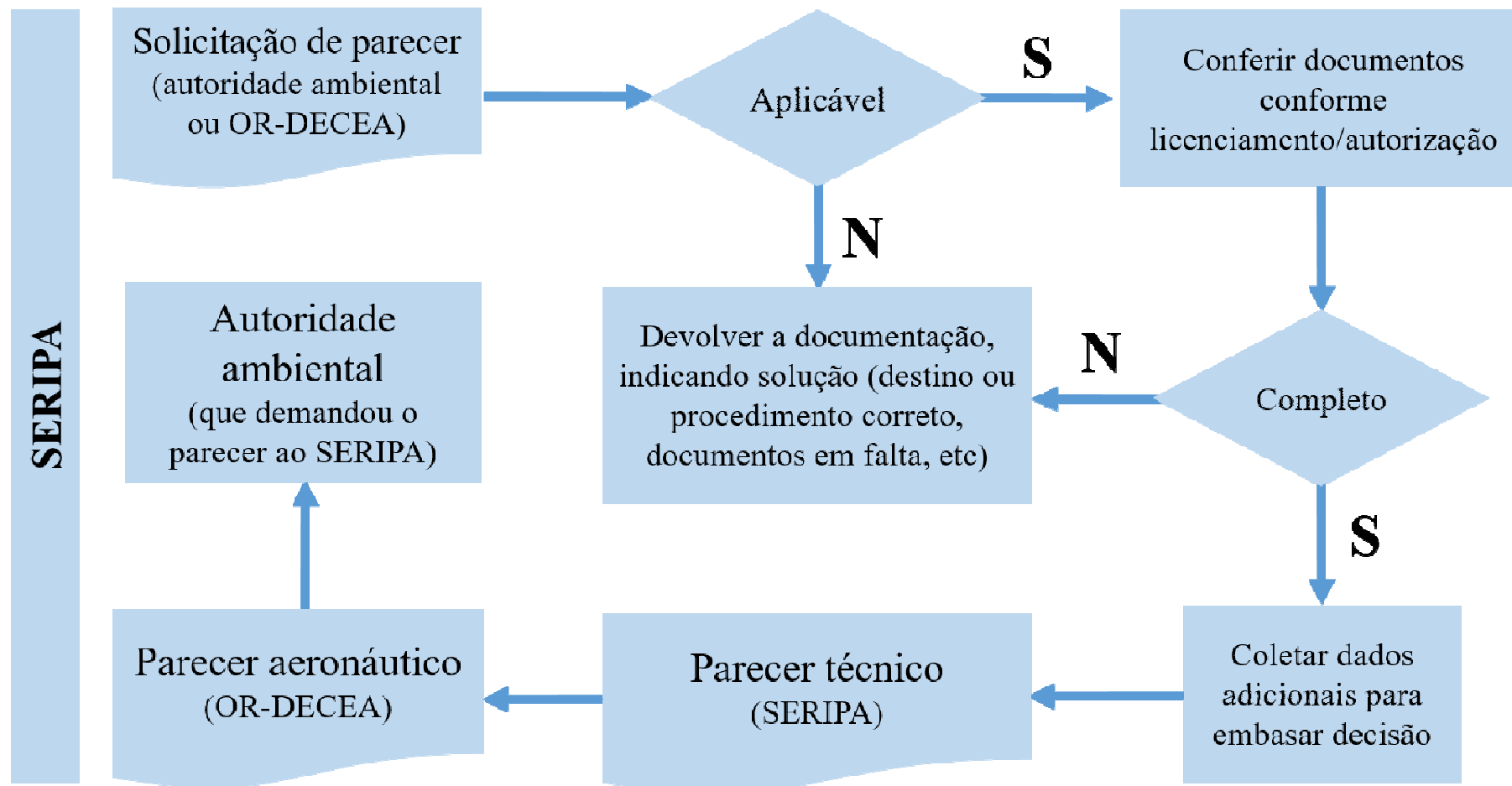
ANEXO A - FLUXOGRAMA DE INSERÇÃO DO PARECER AERONÁUTICO NO PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO



Observações: Empreendimento novo é aquele em procedimento de obtenção de licença prévia (LP) ou de instalação (LI).

Foco atrativo notificado é aquele que recebeu correspondência oficial de integrante do setor aéreo brasileiro a respeito de sua condição atrativa de espécies-problema para a aviação.

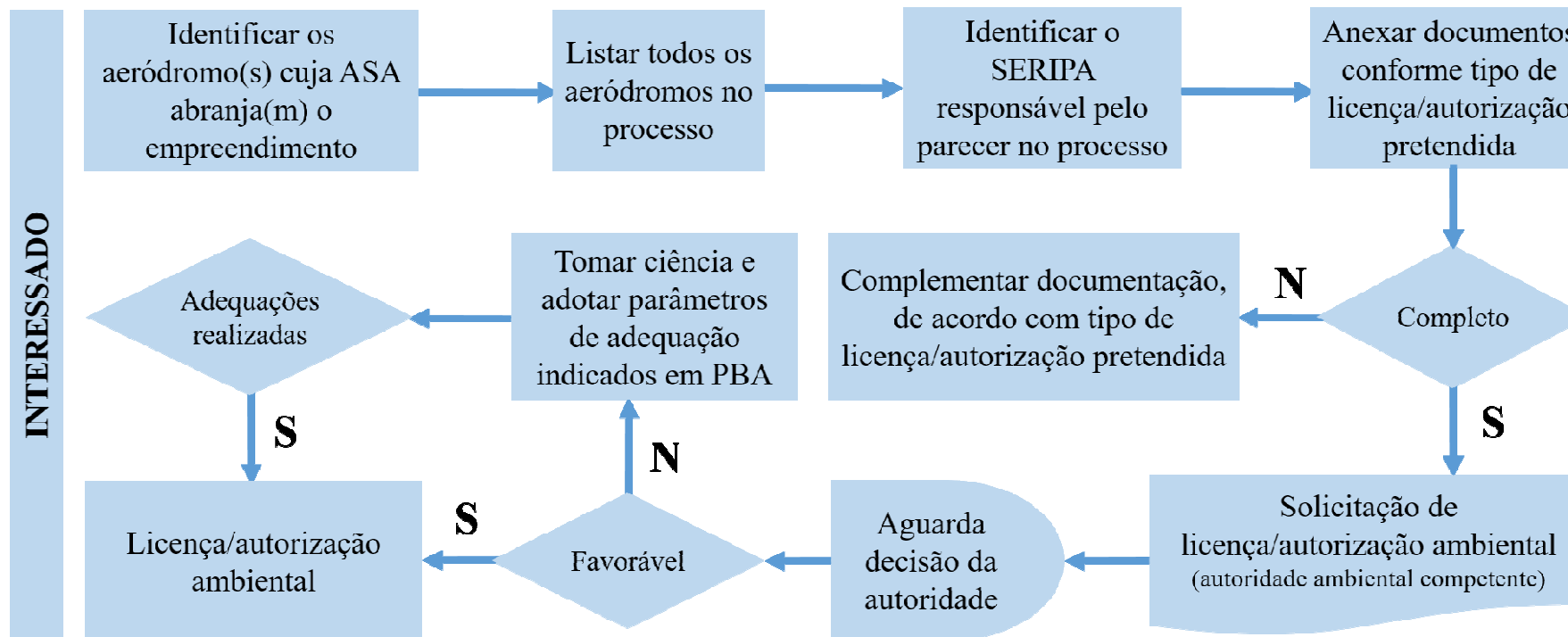
ANEXO B – FLUXOGRAMA PROCESSUAL DO SERIPA



Observações: Caso a solicitação de parecer seja enviada, erroneamente, pela autoridade ambiental a um SERIPA de área diferente do aeródromo, este Serviço Regional deverá encaminhá-la ao destinatário correto, dando conhecimento de sua ação à autoridade ambiental.

O SERIPA responsável pela emissão do parecer técnico deverá indicar ao OR-DECEA o destinatário do parecer aeronáutico (autoridade ambiental solicitante), para a emissão da deliberação do COMAER.

ANEXO C - FLUXOGRAMA PROCESSUAL DO INTERESSADO NA OPERAÇÃO DO EMPREENDIMENTO



Observações: O fluxograma acima é destinado a processos de solicitação de parecer aeronáutico inicial. Para parecer em grau de recurso por interesse público, o interessado deve fazer a solicitação diretamente ao OR-DECEA, após ter incluído as declarações de municípios/estados interessados, conforme modelo descrito no Anexo 5 deste Plano.

A declaração de interesse público tem o objetivo de comprovar que as autoridades responsáveis pelo uso do solo têm conhecimento do impacto de restrições no aeródromo versus o benefício que este e o empreendimento ou atividade proporcionam à região.

Autoridade responsável pelo licenciamento ambiental é competente para estabelecer parâmetros de adequação destinados a reduzir o potencial atrativo de fauna em empreendimentos/atividades.

**ANEXO D – ÁREA DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS REGIONAIS DO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO**



Observações:

- 1) As áreas de responsabilidades dos OR-DECEA não são coincidentes com áreas de responsabilidade dos SERIPA (Figura 1). Tais diferenças devem ser consideradas por ambas as partes para a confecção de pareceres aeronáuticos.
- 2) Como as áreas acima são dinâmicas, podendo ser alteradas de acordo com o fluxo de tráfego aéreo, o SERIPA deverá verificar no Portal AGA do DECEA (www.decea.gov.br/aga) o OR-DECEA apropriado para o trâmite de seu parecer técnico.
- 3) Esta informação é dada ao interessado no funcionamento do empreendimento no Portal AGA do DECEA, razão pela qual a figura acima é somente uma referência.

ANEXO E – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO



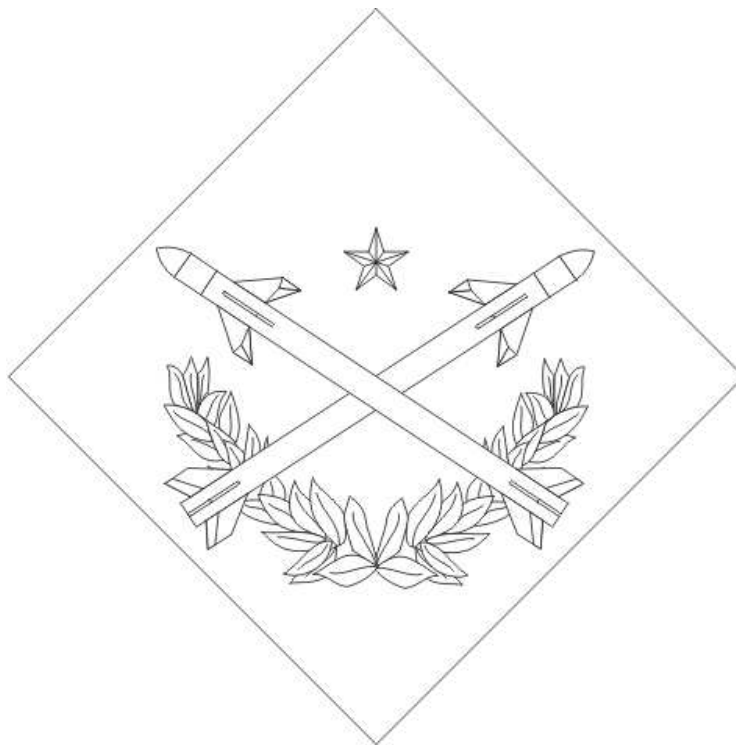
COMANDO DA AERONÁUTICA
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
Anexo E - PCA 3-3/2017

Empreendimento ou atividade		
Nome completo / razão social		Nº do CNPJ
Logradouro		
Complemento	Número	CEP
Cidade	UF	Telefone(s)
Situação da obra	() não iniciada () em andamento () concluída	

Declaração de Interesse Público
(Preenchimento obrigatório pelo Poder Público Municipal/Estadual)
<p>Declaro, para fins de comprovação junto ao Comando da Aeronáutica – COMAER, em conformidade com o preconizado no Plano Básico de Gerenciamento de Risco de Fauna (PCA 3-3/2017), que o empreendimento ou atividade definido e especificado acima é de INTERESSE PÚBLICO para este Município/Estado, conforme a JUSTIFICATIVA OFICIAL abaixo firmada por esta Municipalidade/Estado, nos seguintes termos:</p> <p align="center">– Justificativa oficial do poder do município/estado de <i>[inserir nome]</i> para a caracterização do INTERESSE PÚBLICO.</p> <p align="center"><i>[Inserir justificativa e nome do(s) aeródromo(s) afetado(s)]</i></p> <p>Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de restrições indicadas pelo COMAER e parâmetros de adequação indicados pela Autoridade Ambiental para mitigar efeitos adversos à segurança das operações aéreas. Todavia, o INTERESSE PÚBLICO, firmado oficialmente nesta declaração, afeto ao empreendimento ou atividade aqui especificado, SOBREPUJA o interesse público associado à operação do(s) aeródromo(s) acima relacionado(s), considerando que a proliferação de aves afeta adversamente SEGURANÇA e REGULARIDADE destas operações, bem como aumenta o risco de acidentes aeronáuticos, podendo limitar a quantidade de movimentos, inviabilizar operação em determinados horários, inviabilizar operação de certos tipos de aeronaves, inviabilizar a certificação do(s) aeródromo(s), reduzir a quantidade de passageiros/cargas transportadas e ainda poderá ocasionar o encerramento total das operações aéreas no(s) aeródromo(s). RATIFICO, oficial e integralmente, perante o Comando da Aeronáutica – COMAER, a referida declaração de interesse público da operação do empreendimento ou atividade.</p> <p align="center"><i>[Inserir nome da cidade, dia, mês e ano]</i></p> <p align="center"><i>[Inserir nome completo do Prefeito/Governador]</i> <i>[Inserir nome do município/estado]</i></p>

ANEXO À PORTARIA EMAER Nº 27/ISC, DE 3 DE MAIO DE 2017,
PUBLICADA NO BCA Nº 080, DE 16 DE MAIO DE 2017.

Anexo A – Desenho do Distintivo de Curso de Comandante de Unidade de Tiro (Distintivo de Curso/CCUT)



**Anexo B - Descrição Heráldica do Distintivo de Cuso de Comandante de Unidade de Tiro
(Distintivo de Curso/CCUT)**

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA
DIVISÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL
SEÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

**DISTINTIVO DE CURSO DE COMANDANTE DE UNIDADE DE TIRO
(DESCRIÇÃO HERÁLDICA)**

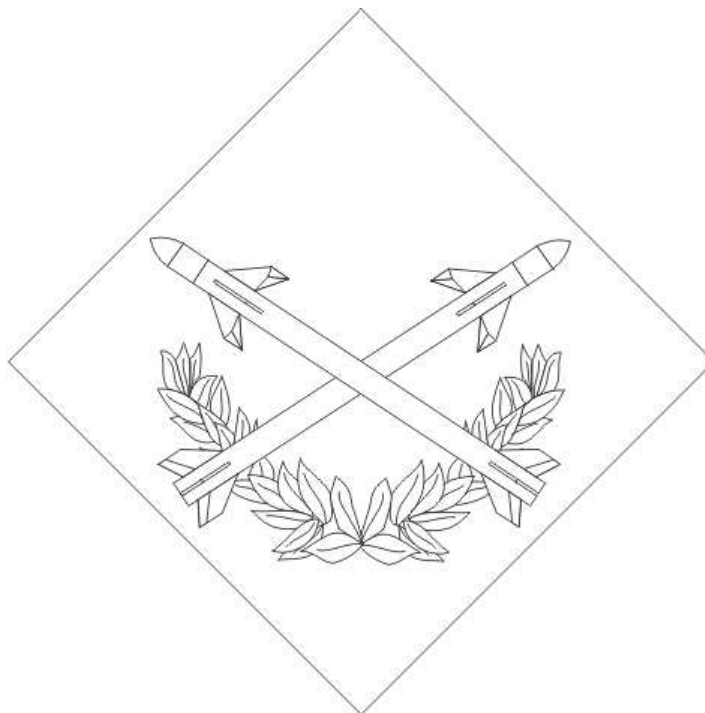
Distintivo de Curso do tipo lisonja composto por dois mísseis cruzados e tendo, ao centro e na parte superior, uma estrela em destaque. Empregados desde a criação da primeira Unidade de Defesa Antiaérea na Força Aérea Brasileira, os mísseis constituem os vetores para a neutralização das ameaças aeroespaciais. A estrela representa a grande responsabilidade de comando e liderança inerente ao Comandante de Unidade de Tiro no seu emprego para a Defesa Aeroespacial do espaço aéreo brasileiro.

O conjunto apresenta-se entremeadado por uma coroa com folhas de louro, que representa a distinção característica dos combatentes antiaéreos integrados à Defesa Aeroespacial e a sua vitória sobre o oponente que viole a soberania dos céus brasileiros.

Todos os elementos são apresentados em prata (branco).

ANEXO À PORTARIA EMAER Nº 28/ISC, DE 3 DE MAIO DE 2017,
PUBLICADA NO BCA Nº 080, DE 16 DE MAIO DE 2017.

**Anexo C – Desenho do Distintivo de Curso de Atirador do Sistema Antiaéreo IGLA-S
(CAT-IGLA)**



Anexo D - Descrição Heráldica do Distintivo de Curso de Atirador do Sistema Antiaéreo IGLA-S (CAT-IGLA)

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA
DIVISÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL
SEÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

**DISTINTIVO DE CURSO DE ATIRADOR DO SISTEMA ANTIAÉREO IGLA-S –
CAT-IGLA
(DESCRIÇÃO HERÁLDICA)**

Distintivo de Curso do tipo lisonja composto por dois mísseis cruzados. Empregados desde a criação da primeira Unidade de Defesa Antiaérea na Força Aérea Brasileira, os mísseis constituem os vetores para a neutralização das ameaças aeroespaciais.

O conjunto apresenta-se entremeadado por uma coroa com folhas de louro, que representa a distinção característica dos combatentes antiaéreos integrados à Defesa Aeroespacial e a sua vitória sobre o oponente que viole a soberania dos céus brasileiros.

Todos os elementos são apresentados em prata (branco).

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PLANEJAMENTO

DCA 11-80

**DIRETRIZ DE DESATIVAÇÃO DO CENTRO DE
INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DA AERONÁUTICA**

2017

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**



PLANEJAMENTO

DCA 11-80

**DIRETRIZ DE DESATIVAÇÃO DO CENTRO DE
INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DA AERONÁUTICA**

2017



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA EMAER Nº 31/ISC, DE 9 DE MAIO DE 2017.

Aprova a edição da Diretriz que dispõe sobre a desativação do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso II do Art. 20 do ROCA 20-5 “Regulamento do Estado Maior da Aeronáutica”, aprovado pela Portaria nº 129/GC3, de 11 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da DCA 11-80 “Diretriz de Desativação do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar RAUL BOTELHO
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

(Publicado no BCA nº 080, de 16 de maio de 2017)

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1	<u>FINALIDADE</u>.....	9
1.2	<u>CONCEITUAÇÕES</u>.....	9
1.3	<u>ÂMBITO</u>	9
2	CONCEPÇÃO GERAL DA DESATIVAÇÃO	10
2.1	<u>ANÁLISE DA SITUAÇÃO</u>	10
2.2	<u>CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS</u>.....	10
3	ATRIBUIÇÕES	11
3.1	<u>DO EMAER</u>	11
3.2	<u>DO DEPENDS</u>	11
3.3	<u>DO COMGEP</u>.....	12
3.4	<u>DA SEFA</u>.....	12
3.5	<u>DO INCAER</u>.....	13
3.6	<u>DO CENCIAR</u>.....	13
4	DISPOSIÇÕES FINAIS	14
	REFERÊNCIAS.....	14
	Anexo – Cronograma das Atividades da Diretriz de Desativação do CIEAR	16

PREFÁCIO

Vive-se um período de rápidas transformações e acelerada evolução tecnológica, cujo progresso se faz, predominantemente, pela aquisição e aplicação de novos conceitos.

A criatividade aliada a uma percepção sensível, a audácia temperada pela prudência e a disposição de fazer acontecer aliada ao raciocínio lógico e rápido são, entre outras, características básicas que o elemento humano deve possuir. Para tanto, as pessoas devem estar capacitadas a promover o relacionamento harmônico entre os diversos segmentos de uma organização e a proporcionar métodos, técnicas e ferramentas que as permitam realizar seu trabalho de forma orientada e produtiva, fazendo com que a organização à qual pertencem possa alcançar seus objetivos da maneira eficiente e mais econômica possível.

Diante da permanente evolução tecnológica do mundo moderno, é de fundamental importância que os planos de pós-graduação sejam elaborados em consonância com ações estratégicas estabelecidas. Essas ações visam a orientar o processo de gerenciamento do ensino em todas as suas fases e, na mais alta instância, colaborar com a consecução dos objetivos estabelecidos pela DCA 11- 45 (Concepção Estratégica Força Aérea 100).

Neste contexto, com vistas ao atendimento das expectativas de concepção para uma Força Aérea moderna e eficaz, coerente com os novos pensamentos de pronta resposta e de uma gestão comprometida com o alinhamento da técnica com o operacional, que se configura em todos os seus segmentos, elencou-se aspectos gerenciais, pedagógicos e de infraestrutura para realizar uma modernização do ensino no Comando da Aeronáutica.

Em concordância com esses novos pensamentos, o Comando da Aeronáutica adotou uma nova organização do ensino no *campus* da Universidade da Força Aérea (UNIFA) e que passa pela desativação do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR). Destarte, esta Diretriz tem o propósito de estabelecer os procedimentos e o cronograma de desativação daquela Organização Militar, definindo-se as ações de cada Órgão de Direção Geral, Setorial e de Assistência Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODSA) para que o processo transcorra sem solução de continuidade das atividades, os recursos humanos e materiais sejam alocados de forma racional, bem como se possa dar a destinação adequada aos bens patrimoniais.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Diretriz tem a finalidade de estabelecer os procedimentos atinentes à desativação do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), bem como definir as atribuições dos Órgãos envolvidos nesse processo.

1.2 CONCEITUAÇÕES

1.2.1 PLANO ESPECÍFICO DE DESATIVAÇÃO DO CIEAR

Documento a ser elaborado pelos ODGSA envolvidos, para, em coordenação com o EMAER, detalhar as atribuições de cada Órgão envolvido, levando-se em consideração a transferência das atribuições de ensino ao CIAAR e à UNIFA, assim como a responsabilidade dos bens patrimoniais a essa Universidade.

1.3 ÂMBITO

A presente Diretriz aplica-se aos Órgãos do Comando da Aeronáutica envolvidos no processo de desativação do CIEAR.

2 CONCEPÇÃO GERAL DA DESATIVAÇÃO

2.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO

2.1.1 Dentro do processo de reestruturação das Organizações do COMAER, a desativação do CIEAR deverá ocorrer de maneira ordenada, de modo a não haver descontinuidade nas atividades de ensino realizadas por aquele Centro.

2.1.2 Para que isso ocorra, a desativação deverá acontecer, seguindo o cronograma proposto, conforme o anexo, tendo as ações necessárias as suas realizações descritas nesta Diretriz, com os seus respectivos responsáveis.

2.1.3 Para 2017, utilizando-se ainda as atuais instalações do CIAAR, foi programada a transferência, do CIEAR para o CIAAR, do Curso de Medicina Aeroespacial (CEMAE), do Curso de Administração de Pessoal da Aeronáutica (CAAdP), do Estágio de Psicologia da Aeronáutica (EPA) e do Curso de Preparação do Instrutor de Doutrina Militar (CPIDM).

2.1.4 O Curso de Polícia Judiciária Militar (CPJM), o Curso Básico de Direito Internacional dos Conflitos Armados e dos Direitos Humanos (CBDICADH), o Curso de Preparação de Instrutores (CPI), o Curso de Prática de Ensino (CPE) e o Curso de Administração de Ensino (CAE) estão apresentados como proposta de transferência para o CIAAR somente um ano após o funcionamento daquele Centro nas novas instalações em Lagoa Santa e, até lá, esses cursos continuarão sendo ministrados pela UNIFA, assim como os cursos que não foram citados e que compõe a TCA do DEPENDS.

2.2 CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

- a) transferir as atividades inerentes à Divisão Administrativa do CIEAR para a UNIFA e GAP-AF;
- b) transferir as atividades da Divisão de Ensino do CIEAR para a UNIFA e para o CIAAR, de acordo com os Cursos e/ou Estágios que serão absorvidos em cada uma das Organizações;
- c) preservar parte do acervo documental do CIEAR no CENDOC e transferir para a UNIFA e para o CIAAR a parte restante, de acordo com os Cursos e/ou Estágios que serão absorvidos em cada uma das Organizações, atendendo a necessidade de guarda e preservação de documentos, conforme ICA 214-3/2016, bem como a preservação do patrimônio cultural, de acordo com ICA 900-4/2013;
- d) a desativação do CIEAR deve ocorrer no prazo de **até 90 dias após a publicação desta Diretriz**;
- e) as ações determinadas nesta Diretriz devem atender aos prazos estabelecidos no anexo; e
- f) as atividades a serem realizadas no processo de desativação deverão ter fulcro nos Princípios Constitucionais da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade, da Eficiência e da Economicidade.

3 ATRIBUIÇÕES

3.1 DO EMAER

3.1.1 Compete ao Estado-Maior da Aeronáutica:

- a) coordenar as ações setoriais referentes à desativação do CIEAR; e
- b) adotar as providências para a disponibilização dos meios necessários à consecução dos objetivos do Plano Específico a ser elaborado pelos ODSA envolvidos, no que lhe couber.

3.2 DO DEPENDS

3.2.1 Compete ao Departamento de Ensino da Aeronáutica:

- a) publicar o Plano Específico de Desativação do CIEAR definindo as ações de responsabilidades das OM subordinadas, encaminhando cópia ao EMAER, aos demais ODS e aos Órgãos de Assistência Imediata ao Comandante da Aeronáutica envolvidos, **até 30 dias após a publicação desta Diretriz;**
- b) coordenar com a SEFA as ações para a extinção do CIEAR, como Unidade Gestora Credora, **até 90 dias após a publicação desta Diretriz;**
- c) coordenar com o CENCIAR as ações de controle e auditoria, fins concluir processo de desativação e extinção de Unidade Administrativa, **até 90 dias após a publicação desta Diretriz;**
- d) adequar, junto ao COMGEP, a TP da UNIFA e do CIAAR, mediante proposta encaminhada por essas unidades, **até 80 dias após a publicação desta Diretriz;**
- e) encaminhar ao COMGEP a proposta do plano específico de movimentação do efetivo do CIEAR para a UNIFA, **até 80 dias após a publicação desta Diretriz;**
- f) determinar à UNIFA que encaminhe ao DEPENDS a proposta de atualização da TP da UNIFA, referente ao período 2017/2018, com a incorporação de parte do efetivo do CIEAR, **até 45 dias após a publicação desta Diretriz;**
- g) determinar à UNIFA que encaminhe ao DEPENDS a proposta do plano específico de movimentação do efetivo do CIEAR, **até 45 dias após a publicação desta Diretriz;**
- h) determinar ao CIAAR que encaminhe ao DEPENDS a proposta de atualização da TP do CIAAR, referente ao período 2017/2018, **até 45 dias após a publicação desta Diretriz;**
- i) determinar ao CIEAR que informe à UNIFA o efetivo disponibilizado para transferência àquela Universidade, **até 30 dias após a publicação desta Diretriz;**
- j) determinar ao CIEAR que realize, juntamente com o CENDOC, a organização, cadastro, catalogação e digitalização dos documentos do arquivo geral do CIEAR, **até 70 dias após a publicação desta Diretriz;**

- k) determinar ao CIEAR que coordene a extinção do registro do CIEAR como Organização Militar (Protocolo, RTCAER, etc.), **até 70 dias após a publicação desta Diretriz;**
- l) determinar ao CIEAR que tome conhecimento do Ofício Circular nº 1/SPCI/365, de 9 de março de 2017, do INCAER, que trata da reestruturação da Força Aérea Brasileira e orienta as Organizações Militares desativadas a adotarem providências que se fizerem necessárias, visando à preservação da história e da memória da FAB, adotando as providências necessárias **até 80 dias após a publicação desta Diretriz;**
- m) determinar ao CIEAR a transferência de bens móveis permanentes à UNIFA;
- n) determinar ao CIEAR a transferência das instalações à Pro-Reitoria de Ensino Especializado e de Idiomas (PROEEI); e
- o) coordenar junto ao CIEAR e UNIFA e entre aquele Centro de Instrução Especializada e o CIAAR o estabelecimento, de forma gradual e ordenada, da transferência dos cursos e estágios do CIEAR.

3.3 DO COMGEP

3.3.1 Compete ao Comando Geral do Pessoal:

- a) publicar Plano Específico de Desativação do CIEAR, definindo as ações de suas OM subordinadas, encaminhando cópias ao EMAER, aos demais ODS e aos Órgãos de Assistência Imediata ao Comandante da Aeronáutica envolvidos, **até 30 dias após a publicação desta Diretriz;**
- b) determinar ao CENDOC a execução do processo de inventário, segregação, organização, catalogação e digitalização dos documentos constantes do arquivo geral da OM do CIEAR, a fim de cumprir normas relativas à documentação de Unidades desativadas, **até 70 dias após a publicação desta Diretriz;** e
- c) efetivar a movimentação do pessoal envolvido no processo de desativação do CIEAR, observando a necessidade de dotar a UNIFA de recursos humanos necessários, para dar continuidade às atividades funcionais oriundas do CIEAR, no que tange à manutenção dos trabalhos efetuados, **até 80 dias após a publicação desta Diretriz.**

3.4 DA SEFA

3.4.1 Compete à Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica:

- a) publicar Plano Específico de Desativação do CIEAR, definindo as ações de suas OM subordinadas e encaminhar cópias ao EMAER, aos demais ODS e aos Órgãos de Assistência Imediata ao Comandante da Aeronáutica envolvidos, **até 30 dias após a publicação desta Diretriz;**
- b) providenciar a transferência dos créditos disponíveis da UGR 120159 (CIEAR) para a UGR 120054 (UNIFA), **até 70 dias após a publicação desta Diretriz;**

- c) coordenar as ações para a extinção do CIEAR, como Unidade Gestora Credora, **até 80 dias após a publicação desta Diretriz;**
- d) determinar ao Centro de Apoio Administrativo da Aeronáutica (CEAP) gestões junto ao GAP-AF para realizar inventário contábil de todos os bens do CIEAR, registrados no SIAFI e no SILOMS, para que se proceda à transferência de responsabilidade à UNIFA, **até 60 dias após a publicação desta Diretriz;**
- e) determinar ao GAP-AF o encerramento de toda pendência de registros no SIAFI, SICAF, CADTEC e SIASG, referente ao CIEAR, **até 60 dias após a publicação desta Diretriz;** e
- f) propor a atualização da Portaria de Classificação de Unidades Gestoras, **até 70 dias após a publicação desta Diretriz.**

3.5 DO INCAER

3.5.1 Compete ao Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica:

- a) publicar Plano Específico de Desativação do CIEAR, para fins de preservação do patrimônio cultural e encaminhar cópias ao EMAER, aos demais ODS e aos Órgãos de Assistência Imediata ao Comandante da Aeronáutica envolvidos, **até 30 dias após a publicação desta Diretriz.**

3.6 DO CENCIAR

3.6.1 Compete ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica:

- a) publicar Plano Específico de Desativação do CIEAR, encaminhando cópias ao EMAER, aos demais ODS e aos Órgãos de Assistência Imediata ao Comandante da Aeronáutica envolvidos, **até 30 dias após a publicação desta Diretriz;** e
- b) coordenar as ações de controle e auditoria, para fins de conclusão do processo de extinção de Unidade Administrativa, **até 80 dias após a publicação desta Diretriz.**

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os casos não previstos nesta Diretriz serão submetidos à apreciação do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Documentação da Aeronáutica. *Confecção, Controle e Numeração de Publicações Oficiais do Comando da Aeronáutica: NSCA 5-1*. Brasília, DF, 2011.

_____. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. *Plano Setorial do COMGEP Período 2016-2019: PCA 11-114*. Brasília, DF, 2016.

_____. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. *Classificação e Avaliação de Documentos de Arquivo: ICA 214-3*. Brasília, DF, 2016.

_____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Diretriz de Implantação do Grupamento de Apoio dos Afonsos: DCA 11-41*. Brasília, DF, 2015.

_____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica: ROCA 20-5*. Brasília, DF, 2016.

_____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica: MCA 10-3*. Brasília, DF, 2003.

Anexo – Cronograma das Atividades da Diretriz de Desativação do CIEAR

PRAZO	EVENTO	RESPONSÁVEL
Até 30 dias após a publicação desta DCA	Publicar o Plano Específico de Desativação do CIEAR definindo as ações de responsabilidades das OM subordinadas, encaminhando cópia ao EMAER, aos demais ODS e aos Órgãos de Assistência Imediata ao Comandante da Aeronáutica envolvidos, quando for o caso.	DEPENS COMGEP SEFA INCAER CENCIAR
	Determinar ao CIEAR que informe à UNIFA o efetivo disponibilizado para transferência àquela Universidade.	DEPENS
Até 45 dias após a publicação desta DCA	Determinar à UNIFA que encaminhe ao DEPENS a proposta de atualização da TP da UNIFA, referente ao período 2017/2018, com a incorporação de parte do efetivo do CIEAR.	DEPENS
	Determinar ao CIAAR que encaminhe ao DEPENS a proposta de atualização da TP do CIAAR, referente ao período 2017/2018.	DEPENS
	Determinar à UNIFA que encaminhe ao DEPENS a proposta do plano específico de movimentação do efetivo do CIEAR.	DEPENS
Até 60 dias após a publicação desta DCA	Determinar ao Centro de Apoio Administrativo da Aeronáutica (CEAP) gestões junto ao GAP-AF para realizar inventário contábil de todos os bens do CIEAR, registrados no SIAFI e no SILOMS, para que se proceda à transferência de responsabilidade à UNIFA.	SEFA
	Determinar ao GAP-AF o encerramento de toda pendência de registros no SIAFI, SICAF, CADTEC e SIASG, referente ao CIEAR.	SEFA
Até 70 dias após a publicação desta DCA	Determinar ao CIEAR que realize, juntamente com o CENDOC, a organização, cadastro, catalogação e digitalização dos documentos do arquivo geral do CIEAR.	DEPENS
	Determinar ao CENDOC a execução do processo de inventário, segregação, organização, catalogação e digitalização dos documentos constantes do arquivo geral da OM do CIEAR, a fim de cumprir normas relativas à documentação de Unidades desativadas.	COMGEP
	Determinar ao CIEAR que coordene a extinção do registro do CIEAR como Organização Militar (Protocolo, RTCAER, etc.).	DEPENS
	Providenciar a transferência dos créditos disponíveis da UGR 120159 (CIEAR) para a UGR 120054 (UNIFA).	SEFA

Até 70 dias após a publicação desta DCA	Propor a atualização da Portaria de Classificação de Unidades Gestoras.	SEFA
Até 80 dias após a publicação desta DCA	Efetivar a movimentação do pessoal envolvido no processo de desativação do CIEAR, observando a necessidade de dotar a UNIFA de recursos humanos necessários, para dar continuidade às atividades funcionais oriundas do CIEAR, no que tange à manutenção dos trabalhos efetuados.	COMGEP
	Determinar ao CIEAR que tome conhecimento do Ofício Circular nº 1/SPCI/365, de 9 de março de 2017, do INCAER, que trata da reestruturação da Força Aérea Brasileira e orienta as Organizações Militares desativadas a adotarem providências que se fizerem necessárias, visando à preservação da história e da memória da FAB.	DEPENS
	Coordenar as ações de controle e auditoria, para fins de conclusão do processo de extinção de <u>Unidade Administrativa</u> .	CENCIAR
	Adequar, junto ao COMGEP, a TP da UNIFA e do CIAAR, mediante proposta encaminhada por essas unidades.	DEPENS
	Encaminhar ao COMGEP a proposta do plano específico de movimentação do efetivo do CIEAR para a UNIFA.	DEPENS
	Coordenar as ações para a extinção do CIEAR como <u>Unidade Gestora Credora</u> .	SEFA
Até 90 dias após a publicação desta DCA	Coordenar com a SEFA as ações para a extinção do CIEAR, como <u>Unidade Gestora Credora</u> .	DEPENS
	Coordenar com o CENCIAR as ações de controle e auditoria, fins concluir processo de desativação e extinção de <u>Unidade Administrativa</u> .	DEPENS